



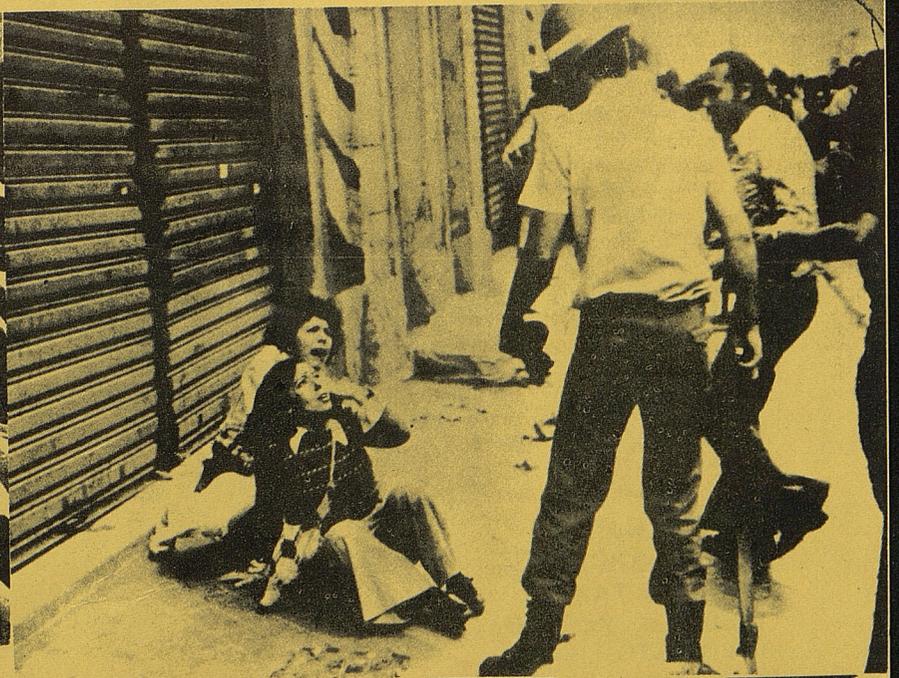
conjuntura brasileira

40P8821

ano 3 nº 18 julho/agosto 1977 8 ff



Brasília: pela continuação da greve



Manifestação em São Paulo no dia 11 de agosto



UnB = Na 11.ª semana da crise, mais prisões

conjuntura brasileira

récepissé n° 43 089
 directeur de la publication :
 trefeu roger
 tiragem : 950 exemplares

com. portaire

inscription no 59390

ISSN 0151-8550

assinatura

6 meses : US\$ 8 (35f)
 1 ano : US\$ 16 (70 f)

assinatura de apoio

6 meses : US\$ 20 (100f)
 1 ano : US\$ 40 (200f)

pagamento

cheque bancário ou postal
 CCP 10 822 83 A paris
 via aérea mais US\$ 3 (15f)
 números atrasados US\$ 2 (10f)

endereços

bp 322
 75 122 paris cedex 03
 france

c/o michel thery
 29. rue meslay
 75 003 paris
 france

distribuição

librairie portugaise et brésilienne
 16, rue des écoles - 75005 paris
 le tiers-mythe
 21. rue cujas - 75 005 paris
 librairie " que faire "
 1. place des grottes - 1201 geneve
 librairie l'œil sauvage
 221. chaussée d'ixelles - 1050 bruxelles
 livraria opinião
 rua nova trindade, 24-lisboa

publicações consultadas**jornais**

FOLHA DE S. PAULO
 O ESTADO DE S. PAULO

JORNAL DO BRASIL

JORNAL DA TARDE

O GLOBO

GAZETA MERCANTIL

FOLHA DA TARDE

TRIBUNA DA IMPRENSA

MOVIMENTO

Brasil Mulher

O SAO PAULO

DE FATO

revistas

DIRIGENTE INDUSTRIAL

Conjuntura Econômica

DIRIGENTE RURAL

Visão

EXAME

BANAS

VEJA

boletins

DIAL

LATIN AMERICA

publicações latino-americanas

jornais operários, estudantes,

boletins e imprensa sindical.

índice

guia de leitura	2
economia	7
agricultura	11
política e comércio exterior	13
política nacional	17
política salarial	25
movimentos sociais	27
presos políticos	46
repressão	46
censura	47

os títulos seguidos da indicação cb
 não correspondem ao título original

guia de leitura

No guia do cb 16 dissemos que " a evolução das diferentes frentes de luta contra a ditadura militar em torno às reivindicações democráticas que, expressando-se na ampliação do movimento de oposição democrático e popular, traz em seu bojo a contestação do regime, constitui a questão estratégica fundamental a ser enfrentada pela ditadura militar".

Procurando armar-se nesta direção a ditadura decretou em abril uma série de "reformas". Mas choveu no molhado. Pois, além de confirmar o AI5 como principal fonte de poder da ditadura, as "reformas" decretadas não produziram nenhum resultado do ponto de vista da contenção do movimento de oposição democrático e popular. Pelo contrário, foi a partir de abril que a luta contra a ditadura ganhou as ruas.

Sintomaticamente, também é a partir de abril que a ditadura vai receber uma série de contribuições para "romper o impasse". Elas são obras de políticos da ARENA e do MDB, de juristas, politicólogos, sociólogos, etc. Estes senhores, respeitadamente conformados com os estreitos limites de representatividade a que está condenada a dominação ditatorial, dão preeminência em seus projetos a formulações quanto a política econômica no sentido de recriar condições para um novo crescimento da economia e - a - dando necessário na atual conjuntura - para uma maior participação (?) social. É só a partir dessa profissão de fé que reúnem força e coragem para abordar as possibilidades de novas formas de representatividade para o poder ditatorial onde, para enfrentar a contestação, algumas "aberturas" seriam aventadas. São os "Projeto Brasil", os "Poder Moderador" e outros quantos. Nesse contexto, a velha raposa Magalhães Pinto, um dos principais articuladores do golpe de 64, se oferece - não sem recorrer a algumas relíquias liberais do tempo

do manifesto dos mineiros) como candidato a sucessão de Geisel. Enquanto isso, ampliam-se as manifestações públicas contra a ditadura, onde afirma-se a luta por liberdades democráticas e onde são respondidas politicamente as manobras palacianas, como foi o caso da palavra de ordem "A baixo a sucessão, queremos eleição", gritada na manifestação de 11 de agosto em São Paulo.

Em outras palavras, enquanto estes senhores colaboradores se esforçam em contribuir para a ditadura "romper o impasse" - vestidos da respeitabilidade que a mal disfarçada servidão às classes dominantes lhes confere -, enquanto se acena com a civilização do regime, o movimento de oposição democrático e popular vai se ampliando, apesar da repressão policial e da tortura contra estudantes e operários presos.

O fato de que na atual correlação de forças a repressão pura e simples não produza os mesmos resultados que produziu num período recente, indica a dimensão da crise de dominação da ditadura, onde o fator mais importante passa a ser a existência de um largo movimento de oposição democrático e popular. Em diferentes níveis, esta movimento parte de vários setores da sociedade. E, a curto prazo, não se pode antever situações, do ponto de vista econômico e político, favoráveis a carrear para a ditadura o apoio ou a cumplicidade de setores da classe média, como foi o caso no período do milagre. Neste sentido, os esforços dos que propõem projetos, modelos, etc., para "romper o impasse" correspondem a uma necessidade real das classes dominantes. Em realidade, buscam-se caminhos para atrair num ou noutro nível setores que hoje estão na oposição. É nessa direção, entre outras saídas, situa-se a da civilização do regime, a transformação do atual parlamento em constituinte, o poder moderador, etc. São fórmulas. E, dependendo da correlação de forças, isto é, da mobilização e organização das massas, poderão não passar de fórmulas, imprestáveis para conter a luta contra a ditadura.

Com efeito, para as classes domi-

nantes, incapazes de definir uma nova hegemonia, trata-se de ganhar tempo. Isto significa, entre outras coisas, atrair setores vacilantes da oposição, isolar e reprimir seus setores mais combativos.

Para o movimento de oposição democrático e popular, especialmente para a classe operária, trata-se de explorar ao máximo a atual correlação de forças, favorável à ampliação de sua mobilização e ao desenvolvimento de sua organização, rompendo com todas ilusões democratizantes, avançando suas lutas pela derrubada da ditadura.

Dentro do movimento de oposição democrático e popular vem surgindo algumas proposições que buscam definir seus objetivos. Entre estas proposições se situa a de uma Constituinte Popular. Entretanto, a questão fundamental para o movimento continua sendo a mobilização e organização de suas bases para a conquista real de liberdades democráticas.

As Lutas Democráticas e as Organizações de Massa

No guia anterior iniciamos um debate sobre algumas posições políticas presentes no movimento operário. Mais precisamente, criticávamos aquelas tendências que reduzem a luta política do proletariado aos estreitos limites da luta reivindicatória em torno a seus "interesses próprios" e que tem como fundamento o preconceito contra a luta política.

Aqui discutiremos as posições que derivam dessa concepção com relação a três questões de fundamental importância para o desenvolvimento das lutas por liberdades democráticas e para a organização, ampliação e unificação das lutas da classe operária.

Estas questões são:

- 1- as organizações de massa
- 2- o fortalecimento e desencadeamento das lutas políticas globais

dos trabalhadores e sua importância na estruturação do movimento operário

3- os laços, as relações da classe operária com outros setores sociais hoje comprometidos e interessa - dos na luta contra a ditadura.

Coerentes com a concepção que os orienta aquelas tendências instituíram três princípios como respostas a estas questões.

Estes princípios são:

1- a compreensão das organizações de massa como núcleos de vanguarda

2- a supremacia das lutas isoladas e parciais nos locais de trabalho em detrimento das lutas globais que podem ser impulsionadas e desencadeadas, hoje, entre os trabalhadores.

3- a exclusão de qualquer tipo de laços, de relação, de solidariedade, com outros setores sociais que compõem o amplo movimento de oposição democrático e popular.

A crítica que fazemos destas posições partem da avaliação das condições concretas hoje existentes para o desenvolvimento do movimento operário e do tipo de estruturação de que se necessita para impulsioná-lo. Estas condições comportam e exigem uma organização ampla e aberta, onde participem todos aqueles que estejam dispostos a lutar pelos seus interesses. É só neste sentido que podemos falar de uma organização de massa. É abrindo-se às massas, concludo os trabalhadores para discutir seus interesses concretos e a intervir para defender esses interesses que se estará contribuindo para o surgimento das organizações independentes de massa e para romper o isolamento da classe operária.

Fora desta perspectiva o que resta é a estruturação de pequenos núcleos isolados de "iluminados" emaranhados em resolver entre si o encaminhamento a ser proposto ao movimento, dispensando a participação da maioria dos interessados: os trabalhadores. Estes núcleos, por mais

que se esforcem, não terão contribuições a dar para o avanço do movimento se persistirem nessas posições. A história recente do isolamento e do desgaste de setores das Oposições Sindicais bem o demonstra. Apegando-se a uma orientação - a aglutinação, fechada, dos setores mais combativos da classe operária, para fazer frente ao descenso do movimento após 1968 - ultrapassada pelas novas condições e necessidades das lutas da classe operária, estes setores das Oposições Sindicais vão sendo superados pela dinâmica das lutas de massa. Pois, não compreendem que a viabilidade e a força de qualquer organização de massa está em sua capacidade de aglutinar as mais amplas massas e não somente seus setores de vanguarda. Para que as Oposições Sindicais, no seu conjunto, venham a cumprir este papel elas tem que deixar de ser uma frente de grupos e tendências para ser uma frente de massas. Nesse sentido as Oposições Sindicais devem ter como objetivo organizar de forma ampla o conjunto dos trabalhadores. A liberdade de organização se conquista organizando. Fora disto, é apenas uma frase sonora sem consequências práticas.

O desenvolvimento da luta de classes vai forçando e forjando as condições para a superação das formas de organização que predominavam até hoje na classe operária: a existência de inúmeros círculos sem maiores relações entre eles. Hoje, as lutas mais amplas vão aproximando setores, grupos e círculos e obrigando a todos a definirem claramente seus objetivos. A luta de massa divide, aprofunda, une e multiplica forças. Um exemplo: a luta contra o custo de vida ao sensibilizar o conjunto dos trabalhadores, cria condições para impulsionar e unificar diferentes lutas (pela liberdade de organização e manifestação, contra o arrocho salarial, pelo direito de greve, e outras), pelo seu caráter popular, pela mobilização ampla e pe

las questões que seu encaminhamento colocam para o movimento de massas. Além disso, a luta contra o custo de vida conta com a solidariedade e o apoio de outros setores sociais.

Entretanto, no processo de superação das formas de organização que predominavam até hoje na classe operária, ainda prevalece o espontaneísmo. E esta é uma das causas fundamentais da debilidade do movimento. Cabe aos núcleos de vanguarda da classe operária uma intervenção decidida no sentido de dar um direcionamento político consequente a este processo lutando contra a dispersão e rompendo definitivamente com as amarras das lutas isoladas.

As lutas parciais e nos locais de trabalho são importantes para a organização dos operários e as comissões de fábrica são uma das bases fundamentais para a sustentação do movimento. E estas lutas não tem nenhuma incompatibilidade com as lutas amplas dos trabalhadores. Pelo contrário. A incompatibilidade só poderia estar numa concepção equivocada da luta - que se assenta no preconceito contra a luta política - e numa incompreensão do movimento que se desenvolve. Fincar pé nas lutas isoladas e nos locais de trabalho é não sair do lugar onde já estamos, visto que estas lutas, por suas características locais e limitadas, por si só não unem o conjunto do movimento. Defender esta orientação em nome da preservação futura do movimento é tentar resolver uma questão de fundamental importância (defender o movimento da repressão) com uma solução absolutamente equivocada. Não se pode, em nome da "preservação futura" do movimento deixar de lado a luta pela construção de verdadeiras organizações de massa da classe operária e deixar de travar, desde agora, as lutas políticas mais gerais em torno as lutas por liberdades democráticas.

A Ampliação do movimento de oposição democrático e popular cria condições mais favoráveis para a organização e atuação política dos trabalhadores. Algumas destas lutas e reivindicações encontram em outros setores sociais que compõem o movimento de oposição democrático e popular apoio e solidariedade. A classe operária tem todo interesse não só em ampliar esta solidariedade e apoio mas também estabelecer laços políticos com estes setores, afirmando suas posições, somando forças para ampliar suas condições de expressão e manifestação. A classe operária tem que buscar influenciar o movimento de oposição democrático e popular, atraindo todos aqueles que estejam interessados em levar a frente a luta pela derrubada da ditadura, conquistando a direção política desta luta.

Entretanto, as tendências que criticamos, temem não só as lutas democráticas e o movimento de massas, como rejeitam a participação de outros setores sociais nas lutas da classe operária. Fazem o que podem para isolar a classe operária, acreditando que com isso garantem sua independência ideológica. Santa inocência? Claro que a influência existe, mas não vai ser conservando a classe operária isolada que se estará imunizando-a e sim combatendo, aprofundando sua consciência política, fortalecendo as organizações de massa, construindo a organização de combate capaz de orientar e dirigir suas lutas: o Partido Revolucionário do Proletariado.



Os Arrochos da Política Salarial

Além do FGTS, do Arrocho Salarial da lei anti-greve e de outras tantas leis e decretos draconianos que as classes dominantes impuseram a classe operária no Brasil, a política salarial da ditadura vem de arrocho em arrocho alastrando a miséria entre os trabalhadores, comprimindo e reduzindo mais e mais os salários. Para tanto, além da repressão, conta com artifícios que vão desde os "aperfeiçoamentos da legislação do trabalho" a falsificação descarada dos índices da inflação e outras infundáveis traças.

Entre os "aperfeiçoamentos" mais recentes se enumeram:

- a reformulação da lei de acidentes (nov.76), que tem por objetivo reduzir os gastos das empresas e do INPS (ver cb 13, pg. 25 e cb 18, pg. 26) frente ao aumento assombroso do número de acidentados no trabalho.

- a reformulação do cálculo do salário mínimo para retirar do índice de reajuste os 4% correspondentes ao aumento da produtividade que o integram.

Das suas mais recentes traças podemos destacar a revelação feita pela FGV (Fundação Getúlio Vargas) sobre o verdadeiro índice da inflação em 1973: no lugar dos 15% oficializados na época, a inflação foi de 26,6% ! Frente a "revisão" dos dados o DIEESE calculou um reajuste extra de 47,5% para os metalúrgicos de São Bernardo do Campo, 18,9% para os jornalistas e 28% para os bancários. No entanto o ministro Velloso já declarou: "De maneira alguma o governo cogita de corrigir os salários para repor o poder aquisitivo dos trabalhadores, perdido quando o índice do custo de vida foi comprimido" (Veja, 17/8/77).

Uma pesquisa do DIEESE realizada com 417 dos 500 operários dispensados da Ford revelou que 42% foram obrigados a mudar de profissão para trabalhar como pedreiros, feirantes, lavradores, motoristas, etc. Dos 49% que conseguiram novos empregos no setor metalúrgico, 73% tiveram seus salários reduzidos entre 21 e 46%. Segundo o jornal Tribuna Metalúrgica

de julho/77, estas reduções do valor do salário atingem até 60%. Ao mesmo tempo intensifica-se a jornada de trabalho e só a Volks somou 800 mil horas extras no mes de abril que equivalem a 3.300 empregos! A este quadro acrescentam-se os artifícios dos bancos para não pagarem aos operários dispensados o FGTS.

Aperfeiçoando os mecanismos de exploração, trapaceando, a ditadura procura assegurar à burguesia suas altas taxas de lucros apesar da recessão.

No 1º de maio deste ano, premida pela alarmante degradação das condições de vida das massas e pelas várias lutas por melhores salários, a ditadura decidiu liberar, sob a forma de um "14º" salário, parte do dinheiro (7,5 bilhões) que constitui o fundo PIS/PASEP (Programa de Integração Social e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público) hoje por volta de 53 bilhões de cruzeiros e que é normalmente utilizado para empréstimos ao capitalistas através das agências de crédito do governo. Não faltaram protestos da burguesia sobre os riscos de tal "generosidade". Um artigo da Folha de S.Paulo (ver pg. 25), sob o pretexto de defender os interesses dos trabalhadores em conservar seu "patrimônio" critica a ditadura pelo desvio dos 7,5 bilhões. Não sem antes fazer a propaganda do PIS/PASEP, atribuindo-lhes o mérito de redistribuidor da renda e de formador de um futuro pecúlio do trabalhador que nada lhe custa. O que o artigo da Folha não diz é que o dinheiro depositado mensalmente pelas empresas no fundo provem:

1- 5% do imposto de renda devido pelas empresas ao Estado e que este abre mão como contribuição ao fundo.

2- o equivalente a 0,5% das vendas das empresas. Esta parcela entra no preço das mercadorias e, além disso as empresas contam com uma redução no ICM como forma de compensar os 0,5%.

É nesse contexto que hoje vão se generalizando e ganhando força as lutas contra o custo de vida e por melhores salários.

Até onde a desaceleração afetou os negócios

O crescimento do PIB pode chegar a 6%, mas alguns setores enfrentam problemas

Foi realmente difícil, para boa parte das empresas nacionais, atravessar os seis primeiros meses deste ano, sob o impacto da política de desaceleração econômica adotada pelo governo com o duplo — e incômodo — objetivo de conter a inflação e reduzir o déficit nas contas do país com o exterior. Afinal, elas estavam acostumadas ao fausto dos anos 1969/73, quando o crédito era farto, os mercados, dinâmicos, e os negócios deslanchavam ao ritmo de uma economia que crescia em média 10% ao ano.

Embora talvez seja exagero falar em crise — como chegam a arriscar alguns economistas (ver boxe na página ao lado) —, a desaceleração é um fato. No entanto, medir até onde ela já afetou os negócios e o nível geral das atividades é um exercício ingrato. Primeiro, devido à tradicional escassez de dados confiáveis; depois, porque é difícil contabilizar os fatores que extravasam o campo puramente econômico (o problema da sucessão presidencial, por exemplo), mas que acabam por influenciar os rumos da política econômica.

Dados atrasados — O próprio ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, queixou-se, pelo telefone, da escassez de dados ao editor de EXAME em Brasília, Jorge Luiz de Souza.

Mesmo assim, ele acredita que o nível geral de atividades, apesar de abaixo do que foi registrado no ano passado, pode ser considerado como satisfatório. E não relutou em prever um crescimento de 6% para o PIB este ano, certamente confiando numa performance excepcional da agricultura, pois a indústria, até o fim de junho, não apresentava um desempenho que justificasse estimativa tão otimista.

Ainda que o PIB cresça 6%, não deixa de ser uma queda em comparação com os 8,7% registrados em 1976, com uma agravante: setorialmente, como se verá a seguir, há os que se conformam com o crescimento zero, a exemplo do comércio, ou até com uma redução de 5% — caso da indústria automobilística. Ou seja, esboça-se a convivência do crescimento econômico global com a estagnação em certas áreas.

Indícios reveladores — Também à cata de indícios, como Simonsen, e exibindo os dados mais completos que se

pode apurar hoje entre os vários setores da economia, o presidente da Associação Brasileira de Máquinas (Abimaq) e da Máquinas Piratininga, Einar Kok, esteve em Brasília na terceira sexta-feira deste mês. Ao lado de um seleto grupo de empresários, ele almoçou com o ministro da Fazenda, que, na ocasião, reafirmou os princípios da atual política de desaquecimento da economia.

“Foi uma conversa franca”, conta Kok a EXAME, “onde os empresários levaram suas dúvidas e o ministro externou sua opinião.” O setor de máquinas, por exemplo, “embora vivendo um período de insegurança (os pedidos em carteira vêm caindo, ao mesmo tempo que diversos planos de aumento da capacidade produtiva entram em funcionamento), teve do ministro a garantia tácita de que não faltarão encomendas nos próximos dois anos para a capacidade existente”, afirma Kok.

Depois da sucessão

“O que todos nós nos perguntamos agora”, diz Kok, “é sobre as metas do próximo governo. Afinal, até que elas sejam conhecidas, nada nos autoriza a pensar em novos investimentos.” Esta disposição, aliás, não é recente. Dados elaborados pelo Banco Central — citados pelo jornal paulista *Gazeta Mercantil* — mostram que já no ano passado caía a taxa de investimentos, embora o PIB crescesse 8,7%. O mesmo estudo mostra que a redução da taxa de investimentos, que na verdade

Desde o ano passado há redução nos investimentos

vem se acentuando desde 1975, deverá agravar-se a partir dos próximos dois anos, levando em consideração os prazos de maturação do capital aplicado. O que projeta os efeitos da desaceleração para o próximo período de governo.

Balanço provisório — De modo geral, o setor de máquinas — talvez por depender mais das tendências futuras da economia — é um dos mais ricos em dados para uma avaliação dos efeitos da desaceleração. Assim, é possível saber, por exemplo, que o número dos pedidos em carteira (o indicador mais expressivo do setor) acusava, já em maio, uma baixa em relação aos cinco primeiros meses de 1976, caindo de um índice médio de 121,7 para 113,2 (o índice 100 representa pedidos em carteira para 32,4 semanas com base em 1972).

Da mesma forma, o índice de emprego total, embora superior neste semestre ao primeiro semestre do ano passado, retrocedeu a partir de outubro de 1976, registrando-se hoje 3 200 desempregados, em relação ao pessoal ocupado em outubro. Já o faturamento real foi superior aos seis primeiros meses de 1976 (8,4%), mas quase três vezes inferior à expansão do primeiro semestre do ano passado em relação ao mesmo período de 1975, quando o faturamento do setor aumentou 24,1%.

Ano difícil — Significativa também foi a redução nos pedidos em carteira para máquinas e acessórios têxteis — um incontestável indicador das dificuldades sentidas pelos clientes do setor têxtil e de confecções. “As perspectivas são de um ano difícil, e o setor têxtil se dará por satisfeito se trabalhar nos mesmos níveis do ano passado”, confirma o presidente do Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem no Estado de São Paulo, Jacks Rabinovich.

Na sua opinião, a situação da indústria têxtil começou a mudar em outubro último, “quando o governo passou a dar ênfase na política de desaceleração, agravando a descapitalização das empresas, em consequência da inflação”. Agora, os empresários do setor depositam suas esperanças no segundo semestre — historicamente mais favorável aos negócios. Isto porque o primeiro, além de marcado pela desaceleração, sofreu com o atraso do frio, encalhando nas lojas os estoques de roupas para o inverno.

A mesma esperança — Num certo sentido, o comércio também aposta no fim do verão temporão e na tradicio-

O comércio acredita em recuperação no 2.º semestre

nal prosperidade do segundo semestre, para recobrar-se do esfriamento a que foi condenado até junho. Com efeito, pesquisas realizadas pela Associação de Marketing Associados (AMA) com base numa amostra de 163 estabelecimentos revelam que a taxa mensal de crescimento real do comércio paulista, até junho, foi praticamente nula. Nos dois últimos anos a taxa foi de 1%, que pode ser considerada “ridícula”, segundo o diretor da AMA, Alexander Berndt, se for levado em conta o crescimento da população.

Na pesquisa de Berndt, a revenda de automóveis tem um peso de 25%. Como este setor vem se ressentindo de

dificuldades, em boa parte provocadas pela queda do poder aquisitivo dos consumidores e pelas restrições ao crédito, as estatísticas são cada vez mais puxadas para baixo.

Um boom negativo — As revendas de automóveis, por sinal, sofrem os efeitos dos problemas enfrentados pelos fabricantes. Embora também elas esperem uma melhoria para o segundo semestre, um porta-voz da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) admite que a expectativa reinante no setor é a de fechar o ano com uma produção 5% inferior à do ano passado.

Mas, caso não ocorra uma recuperação semelhante à de junho (quando a indústria vendeu 9 mil veículos a mais do que a produção do mês, em consequência, sobretudo, da anunciada liberação dos preços dos automóveis do rígido controle do CIP), a queda poderá chegar a 8%. Até junho, por sinal, a redução da produção, em comparação com a dos seis primeiros meses de 1976, já era de 7%.

No setor automobilístico, a queda pode chegar a 8%

O setor automobilístico, aliás, foi eleito pelas autoridades, desde o início do atual governo, como um dos

que deveriam contribuir com maior cota de sacrifício para a política de combate à inflação e para o esforço que vem sendo realizado com o objetivo de corrigir algumas distorções do modelo de crescimento seguido até 1974. O outro escolhido foi o setor da construção civil.

A peregrinação — Talvez por isso, os empresários da construção civil têm sido, nos últimos tempos, os que mais têm procurado o governo federal, em busca de apoio e orientação. Comitivas frequentes são organizadas até Brasília desde que, em julho de 1976, a Resolução 386 passou a impor restrições ao financiamento de imóveis e ao redesconto de duplicatas junto aos agentes financeiros.

O que eles pretendem, segundo Rafael Mário Noschese, presidente da Associação Paulista dos Empresários do Plano Nacional de Habitação, é “uma ampla reformulação da política habitacional, que permita uma readequação do sistema, uma vez que já se conseguiu a desaceleração do setor”.

Uma pesquisa de comercialização do BNH, realizada pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, revela que a desaceleração atingiu de forma mais acentuada a São Paulo, onde no período janeiro/maio de 1976 foram comercializadas 906 unidades

residenciais, ao passo que em igual período deste ano foram vendidas apenas 629 unidades.

Noschese acha que a desaceleração ainda não afetou mais profundamente o setor “porque muitas obras que já deveriam ter sido entregues ainda se mantêm, pois as empresas, com pouco capital de giro, estão tocando seus empreendimentos em ritmo mais lento”.

Kok: “Há intranquilidade e insegurança no ar”

O grande obstáculo — A própria desaceleração, independentemente do grau que venha a atingir, não pode ser eterna. E é justamente a indefinição quanto à sua duração que preocupa. Ou, como prefere Einar Kok, da Abimaq, “há uma grande intranquilidade e uma insegurança no ar”. Na opinião de Kok, esta insegurança seria a grande responsável por boa parte da corrida de preços que caracteriza o processo inflacionário brasileiro — um dos males que a política de desaceleração se propôs a combater. Kok acredita que seria necessário “o governo promover uma sacudida geral, para que voltasse um clima de segurança, sem o qual fica muito difícil a condução de qualquer política econômica”. Com ou sem desaceleração.

Entre a política e a economia

Atualmente, quando o país convive com a desaceleração da economia e com graves impasses políticos, o que parece dividir alguns economistas brasileiros não são divergências acadêmicas, mas sim o alcance que eles atribuem aos percalços do desaquecimento, neste *intermezzo* entre o boom dos anos do “milagre” e as perspectivas que se abrem para o futuro.

Para alguns deles, como o professor Luis Gonzaga Beluzzo, da Universidade de Campinas (Unicamp), “a desaceleração da economia brasileira, ou a crise dentro do nosso capitalismo monopolista de Estado, exige uma análise profunda, inclusive dos seus aspectos políticos, para ser entendida”.

Mais preocupado com as estatísticas, o economista Paul Singer, do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), afirma que “vive-se hoje no Brasil a ilusão de uma crise, sem que ela possa ser comprovada pelos números do crescimento econômico ou do desemprego”. Singer ressalva o caráter parcial de suas conclusões — baseadas apenas em dados empíricos brutos, colhidos de forma mais ou

menos aleatória. Mas, ao contrário do professor e economista João Manoel Cardoso de Mello, também da Unicamp, não acredita que as dificuldades atuais resultem da incapacidade do Estado em articular uma nova composição empresarial. “indispensável para se levar adiante os projetos do novo motor de arranque da economia: o setor de base”, na expressão de Mello.

Crise e sintomas — “Os que esperam uma manifestação catastrófica, como a de 1929, para depois concluir que existe crise, estão absolutamente equivocados”, adverte Beluzzo, para afirmar que “é preciso separar a crise no capitalismo monopolista das manifestações da crise no capitalismo concorrencial”.

Segundo Beluzzo e Cardoso de Mello, no estágio monopolista as flutuações nas taxas de investimentos durante a crise, bem como o reajuste da estrutura produtiva, “não se regulam mais pelo mercado, mas dependem da intervenção estatal”. “No caso brasileiro, por exemplo”, assinala Cardoso de Mello, “a taxa de investimento histórica do país situa-se em torno de 17%. Durante o pico, chegou a

quase 27% e agora, na crise, só a intervenção do Estado evitará retrocessos mais graves. Não assistiremos a uma bancarrota, mas o im passe persiste”, conclui.

As causas — A discussão ganha em consistência quando se trata de apontar as causas reais que impedem a economia brasileira de inaugurar uma nova fase de crescimento contínuo, capaz de conjurar o espectro da recessão. Para Singer, o novo boom depende tão-somente “da liberação de pontos de estrangulamento, internos à própria economia, de forma a permitir o fornecimento de matérias-primas e insumos que, esgotados, interromperam o boom anterior”.

Os professores da Unicamp, em oposição, indicam outros temas para o debate: “As metas qualitativas do PND estão corretas, embora pequem pelo elefantismo. O obstáculo básico, porém, é de ordem política: o atual Estado brasileiro não consegue senão opor interesses, que deveriam se conjugar, neste momento, para superar o impasse. Só uma nova composição entre a empresa estatal, o capital multinacional e o nacional é que poderá romper com o imobilismo atual”.

A encruzilhada e a realidade

O noticiário da imprensa a respeito do programa siderúrgico e a inexplicada demissão do presidente da usina de Tubarão são apenas alguns sintomas do mal-estar que reina entre os empresários. Não seria possível entender esse estado de ânimo sem considerar outro fato importante, a saber, o de se ter protelado *sine die* o início da execução do Projeto Carajás.

A economia nacional está passando por reforma ampla e profunda, que talvez não avalemos plenamente ainda. É possível que somente ao fim de alguns meses venhamos a dar-nos conta de que o País passa por um processo de desaceleração que se caracteriza, principalmente, por maior racionalização no manejo dos investimentos das empresas estatais, que, aliás, representam a parcela maior do montante dos investimentos. Concebíamos outros planos mirabolantes, demasiado ambiciosos, na ânsia de abrir novas frentes em todos os setores. Sonhávamos executar um programa de substituição das importações, que em sua fase inicial nos obrigaria a importar muito mais do que temos importado. Contávamos, para levá-lo a cabo, com participação sempre crescente da poupança externa. Esta não nos faltou, embora tenhamos sido obrigados a pagar a cada dia mais pelos empréstimos contraídos no mercado internacional, onde as taxas se reduzem. Simultaneamente, o País era assolado por uma inflação que se ia tornando dia a dia mais virulenta e que, decerto, foi gerada, de um lado, pelo excesso de investimentos e, de outro, pela açoadada substituição das importações. Já

agora o governo compreende que devemos arrotar a realidade dos fatos e rever os "indicativos" do II Plano Nacional de Desenvolvimento, que infelizmente levaram grande número de empresas privadas a fazer investimentos vultosos, de tais dimensões que lhes será bastante difícil utilizar sua inteira capacidade de produção. A revisão começou nos primeiros meses do ano, com o corte de quarenta bilhões de cruzeiros no montante dos investimentos. Mas os cortes foram feitos com certa timidez, não se tendo procedido, por outro lado, à necessária realocação das verbas disponíveis. Continuávamos pretendendo fazer tudo, admitindo apenas que se espaçasse o cronograma das obras previstas. Com isto, a despeito dos cortes, não se obteve a esperada redução da taxa de inflação. Ao contrário, a dilatação dos cronogramas veio encarecer todas as obras planejadas, obrigando-nos deste modo a arcar, por muitos anos, com as consequências de uma produção altamente custosa, contingência esta capaz de institucionalizar a inflação no País.

Diante dessa encruzilhada, o governo sente-se agora obrigado a reformular radicalmente sua política. Será esta, sem dúvida, a tarefa mais relevante que executará neste final de mandato. Faz-se necessário congeminar melhores investimentos a fazer: com os recursos disponíveis e, se possível, restringindo gradativamente a parte da poupança externa (cujo custo, infelizmente, é elevado) nos seus financiamentos. É claro que, conseqüentemente, se reduzirá outra vez o volume dos investimentos. O mais importante, porém, é que serão realocados os fundos disponíveis, de modo a con-

cluir o mais depressa possível as obras iniciadas, e que esses fundos serão canalizados para os novos projetos, que mais rapidamente darão "resposta" econômica.

A propósito, faz-se necessário enfrentar também com realismo a questão do programa das usinas nucleares. Tudo indica que este programa se limitará durante longo tempo, à terceira unidade da usina de Angra dos Reis. Espera-se apenas que o governo tire as devidas conclusões dessa decisão para o que diz respeito às fábricas que, como a Nuclep, se destinavam a fornecer equipamentos a dez usinas nucleares. Eis algumas das novidades que teremos nos próximos meses. Importa advertir que não se cogita cancelar ou cessar os investimentos — embora devam ser restringidos —, mas sobretudo de racionalizá-los. Enquanto se queria fazer tudo ao mesmo tempo, retardavam-se todas as obras e elevavam-se os custos destas. Parece lícito perguntar pelo fim dado à indústria de bens de capital que se organizou com base em programas bem mais ousados. Em primeiro lugar, deve cessar seus investimentos superdimensionados, como o ressaltado com clareza o ministro da Fazenda. Por outro lado, cabe pedir ao governo, que foi o responsável por esse superdimensionamento dos investimentos, que conceda maiores oportunidades à indústria de base para que possa utilizar, ao máximo grau, sua capacidade de produção. Também isto deve levar à revisão de nossa política tecnológica. Com efeito, nem sempre podemos desejar os equipamentos mais modernos. Importante é saber que, se vencermos o combate contra a inflação, teremos vencido também a batalha do desenvolvimento.

23-7-77

O ESTADO

DE S. PAULO

O ministro Reis Velloso passou quatro horas na Escola Superior de Guerra discutindo um plano feito pelo senador Roberto Saturnino Braga

Jefferson Barros

Na Escola Superior de Guerra (ESG), duas autoridades do governo aceitaram, pela discordância, dialogar com um projeto de modelo econômico da oposição. Depois das palestras dos ministros Reis Velloso (publicada na íntegra em *O Globo*, 8/7/77) e Mário Henrique Simonsen (publicada na íntegra na *Gazeta Mercantil*, 9/7/77), o ex-deputado Alencar Furtado tem todo o direito de se estar perguntando: "Mas afinal, o que o Saturnino Braga tem que eu não tenho?"

O fato é que na manhã do dia 7 passado, na praia da Urca, próximo ao morro do Pão de Açúcar, o núcleo mais decisivo do Sistema retomou o diálogo ao nível das soluções econômicas. Para Velloso, o modelo social-democrata de Saturnino Braga é "altamente estatizante". O advérbio de modo restringindo o adjetivo já diz das discrepâncias que parecem — e assim foi lido por um jornal defensor da economia de mercado como o JB — como realmente de "modo" e, portanto, não essenciais. Talvez o que assuste ao ministro e ao setor das classes dominantes que representa, no projeto, seja a estatização dos bancos e do comércio exterior!

Mas, afinal, quando um executivo do nacional-corporativismo precisa ir ao centro de produção ideológica do Sistema criticar um projeto social-democrata da oposição — em muitos itens bem próximo ao projeto nacional-corporativo — e dar duas ou três pinceladas de liberalismo econômico em sua própria doutrina, autoritária por excelência, o que está acontecendo? Sua exposição, escrita, não demoraria mais do que 45 minutos, para ser exposta com tranquilidade didática. No entanto, o ministro ficou 4 horas em debates com os estagiários da ESG.

Social-Democracia Burocrática

As teses de Saturnino Braga, quase idênticas às já expostas pelo ex-ministro Severo Gomes, se reduzem a quatro itens fundamentais:

- 1) reservar ao capital de Estado a parte mais dinâmica da acumulação capitalista;
- 2) ampliar o mercado interno pela melhor distribuição de renda, desenvolvimento das

pequenas e médias empresas e alocação de tecnologia menos sofisticada;

3) romper ao nível político o dilema "capitalismo de mercado socialismo totalitário", pelo estabelecimento de uma gestão social-democrática, onde o espaço para a grande empresa e para o mercado existe, mas controlado pelo "Estado do bem estar social";

4) manter a fidelidade e a interdependência política, cultural, econômica e geo-política com o chamado "Ocidente".

Ao contrário de outras posições dentro do próprio MDB, que apelam para a "mobilização popular" e para a ação política de massas como meio para a solução dos problemas econômicos — inclusive —, as teses do senador fluminense são pertinentes ao jogo da conciliação. Isto é, são assimiláveis não sem discussão e restrição, pelo próprio Poder. E, particularmente, por dois segmentos dominantes: a própria burguesia estatal e a do capital produtivo nacional — indústria e, hoje também, agricultura. A exemplo de Severo Gomes, que liderou um verdadeiro "partido no Estado", Saturnino Braga também busca o mesmo tipo de articulação. O problema é que o Estado encasmurrou-se em sua obstinação autoritária.

Se Severo Gomes aparecia como a ponta de um "iceberg" político real, que se articulava dentro da burocracia estatal, em busca de apoio na sociedade civil ainda não articulada, Saturnino Braga parece querer fazer a viagem inversa. E, certa vez, quando interrogado sobre a sucessão presidencial, sugeriu dois nomes: o do próprio Severo e o do general Euler Bentes Monteiro. Nessas lembranças, sim, seu projeto começa a tocar pontos de sensibilidade extrema do Sistema. Desde 74, a articulação de uma política econômica social-democrática burocrática é projeto do Poder. O que não encontrou foi a base política (Arena rural e excessivamente conservadora) e militar para o avanço da "distensão, lenta, gradual e segura". Severo Gomes, como Saturnino Braga, percebem que, sem uma rearticulação política institucional, será impossível a rearticulação econômica. E o momento sucessório é a ocasião única para a unificação dos dois projetos.

SIMONSEN SE EXPLICA

O ministro Mário Henrique Simonsen condenou ontem os críticos do modelo exportador brasileiro, que defendem como alternativa o fortalecimento do mercado interno, afirmando ser esta uma das muitas teorias exóticas que os governantes são obrigados a refutar nos momentos de crise.

Simonsen admitiu que "o perfil do desenvolvimento industrial, até 1973, agravou a dependência do exterior", na medida em que "a indústria automobilística e a de bens duráveis em geral cresceram a taxas extremamente elevadas, que não foram acompanhadas pela siderurgia, pela produção de insumos básicos e de bens de capital".

Mas defendeu esse modelo. "Colocando-nos na perspectiva da época, não há por que criticar essa trajetória de desenvolvimento: o crescimento da indústria de ponta exige menores investimentos, e produz resultados mais rápidos, em termos de aumento do produto real, do que a expansão da indústria de base."

"Não se podendo prever, na época, que os preços do petróleo quadruplicariam no final de 1973 — prosseguiu — parecia natural acelerar o desenvolvimento econômico pelo caminho mais fácil, deixando a parte mais árdua para uma época em que o País já tivesse alcançado razoável nível de renda "per-capita". A coincidência infeliz foi a ocorrência da crise do petróleo justamente no momento em que atingíamos o auge da dependência internacional." 9-7

ISTO É 13/7/1977.

ESTADO E
ECONOMIA

Outra contribuição para a solução da crise

O debate está aberto, senhores. Não apenas com o início formal, na quinta-feira passada, dos trabalhos (simpósios, comunicações e seminários) da 29.^a Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, em São Paulo, como das inúmeras contribuições públicas que têm sido feitas com o propósito de oferecer sugestões de projetos alternativos para a continuidade do desenvolvimento econômico do país. Projetos alternativos para a reestruturação da sociedade civil brasileira, pensando seus problemas e caminhos como um todo.

Foi basicamente dessa preocupação que nasceu a idéia de organizar um simpósio cujo tema tem a denominação geral de *Estado e Economia no Brasil*, coordenado pelo economista Francisco de Oliveira, do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento — Cebrap.

Para Francisco de Oliveira é muito importante recolocar a questão da estatização, cuja discussão, até agora, só ajudou a confundir. Entre outras razões, porque separa a política da economia e acaba desembocando em duas vertentes principais. A primeira, do falso liberalismo, que ataca a estatização fazendo as vezes de porta-voz das empresas multinacionais, apontando a participação das empresas estatais como caminho para o totalitarismo, socialismo e coisas do gênero. Do lado oposto (a esquerda difusa), defendendo a estatização a qualquer preço, como se representasse a antessala do socialismo. Essa corrente pensa como Lenin pensava em 1917, não se dando conta das diferenças que existem na economia capitalista internacional, hoje.

O Estado brasileiro. A proposta básica da discussão, segundo o economista do Cebrap, e sem procurar resolver a questão em definitivo (porque só a prática é capaz de fazê-lo), é colocar, como ponto central, saber o que é o Estado no Brasil, hoje. Localizar o papel do Estado em uma economia capitalista dependente e as formas que assume com a divisão internacional do trabalho no mundo capitalista. "O fundo da tese", diz Fran-

cisco de Oliveira, "é que o Estado, nas economias dependentes, tem funcionado como resposta à situação da divisão internacional do trabalho. Resposta essa que, ao contrário de debilitar o sistema capitalista, só faz reforçá-lo, particularmente numa economia como a brasileira".

No Brasil, como de resto em todas as economias periféricas, o Estado tornou-se, através das suas empresas, um núcleo primordial do processo de acumulação. "Assim", continua o economista, "ao contrário do que diz a corrente 'liberalóide' (que sequer tem o estatuto ideológico dos liberais do século XIX), ao invés de estatização, houve privatização das empresas governamentais". Desse ponto de vista, as estatais não são apenas o sustentáculo da taxa de lucro. E tampouco, como teorizam os economistas norte-americanos Paul Baran e Paul Sweezy, servem apenas para "queimar" os excedentes, permitindo o funcionamento da economia. Em suma, elas funcionam mesmo nos moldes de qualquer outra empresa capitalista.

O poder das estatais. Segundo Francisco de Oliveira, além de se terem privatizado, as empresas públicas têm atrás de si a força do Estado. Do ponto de vista do controle dos trabalhadores, por exemplo, isso é da máxima importância: há alguns anos, os sindicatos mais organizados eram os das categorias de empregados que trabalhavam em empresas estatais. Hoje, pelo contrário, eles são os menos ativos. Ou seja, "as estatais também se utilizam do poder de polícia do Estado".

O economista constata que "algo da natureza do regime político brasileiro tem a ver com a privatização das empresas estatais". E a proposta de discussão (não de um modelo alternativo), segundo ele, é justamente indagar sobre a natureza do Estado brasileiro. "Nesse momento em que a crise econômica é evidente", afirma, "a discussão pode ajudar a clarificar o assunto".

Economia e sociedade. Francisco de Oliveira considera que no atual momento por que passa o país existem

dois problemas. Em primeiro lugar, o regime, como mostram episódios recentes, tenta desarticular a sociedade civil, que marcha para uma articulação das forças de oposição. O segundo vem da corrente "liberalóide". "Em um momento de crise", explica, "e considerando que o regime perde suas bases sociais — algo como a solidão do poder no Brasil —, em que as próprias dificuldades obrigam a que as estatais entrem em crise, os 'liberalóides' atacam justamente as estatais".

"Essa convergência de forças", conclui, "tende a desarmar o conjunto das oposições da sociedade civil em rearticulação. Dessa maneira, ninguém pode defender a estatização a qualquer preço, como ninguém pode ficar defendendo o regime. Daí decorre um vácuo extremamente perigoso, em que o mínimo que se pode esperar é que as oposições fiquem mudas".

O economista do Cebrap considera que a natureza específica da crise atual advém do cruzamento de duas razões: a ilegitimidade do regime aos olhos da grande maioria da população e os próprios resultados dos indicadores econômicos ao longo desses últimos anos — queda do poder aquisitivo e deterioração das condições de vida. "Agora", diz, "aquela ilegitimidade fertilizou as oposições, que caminham para uma articulação, quase que impondo ao regime novos níveis de legalidade. Ou, pelo menos, fazendo recuar seu nível de ilegalidade".

Onde está a saída? Mas a somatória de todos aqueles fatos não seria suficiente, caso o regime não tivesse perdido suas bases sociais ao longo dos últimos quatro anos. "Este governo", diz Francisco de Oliveira, "tornou-se ilegítimo aos olhos da própria burguesia, porque não resolve a crise econômica". Ou seja, sequer consegue indicar os caminhos de saída da crise, o que significa restabelecer um pacto com o grande capital nacional e internacional para definir quem vai pagar o pato pela crise, entre as classes dominantes.

Do ponto de vista das dominadas, é como o Coríntians, que perde há bastante tempo, pondera o economista.

PETROBRÁS VEJA, 3 DE AGOSTO

Como explicar

Formalmente consumada, com a assinatura do respectivo decreto-lei pelo presidente Ernesto Geisel, na sexta-feira da semana passada, em Brasília, a medida autorizando a Petrobrás a importar livremente os equipamentos para a bacia de Campos entra agora numa fase de cuidadosas explicações. Ainda esta semana, possivelmente, o presidente da empresa estatal, Araken de Oliveira, manterá um encontro com os empresários nacionais

do setor de indústria de base. Dirá, então, ao ressabiado auditório que a providência é excepcional, devendo a Petrobrás prosseguir na sua política de compra de máquinas e equipamentos nacionais a fim de manter um índice de nacionalização de 85% em seus projetos. Poucos dias antes da assinatura do ato presidencial, no entanto, os empresários nacionais do setor continuavam convencidos de que a autorização iria se constituir num "péssimo precedente". Mesmo reconhecendo que é importante para o país aumentar a produção interna do petróleo a curto prazo, o vice-

presidente da Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Indústria de Base (Abdib), Pedro Henrique Sanson, acha que tal precedente pode estimular reivindicações semelhantes de outras empresas estatais.

Uma das maiores preocupações, de Sanson é a de que, num dado momento, acabem por se confundir os interesses de uma empresa estatal com os do país. E pergunta: "Afinal, o setor privado não tem um papel importante dentro da estratégia de desenvolvimento da economia brasileira?"

PREÇOS MÍNIMOS

O RECUO DA AGRICULTURA

VEJA, 27 DE JULHO, 1977

O enredó que se desenvolve todos os anos por esta época, em Brasília, para a fixação dos preços mínimos para os produtos agrícolas, ganhou desta vez um episódio inesperado. Ao contrário de outras reuniões anuais decisivas do Conab (Conselho Nacional de Abastecimento), na semana passada Alysson Paulinelli ficou a favor da tabela apresentada pelo Ministério da Fazenda (a sua própria pasta, é claro, apresentara uma). O detalhe é que, desta vez, havia uma terceira posição, conciliadora, representada pela Secretaria de Planejamento e com provável aval do próprio presidente Ernesto Geisel. No entanto, Paulinelli acabou por se compor com Simonsen, aceitando os seus percentuais para a safra 1977-78.

A proposta do Planejamento não foi sequer analisada, apesar de todo o esforço despendido por seus técnicos para juntar informações e dados, na tentativa de evitar as costumeiras desavenças neste assunto entre Fazenda e Agricultura. Em todo caso, deve ter influído nas circunstâncias o fato de a Secretaria de Planejamento nunca ter exercido papel decisivo no encaminhamento da questão, nas vezes anteriores. Fala-se, ainda, que o comportamento de Paulinelli na reunião do Conab, presidida por ele, se poderia classificar como "pessedismo mineiro". De fato, o ministro da Agricultura, ao aceitar os aumentos médios de 23,5%, os mais baixos desde 1974, quando foi inaugurada uma ampla política de estímulo e garantia à produção, formulou concei-

tos que não se imaginaria poder atribuir a ele um ano atrás. "Preço mínimo não é salário", disse Paulinelli, "nem pode ser entendido como um fator de remuneração do produtor."

Explicar o quê? — No ano passado, a prioridade do governo era em relação ao equilíbrio da balança comercial e a agricultura foi insuflada para prestar substancial contribuição. O aumento médio de preços, então, chegou a 53,5%. Mas, no momento, o combate à inflação assume posição prioritária, determinando um crescimento mínimo na elevação dos preços em alguns produtos ou, ainda, crescimento zero. E até diminuição de área plantada em outros — ou seja, mesmo a recessão agrícola seria preferível a um crescimento que acabe realimentando o processo inflacionário dentro de alguns meses. Por tudo isso, talvez tenha funcionado ao contrário o esforço da assessoria do ministro Paulinelli com o intuito de desfazer a impressão de que a agricultura fora arrolhada. O diretor executivo da Comissão de Financiamento da Produção (CFP), Paulo Roberto Vianna, que responde, afinal, pela política de preços mínimos, chegou a convocar a imprensa na tarde da última sexta-feira para dar explicações.

Vianna disse, por exemplo, que os custos de produção são apenas um elemento componente na definição dos preços. Para os agricultores gaúchos ou paranaenses, uma argumentação nada convincente. Em Porto Alegre, o presi-

dente da Fecotriga (Federação das Cooperativas Brasileiras de Trigo e Soja), Ari Dionísio Dalmolin, foi incisivo a respeito. "Seria melhor que o governo fizesse um chamamento claro ao sacrifício, para conter a inflação", disse ele a VEJA, "ao invés de fixar preços irrealistas e dizer que eles são superiores aos custos da produção, quando efetivamente não são" (afirmação nesse sentido foi feita pelo assessor Nuno Casassanta, do Ministério da Agricultura).

Dalmolin citou, para exemplificar, os custos para a saca de 60 quilos de soja da próxima safra, calculados pela Fecotriga em 152,47 cruzeiros, enquanto o preço estabelecido na reunião do Conab foi de 112,20 cruzeiros — só em fertilizantes e sementes o agricultor gastaria mais do que isso.

Como os preços mínimos determinam o financiamento do agricultor (ele receberá 60% dos preços fixados, para o cultivo), é tido como certo que haverá queda de produtividade, pois serão mantidas lavouras tecnicamente mais rudimentares. E os principais produtos a serem contidos pela inflação são de justificar dores de cabeça — já confessadas — não só no sul mas também em Brasília. A saber: o feijão e o arroz, do prato; o milho, das rações; o algodão, da indústria têxtil; e a soja, que paga boa parte das importações de petróleo e máquinas. A nova expectativa não deixa de ser irônica — a de saber se a contenção não causará dificuldades pela outra via, ou seja, pela necessidade de importar alguns desses itens.

'Crédito rural exclui 80% dos produtores'

Cerca de 80% dos produtores rurais brasileiros não têm acesso ao crédito rural tradicional e à assistência técnica oferecida pelo governo, que beneficiam apenas os grandes e médios produtores, segundo afirmou ontem, em Belo Horizonte o presidente da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural, Renato Simplicio Lopes. Segundo ele, o total de produtores rurais que não se beneficiam de qualquer programa de crédito rural no País chega a 13 milhões.

Os principais motivos para que esses pequenos produtores não tenham acesso ao crédito e à assistência técnica oferecidos pelo poder público: "Suas terras são fráguas, suas propriedades pequenas, eles não têm garantias a oferecer para o financiamento e resistem muito a inovações tecnológicas, além de comercializarem mal o pequeno excedente de produção que conseguem, por dependerem muito do intermediário". 3 8 7 7.

BOIA-FRIA

Os pequenos proprietários de terra estão se transformando em bóias-frias. Esta a denúncia do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Presidente Prudente, em documento que pretende enviar ao presidente da República aos ministros da área econômica, Congresso Nacional e governo de São Paulo. Segundo o Sindicato, em média, 15 famílias abandonam a lavoura, por mês. Em relação aos arrendatários, o Sindicato afirma que não adianta eles receberem terras para plantio se não têm contrato, acesso aos bancos por falta de avalistas e assistência social. E os proprietários vêem-se obrigados a vender suas terras para pagar dívidas aos bancos, transformando-se, assim, em bóias-frias. Por último, surgiu um novo problema na região de Presidente Prudente as doenças por intoxicação com defensivos agrícolas. O número de óbitos vem crescendo na região e a última morte registrada foi na semana passada, numa ilha do rio Paraná, em Presidente Epitácio.

feijão

O reduzido aumento concedido ao preço mínimo do feijão (25,3% para os feijões branco, cores e rajado e 23,5% para o feijão preto) obrigou a revisão do Programa de Estímulo à Produção, denominado oficialmente de "Diretriz Nacional para o Feijão", pois, entre outras coisas, o plano sugeria que o preço mínimo fosse fixado em Cr\$ 427,80 por saca de 60 quilos a granel, o que corresponde ao preço pago pelo feijão importado do Chile em abril deste ano. O preço mínimo aprovado, contudo, ficou mesmo em Cr\$ 278,00 a saca. Os técnicos dizem que esse preço é insuficiente e não vêm perspectivas a médio prazo para a normalização do abastecimento. 26-7-77

Cebola

Os produtores de cebola da região do São Francisco (Juazeiro, na Bahia, e Petrolina, em Pernambuco) estão encontrando sérias dificuldades para vender as 48 mil toneladas do produto da safra de 76. Para produzir gastaram Cr\$ 1,60 por qui-

lo, mas não conseguem vender a produção por mais de 30 centavos o quilo.

Muitos lavradores já se declaram em situação de insolvência e comenta-se que cerca de 300 famílias já estariam desempregadas.

A principal causa apontada pelos produtores do Vale do São Francisco para a crise que estão atravessando é a safra precoce da cebola paulista. São Paulo, o principal consumidor de cebola da região, passou a produzir mais e, com isso, houve um desequilíbrio nos preços. 10-8-77

arroz

Moratória para os financiamentos do Banco do Brasil e revisão dos preços mínimos, é o que os rizicultores da região da Jataí, no Sudeste de Goiás, vão reclamar do governo ao ministro Alysson Paulinelli, da Agricultura, que sábado estará na cidade, para participar de um encontro sobre problemas dos cerrados. Se o governo não acolher as reivindicações dos produtores, eles ameaçam queimar ou jogar no Rio Claro as 700 mil sacas de arroz da safra deste ano. 5-8-77

Quem lucra e quem perde no jogo do café

FOLHA DE S. PAULO

"Agora, que colhi umas 500 sacas de café (em coco) e esperava obter algum dinheirinho extra para compensar as perdas totais do ano passado, não encontro preço nem comprador para meu café". De um produtor do Norte do Paraná com uma lavoura de 55 mil pés.

"Quem ganhou com a geadada? Olha moço, posso lhe assegurar, mormente agora que não consigo preço para o pouco café que colhi este ano, que nenhum dos pequenos sítiantes ganhou. A maioria dos que eu conheço já havia vendido seu café antes da geadada. Quando os preços dispararam, os pequenos não tinham café para aproveitar a maré boa. Agora, que colheram um pouco, não encontram bom preço". De outro pequeno cafeicultor da Alta Paulista.

"Escassez? — Não creio que a situação seja de muita escassez no mercado mundial de café. Se pesarmos a queda de consumo verificada nos Estados Unidos e na Europa e no próprio mercado interno brasileiro, é difícil acreditar que haja extrema escassez do produto. O que motivou as altas de fevereiro e março, a meu ver, foi a incerteza quanto ao desempenho da atual safra brasileira, o temor de novas geadas e, sobretudo, a formação de estoques suplementares por parte de boa parcela de consumidores europeus e norte-americanos durante o último inverno (dezembro a março)". A opinião é de um técnico de comercialização de café de uma exportadora do Rio de Janeiro.

Com efeito, ninguém mais da área de comércio de café acredita na possibilidade de o mercado reagir para alcançar níveis de preços como os que vigoraram entre fevereiro e março, quando a saca do produto chegou a ser negociada a 440 dólares no mercado externo (Cr\$ 6.500,00). No mercado interno, chegou ao pico de Cr\$ 4.200,00 a saca.

Algumas fontes do setor de exportação de café de Santos disseram que apenas em outubro poderão ocorrer recuperações substanciais de preços. Até lá, as cotações deverão oscilar entre um mínimo de 150 e um máximo de 220 centavos de dólar por libra peso.

Nos últimos dias, o pouco café vendido por produtores

em dificuldade econômica no interior de São Paulo alcançou Cr\$ 600,00 por saca de 40 quilos de café em coco, ou seja, cerca de Cr\$ 1.800,00 por saca de 60 quilos do produto beneficiado (em média, três sacas de café em coco de 40 quilos perfazem uma de 60 quilos do produto beneficiado). A esse nível de preços, muitos produtores mal cobrirão seus gastos com o trato da lavoura, colheita, transporte e Funrural.

Em todo o Norte do Paraná e interior de São Paulo, não se esperam, de imediato, reações significativas nos preços de café. Assim, pequenos e médios produtores tendem a vender seu produto ao primeiro comprador que aparecer, pois vários deles já sentem o peso dos empréstimos a vencer nas próximas semanas.

ABASTECIMENTO

Nos últimos dois meses, praticamente não houve exportações de café brasileiro. Os embarques efetuados apenas complementaram contratos anteriores. Mesmo com a abertura dos registros para exportação, os negócios dificilmente crescerão, em agosto, disseram fontes de Santos. O preço de registro do café brasileiro para exportação é de 320 centavos de dólar por libra peso, marca muito acima da cotação internacional do produto, atualmente ao redor de 190 centavos de dólar por libra peso.

Não havendo exportações, criar-se-á sério problema para o atendimento do mercado interno. Até junho, o IBC vinha fornecendo cafés de seus estoques às torrefadoras do Centro-Sul. Com suas reservas próximas da exaustão, o IBC reservou cerca de 2 milhões de sacas para o atendimento do Norte e Nordeste do país no segundo semestre deste ano. O Centro-Sul deverá ser suprido com a parcela resultante do contingenciamento das exportações.

Para cada duas sacas exportadas, o exportador fornecerá uma às torrefadoras. A fim de que sua exportação seja liberada, ele deverá apresentar a "camileta", um certificado de que realmente entregou às torrefadoras a cota do contingenciamento. Não havendo exportações, não haverá repasse desse café às torrefadoras.

Por outro lado, como o preço interno do produto já é inferior ao preço base fixado para a comercialização dessa saca (Cr\$

2.000,00) e como produtor não poderá fornecer café às torrefadoras, estas ficarão com um poder de barganha nas mãos, para fornecer a "camileta", a ponto de impor preços inferiores a Cr\$ 2 mil ao produto a ser repassado pelo exportador, pelo menos numa conjuntura de comercialização como a vigente nos dias de hoje.

Este problema ainda não pesou no suprimento do mercado da região Centro-Sul porque houve uma redução do consumo da ordem de 15%, quando os preços passaram para Cr\$ 59,40 o quilo do café torrado e moido, segundo dados colhidos junto ao comércio varejista do Rio e de São Paulo. No Nordeste, esta queda de consumo foi da ordem de 40%, segundo levantamento preliminar de entidade do comércio varejista.

Além do impasse para o abastecimento do Centro-Sul, há ainda o problema da qualidade do produto fornecido à população. O próprio IBC chegou a admitir, no início do ano, não ter condições de controlar a qualidade do café torrado e moido. Inúmeras fraudes foram constatadas, mas poucas empresas punidas. O milho vem sendo adicionado à escolha do café (palha, grãos partidos, ardidos e outros defeitos que constituem o subproduto do beneficiamento) matéria-prima das torrefadoras. A constante queda de qualidade do produto vem sendo sentida pelos bares e restaurantes da Grande São Paulo, além do consumidor familiar.

Segundo o proprietário de um grande bar no largo de Santa Efigênia — São Paulo —, o pó utilizado no preparo do café não fornece mais o mesmo número de chicanas e a bebida apresenta um sabor que contraria o paladar do consumidor. Esta queda de qualidade do produto é um dos fatores que têm levado à redução do consumo, além do alto preço, pago pela população. As novas gerações de brasileiros talvez venham a substituir o café por refrigerantes ou outro produto, se continuar sendo fornecido ao consumidor produto de tão baixa qualidade, disse um técnico do Instituto de Tecnologia de Alimentação (ITAI). Ao que, tudo indica, está-se formando uma geração de brasileiros que não apreciará o café.

Até 1974, o mercado interno brasileiro, o segundo do mundo, consumia em média 7

milhões de sacas por ano. Em 1976, este consumo caiu para 5,5 milhões e, em 1977, há indicações de que ele não chegará a 5,5 milhões de sacas.

IMPORTANCIA DO CAFÉ

Até 1971, o setor café era responsável pela geração de 5,5 milhões de empregos diretos e indiretos no Brasil, segundo dados do IBC. Embora sua importância na geração de novos empregos tenha decrescido entre 1972 e 1975, com a redução das lavouras, sobretudo no Norte do Paraná, que cederam lugar ao trigo e soja, ele continua a dar emprego a pelo menos 5 milhões de trabalhadores.

A participação do café em grão na pauta de exportações brasileiras caiu de 53%, em 1964, para 34%, em 1970, 20%, em 1973, e apenas 10%, em 1975. Ano passado, essa participação cresceu mais de 100%, passando para 21% e, em 77, ela deverá alcançar cerca de 25%, com um total de 3 bilhões de dólares. Somente no primeiro semestre do ano, as exportações de café em grão somaram US\$ 1,88 bilhões de dólares e as de solúvel mais US\$ 268 milhões (dados da Cacex). Até o fim do ano deverão ser exportados mais 1 bilhão de dólares, de acordo com estimativas de exportadores santistas.

Ninguém espera, agora, que as exportações de café possam cobrir este ano os gastos com as compras externas de petróleo. Algumas previsões excessivamente otimistas formuladas por autoridades governamentais, em março e abril, admitiam que a receita de café chegaria a cerca de 4 bilhões de dólares este ano.

ESTOQUES

Os estoques remanescentes das safras anteriores devem estar por volta de 7 milhões de sacas, atualmente, segundo admitiu o presidente do IBC, Camilo Calazans, em entrevista recente. Como a safra atual deve chegar a 14,5 milhões de sacas, pois em regiões como Alta Paulista, Alta Araraquarense e Sul de Minas, a produção tem superado as previsões iniciais numa margem de 10%, os estoques remanescentes e novos deverão somar 21,5 milhões de sacas. Existe ainda um estoque morto em mãos de especuladores que aguardam preços exorbitantes para fechar negócio da ordem de 2 milhões de sacas, além de 1,5 milhão de sacas do IBC.

Com base nesses dados dá para prever que há café para atender a demanda interna (5,5 milhões de sacas) e a externa no decorrer do ano cafeeiro 77/78, até a entrada da próxima safra (12 a 15 milhões de sacas). A indústria do solúvel será abastecida com a parte restante e com as aquisições da Interbrás no mercado externo para a defesa do preço do café.

VEJA, 27 DE JULHO, 1977

AS DIVERGENCIAS BRASIL - ARGENTINA

Este é um inverno carregado de apreensões em Buenos Aires. No envelhecido Palácio San Martín, sede da chancelaria argentina, a poucas quadras da calle Florida, onde ruidosos turistas brasileiros se esparramam com seus recém-comprados casacos de couro, respirava-se nas últimas semanas uma melancolia de tango. Pois até no Ministério das Relações Exteriores se começava a duvidar de que apenas as luzes da diplomacia convencional pudessem dissipar o espectro de uma dramática crise com o Brasil, em virtude das intermináveis divergências sobre a questão do aproveitamento do rio Paraná. "As relações entre nossos países são um assunto sério demais para ficar entregue aos diplomatas", dizia recentemente a Luiz Weis, enviado especial de VEJA a Buenos Aires, um graduado funcionário diplomático argentino, numa amarga paráfrase do célebre dito de Georges Clemenceau sobre os militares e a guerra.

Com efeito, as esperanças argentinas voltaram-se ostensivamente para a possibilidade de um entendimento direto entre as Forças Armadas de ambos os países. Não que os militares, eles próprios, devessem resolver as questões em jogo. Mas esse tipo de aproximação, pretendido por Buenos Aires, poderia derubar as resistências ao diálogo político — levantadas, segundo os argentinos, pelo Itamaraty. E, se tudo desse certo, uma conferência de cúpula entre os generais Ernesto Geisel e Jorge Rafael Videla daria a luz verde para conversações, aí sim diplomáticas e técnicas, entre brasileiros e argentinos. Na base dessa expectativa está a suposição de que os dois presidentes, melhor do que ninguém, podem abrir o caminho para algum tipo de acordo em relação aos temas mais evidentes da controvérsia.

Estes são, de um lado, a colossal hidrelétrica de Itaipu, que começa a ser construída no rio Paraná pelo Brasil e o Paraguai, pouco abaixo da Foz do Iguaçu e a 17 quilômetros da fronteira argentina — e, de outro, a ainda hipotética usina argentino-paraguaia de Corpus, que se localizaria cerca de 250 quilômetros a jusante de Itaipu, no mesmo Paraná — por enquanto, apenas um marco de concreto perdido no matagal às margens do rio. Teme-se em Buenos Aires que, ao entrar em funcionamento a partir de 1983, Itaipu possa transtornar a navegação e os portos argentinos rio abaixo, na medida em que provocar bruscas oscilações no nível das águas. Os brasileiros asseguraram que isso não acontecerá e advertem, por sua vez, que se Corpus for erguida na cota de 120 metros acima do nível do mar, considerada ideal pelos argentinos, as turbinas de Itaipu acabarão "afogadas" pelo reservatório da usina.

Vontade política — Em conseqüência, a capacidade geradora prevista para Itaipu — 12,6 milhões de quilowatts, quando a usina estiver operando com sua

potência total — ficaria reduzida pelo menos em um sexto. Além disso, porções não especificadas de território nacional (no extremo oeste de Santa Catarina) correriam o risco de submergir para sempre. Respondem os argentinos que o potencial imaginado para Corpus na cota 120 — 6,8 milhões de quilowatts — seria dizimado para 1,9 milhão na cota 100, a altura máxima admitida pelos brasileiros, o que tornaria a obra um negócio muito pouco atraente. E, convencidos de que é possível conciliar Itaipu e Corpus — "se houver em Brasília vontade política para tanto", como se diz em Buenos Aires —, os argentinos saíram em busca de novos interlocutores para articular um encontro Geisel-Videla.

(...)

De modo geral, os diplomatas argentinos se dizem também surpresos com o que qualificam de "endurecimento" da posição brasileira nos últimos meses — em contraste com o clima francamente favorável ao diálogo que parecia firmar-se em fins do ano passado. Realmente, em dezembro de 1976, por ocasião da conferência dos chanceleres dos países da Bacia do Prata, em Brasília, o então ministro das Relações Exteriores da Argentina, almirante Cesar Guzzetti, após uma conversa a portas fechadas de 90 minutos com Azeredo da Silveira, chegou a prever "negociações futuras que tragam a esperança de resultados positivos".

Essas negociações, por sinal, não se limitariam aos problemas do rio Paraná: Itaipu e Corpus passariam a ser tratados no contexto geral das relações entre os dois países. "Bastará a boa vontade das partes envolvidas", assegurou então Guzzetti, "para aparar as divergências." Um mês depois, quando se adensavam as pressões americanas contra o programa nuclear brasileiro, o governo argentino declarou-se publicamente solidário com o Brasil — "um gesto espontâneo de boa vontade jamais retribuído", queixa-se hoje um decepcionado diplomata argentino. "Foi, de fato, uma atitude positiva", reconhece de seu lado um alto funcionário da embaixada brasileira em Buenos Aires. "Mas é bom não esquecer que as atividades nucleares argentinas também estão na mira dos Estados Unidos."

Seja como for, o edifício de esperanças que se supunha sólido em dezembro-janeiro em pouco tempo passaria a exibir múltiplas rachaduras. A primeira fenda surgiu em abril. No dia 12 desse

mês, quando o presidente paraguaio Alfredo Stroessner veio ao Rio de Janeiro conferenciar com o general Geisel (não por acaso, meros dez dias antes da visita do presidente argentino Jorge Videla a Assunção), Azeredo da Silveira declarou que o Brasil não poderia admitir a construção da hidrelétrica de Corpus na cota desejada pela Argentina, "porque isso significaria abrir mão da soberania nacional". Em maio, o Brasil rejeitou uma proposta argentina, encaminhada ao Itamaraty pelo embaixador Oscar Camilion, para a realização de "conversações trilaterais" — portanto, com a inclusão do Paraguai — sobre a compatibilização dos projetos energéticos no rio Paraná.

(...)

No máximo, a resposta do Palácio San Martín à política brasileira na Bacia do Prata se traduz em comentários de desolada perplexidade. "Francamente, não entendemos o que deseja o Brasil", diz por exemplo um diplomata que, sem dúvida, tem idéias mais precisas, certas ou erradas, sobre as intenções brasileiras. Outros preferem lançar a culpa de tudo aos ombros do ex-embaixador em Buenos Aires, de 1969 a 1974, hoje chanceler Azeredo da Silveira.

Esse, porém, já não é o diagnóstico de setores menos interessados em estabelecer distinções entre o Itamaraty e o governo brasileiro como um todo. É o caso de velhos arautos da inevitável rivalidade entre o Brasil e a Argentina, como o extremado almirante Isaac Francisco Rojas, ativo participante do golpe que derrubou o regime peronista em 1955. "Seria imperdoável candura", escreveu ele recentemente no diário *La Nación*, "imaginar que se teria aberto alguma brecha entre o Itamaraty e qualquer outro organismo do Estado, menos ainda o Conselho de Segurança Nacional." Embora longe ideologicamente de Rojas, o semanário *Ultima Clave*, tido como porta-voz dos setores liberais, do Exército, também se recusa a crer que os problemas com o Brasil resultam somente da atuação do ministro Silveira.

Segundo *Ultima Clave*, na raiz das divergências sobre o rio Paraná estariam as "ambições hegemônicas" do Brasil no cone sul da América e a "estratégia expansionista baseada nos conceitos geopolíticos de 'fronteiras móveis' e 'destino manifesto'". Sentencia o jornal: "Itaipu, acima de tudo, é uma plataforma de lançamento da hegemonia brasileira na Bacia do Prata".

Um sócio sintonizado

Durante muitos anos, atribuíram-se ao governo paraguaio do general Alfredo Stroessner prodigiosos exercícios de conformismo político, que lhe permitiriam tirar o melhor proveito possível das

rivalidades entre o Brasil e a Argentina. Tais malabarismos, conhecidos pelo eufemismo de "diplomacia pendular", teriam porém perdido o sentido. Especialmente desde a assinatura do Tratado de

Itaipu, em abril de 1973, robustos vínculos econômicos e políticos aproximaram o Paraguai do Brasil numa escala sem precedentes. E, na quinta-feira da semana passada, ao iniciar-se na cidade fronteiriça de Puerto Stroessner uma reunião extraordinária da diretoria da Itaipu Binacional, tinha-se como absolutamente certo que Stroessner daria mais um passo crucial para fixar o nêndulo paraguaio definitivamente do lado brasileiro — a mudança da ciclagem da rede elétrica de seu país para 60 hertz, a mesma do Brasil.

Assim, as dezoito futuras turbinas da hidrelétrica de Itaipu poderão funcionar numa só frequência, como desejavam os brasileiros. Contra essa mudança, influentes vozes se haviam feito ouvir em Assunção nas últimas semanas. A Union Industrial Paraguaya, a principal associação de empresários do país, argumentou que os prejuízos econômicos que a reciclagem traria, estimados em até 400 milhões de dólares, não seriam adequadamente compensados pelo Brasil. (Autoridades brasileiras calculam que esse custo será dez vezes menor e informam que serão concedidos ao Paraguai financiamentos da ordem de 200 milhões de dólares, a serem pagos em até vinte anos.) Advertiam também os empresários da UII que, em matéria de equipamentos elétricos e eletrodomésticos, a modificação tornaria o Paraguai um virtual "mercado cativo" da indústria brasileira. Finalmente, deixando de ter a mesma ciclagem argentina — 50 hertz —, o Paraguai dificultaria a operação da projetada usina binacional de Yaciretá e colocaria um obstáculo adicional, quem sabe intransponível, para a já incerta hidrelétrica de Corpus.

Alheios a essas equações financeiras, e mais distantes ainda do jogo de xadrez diplomático disputado por brasileiros e argentinos em torno de Itaipu, nos cantos da hidrelétrica tida já como "irreversível", os operários trabalham dentro de rígidos esquemas hierárquicos. Cada

doze serventes, por exemplo, são chefiados por um feitor. Cinco feitores subordinam-se a um mestre de obras. Quatro mestres respondem a um encarregado — e, finalmente, seis encarregados obedecem a um engenheiro. Supõe-se que tão verticalizada estrutura de trabalho seja necessária para "manter o cronograma em dia".

(...)

Até nos hábitos alimentares, Itaipu começa a abrasileirar a vida paraguaia: um número cada vez maior de trabalhadores paraguaios tem substituído o tradicional *puchero* de seu país, mistura de carne e mandioca, "pelo nosso feijão com arroz", observa o feliz de Paula. Há, naturalmente, os que rejeitam a conversão, como o apontador de custos Constantino Iriarte, 24 anos e 2.300 cruzeiros de salário mensal. Ele não só permanece fiel aos pratos paraguaios como se queixa da pobreza do lazer nas horas de folga em Itaipu. "Faltam programas culturais", exemplifica patrioticamente, "sobre Solano Lopez ou os heróis do Chaco."

"Canal do Panamá" — Reclamações mais graves podem ser entreouvadas em Assunção. O líder da oposição liberal-radical, deputado Domingo Laino, que participou de um simpósio sobre a Bacia do Prata na recente reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, em São Paulo, desfiou para VEJA um rosário de críticas à política de seu governo — e à do governo brasileiro também. Ele acusa, por exemplo, o regime de Stroessner de "cumplicidade" com o que julga ser "o expansionismo econômico e político brasileiro" na região, responsável, segundo ele, pela inexistência de conversações tripartites sobre o uso do rio Paraná e pela "sate-litização" do Paraguai. Laino, professor de Direito da Universidade Católica de Assunção, classifica o Tratado de Itaipu como "leonino", tanto seria ele, no seu entender, prejudicial ao Paraguai.

De acordo com seus cálculos, "cada dólar financiado pelo Brasil para a construção de Itaipu custará ao Paraguai oito vezes mais, quando chegar a hora de pagar a conta". E como "tais injustiças não serão eternamente aceitas pelos paraguaios", ele prevê que Itaipu apresentará para o Brasil nas próximas décadas um problema tão sério como o do canal do Panamá é hoje para os Estados Unidos. Previsivelmente, Laino colocou-se na primeira fila entre os opositores à mudança da ciclagem da rede elétrica paraguaia, para ele "a mais recente prova da entrega do Paraguai ao Brasil". Opinião rigorosamente contrária a essa é a do engenheiro Enzo Debernardi. "Tenho fé no espírito de independência do meu país", costuma dizer. "Se os brasileiros tentarem intervir aqui, se darão mal."

Dele partiu aliás a primeira indicação oficial de que o Paraguai adotaria a ciclagem brasileira. Ao falar no dia 1.º deste mês num ciclo de debates organizado pela Faculdade de Engenharia de Assunção, onde é titular da cadeira de Máquinas Hidráulicas, Debernardi afirmou que a passagem de 50 para 60 ciclos na rede paraguaia não representaria "nenhuma mudança dramática". Ele fez uma comparação: "Se um país importante como os Estados Unidos pensa mudar o seu padrão de medidas, para adotar o sistema métrico decimal, por que não poderia o Paraguai alterar a frequência de seu sistema elétrico?" E, na última quinta-feira, quando se reuniu em Puerto Stroessner a diretoria da Itaipu Binacional, para tratar de "assuntos administrativos inadiáveis", Debernardi e Costa Cavalcanti conversaram sobre novos financiamentos para a obra — e também sobre a questão da ciclagem. A essa altura, a única divergência entre eles dizia respeito à data em que a decisão paraguaia será oficialmente anunciada — "meados de agosto", segundo Cavalcanti, "setembro", para Debernardi.

O ESTADO DE S. PAULO

EXIGÊNCIAS DO PARAGUAI

O Paraguai dispõe-se a alterar para 60 ciclos o seu sistema elétrico, desde que o Brasil instale naquele país vários projetos industriais, entre os quais uma usina siderúrgica. 28-7-77

O ESTADO DE S. PAULO

PARAGUAI FORA DAS DISCUSSÕES

Pelo menos uma grande preocupação as autoridades paraguais não puderam disfarçar, ante a divulgação, pelo "Estado", das notas trocadas pelas Chancelarias brasileira e argentina: nesses textos, percebe-se que Brasil e Argentina pretendem discutir bilateralmente, de início, suas divergências quanto ao aproveitamento dos rios da bacia do Prata, e só depois, então, chamar o Paraguai à mesa de negociações. 7-8-77

O ESTADO DE S. PAULO

PERU APOIA TESE BRASILEIRA

Ao assinar ontem o comunicado conjunto que reafirma o princípio da soberania "permanente e inalienável" dos Estados sobre seus recursos naturais, o chanceler peruano José de La Puente assegurou o apoio tácito de seus país à tese brasileira sobre o aproveitamento dos rios compartilhados na Bacia do Prata, principal razão das divergências do Brasil com a Argentina. No mesmo documento, expressa-se a concordância em torno da cooperação multilateral na Amazônia, ou

seja, do Pacto Amazônico proposto pelo Itamaraty a seis países da região. 16-7-77

RELAÇÕES BRASIL - PERU

O Peru admite a participação brasileira no seu programa nuclear. Essa possibilidade foi confirmada, ontem, durante entrevista coletiva concedida pelo embaixador Juan de La Piedra, subsecretário para assuntos econômicos da Chancelaria peruana e chefe da delegação de seu país na Comissão Mista Brasil-Peru. A Comissão iniciou ontem, no Itamaraty, sua quarta reunião.

O embaixador Piedra disse que a Argentina ofereceu ao Peru sua colaboração no setor nu-

clear, com um reator de potência zero, mas que seu país está aberto à participação de outros vizinhos que "tenham uma contribuição a oferecer nesse e em outros setores".

A possibilidade de implantação de um depósito para minerais peruanos, em São Paulo, é outro ponto importante da agenda. Brasil e Peru continuam estudando a perspectiva de ser constituída uma empresa binacional para prospecção do cobre peruano e o respectivo abastecimento do mercado brasileiro.

O embaixador Juan de La Piedra também admite a colaboração do Brasil na prospecção do petróleo peruano, utilizando as alternativas que a Petrospere está abrindo à participação de empresas estrangeiras, entre elas a Petrobrás. 13-7-77

O ESTADO DE S. PAULO

URUGUAI APOIA TESE BRASILEIRA

A declaração conjunta assinada ontem pelos presidentes Geisel e Mendez dá total apoio à tese brasileira de aproveitamento de recursos naturais compartilhados, entre os quais os rios internacionais. O item 4 da declaração conjunta dispõe: "Reafirmam (Brasil e Uruguai) sua adesão ao princípio da sobe-

ranla permanente e inalienável dos Estados sobre seus recursos naturais e o direito de dispor livre e soberanamente dos mesmos, para utilizá-los em favor do desenvolvimento econômico e social de seus povos".

Esse item responde a um trecho da declaração conjunta firmada há poucos dias, em Monte-

vidéu, durante a visita do presidente argentino, Jorge Rafael Videla, ao Uruguai. Na ocasião, esses dois países aprovaram um item que apoia a tese do "aproveitamento ótimo" dos recursos naturais compartilhados. O Brasil é contra esse princípio porque, na prática, o "aproveitamento ótimo" da hidrelétrica de Corpus (argentino-paraguai) prejudicaria o bom aproveitamento de Itaipu, o projeto conjunto brasileiro-paraguai.

VISITA DO CHANCELER DO TOGO 20-8-77

Brasília — O Itamarati anunciou ontem oficialmente a chegada ao Brasil, na terça-feira, do Chanceler do Togo, Edem Kodjo, para uma visita política a Brasília e passagem turística por várias Capitais do país. A visita do Chanceler servirá, especialmente, para que o Itamarati mantenha conversas com países da África negra.

O ESTADO DE S. PAULO

BRASIL - AFRICA

"O aprofundamento das relações com a África tem caráter prioritário entre os objetivos brasileiros de política externa", disse, ontem, o chanceler Azeredo da Silveira, em cerimônia de assinatura do convênio com a Secretaria de Planejamento da presidência da República — SEPLAN — para a prestação de cooperação técnica, pelo Brasil, a países africanos, a qual compareceu o ministro Reis Velloso.

20-8-77

BRASIL E BOLÍVIA ESTREITAM RELAÇÕES

O ESTADO DE S. PAULO

O Brasil comprará da Bolívia, diariamente, 240 milhões de pés cúbicos de gás e, anualmente, 410 mil toneladas de aço e 100 mil toneladas de uréia. Essa convicção foi manifestada à imprensa ontem, em Brasília, pelo presidente da Bolívia, general Hugo Banzer, após a reunião de quase uma hora em que ele e o presidente Ernesto Geisel assinaram, no Palácio do Planalto, um tratado de amizade, coope-

ração e comércio, uma declaração conjunta e cinco outros documentos destinados a estreitar as relações entre os dois países.

Para o Brasil, a visita de Banzer foi considerada um êxito. Ratificou-se o acordo de Cochabamba, que prevê a compra de gás boliviano e de parte da produção do polo industrial a ser implantado no Nordeste da Bolívia. O Brasil também conseguiu a adesão formal da Bolívia ao Pacto Amazônico e estabele-

ceu um tratado que consagra um quadro global que dá bases novas e dinâmicas ao relacionamento entre os dois países.

Incluída no acordo de amizade, foi instituída a Comissão Geral de Coordenação Brasileiro-boliviana, à qual caberão a seleção e o desenvolvimento dos projetos e programas conjuntos mais adequados a contribuir, de forma significativa, para o estreitamento das relações entre Brasil e Bolívia 18-8-77

O ESTADO DE S. PAULO

A INFLUENCIA BRASILEIRA NA ÁFRICA

Na África, a diplomacia brasileira possivelmente não possa apresentar-se com igual tranquilidade perante o Alto Comando, sempre cioso da segurança nacional diante dos avanços soviéticos na área. Ressalte-se, todavia — mesmo considerando os erros e atitudes apressadas do Itamaraty no caso angolano e sua passividade diante das manifestações ostensivas de hostilidade do governo de Moçambique para com nosso regime —, que tanto o Itamaraty quanto o Alto Comando têm plena consciência de uma verdade enunciada pelo

chanceler à sua volta de Paris: o Brasil não tem capacidade de intervenção, do ponto de vista militar, devendo contentar-se com o *status* de potência regional. O que deve ter sido discutido no "Forte Apache" é até que ponto as influências culturais, tecnológicas e econômicas que o Brasil pode exercer, na África lusófona, serão suficientes para conter o crescente domínio cubano em Angola e soviético em Moçambique. A relação internacional de forças indica que, nesse terreno, nossa capacidade de influir é pequena, preferindo o Brasil que os Estados Unidos arquem com os ônus de contenção do imperialismo soviético, como parecem finalmente haver decidido fazer. 30-7-77

O ESTADO DE S. PAULO

MOÇAMBIQUE RECEBE PRESTES AO MESMO TEMPO BRASIL CONDENA RODÉSIA

O convite que o presidente de Moçambique, Samora Machel, fez ao secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro, Luiz Carlos Prestes, para uma visita oficial a Maputo causou irritação em alguns setores do Itamaraty. Alguns especialistas da Chancelaria comentaram que a atitude de Machel coincide com o momento em que o governo brasileiro está fazendo duas aberturas para Maputo: 1 - o deslocamento para essa capital de um embaixador de alto nível, Italo Zappa, que vinha ocupando a chefia do Departamento da África, Ásia e Oceania; 2 - a nota enviada ao Conselho de Segurança da ONU, condenando energeticamente as recentes incursões militares da Rodésia contra Moçambique.

Os especialistas afirmam que o governo brasileiro cercou os dois gestos diplomáticos "com a maior ênfase". No primeiro caso

— o deslocamento de Zappa, que é um dos mais brilhantes diplomatas brasileiro —, houve a intenção de contemplar não apenas Moçambique, mas por extensão os movimentos de libertação africanos que têm seus "santuários" nesse país. No segundo caso, a nota brasileira, muito forte, internacionalizava a ação da Rodésia, que na visão do Brasil constitui "uma ameaça à paz e à segurança internacional".

Na opinião dos especialistas, o convite de Machel a Prestes tem uma agravante: ele é inoportuno, porque a visita do secretário-geral do PC se realizou poucos dias antes da apresentação de credenciais do embaixador Zappa em Maputo.

O protesto pela invasão de um país legitimamente constituído é a denúncia, implícita, da estratégia que a Rodésia vem utilizando para se transformar

em um falso bastião do Ocidente. Essa é a interpretação oficial do gesto brasileiro nas Nações Unidas, condenando energeticamente as últimas incursões militares da Rodésia contra Moçambique.

Moçambique é uma nação legalmente reconhecida, com presença oficial em vários organismos internacionais, entre os quais a ONU. A Rodésia é um país marginal, que viola a carta das Nações Unidas e só tem o reconhecimento de uma nação em todo o mundo: a África do Sul.

A estratégia implicitamente condenada pelo gesto brasileiro é a tentativa rodésiana de internacionalizar o conflito na África Austral, levando Moçambique a uma situação insustentável. Quando o governo de Maputo não mais tivesse condições de resistir às claras violações de sua soberania, "fatalmente teria que recorrer à ação defensiva de

Cuba e da União Soviética". Nesse momento, a Rodésia preferiria colocar o problema no contexto das relações Leste-Oeste, dramatizar a "intervenção" comunista e aparecer aos olhos da comunidade internacional como um país-mártir do Ocidente. Esse pretexto vem sendo tentado pela Rodésia desde o início dos conflitos na África Austral, como um recurso desesperado para contornar uma situação insustentável, interna e externamente.

MEIO-TERMO

A atitude do governo brasileiro na ONU, entregando uma nota ao Conselho de Segurança, teve o objetivo de renovar o seu repúdio à invasão de um país amigo como é Moçambique. Esse protesto foi ampliado porque a nota brasileira vê na atitude da Rodésia uma ação que não se restringe a Moçambique, mas coloca em xeque "a paz e a segurança internacional". 30-6-77

Brasil desagrada Argel e Quito com erros seguidos

O ESTADO DE S. PAULO

O Itamaraty conseguiu, no espaço de poucas semanas, criar dois incidentes diplomáticos: um com a Argélia e outro com o Equador, por causa da concessão de "agrement". A chancelaria brasileira propôs ao governo de Argel, para embaixador, o nome de José Oswaldo de Meire Renna, que representou o Brasil em Tel-Aviv entre 1967 e 1970 e é conhecido pelas suas posições francamente favoráveis a Israel.

Esse incrível deslize do Itamaraty teve reação imediata da

Argélia, um dos países árabes mais ortodoxos, que vetou o nome de Meire Penna, por suas "tendências israelenses". Nessa altura, em vez de restringir o incidente às relações com a Argélia, a chancelaria cometeu o segundo erro: propôs a Argel o nome de Ronald Moraes Small. A indicação desse diplomata havia sido proposta antes ao Equador, para embaixador em Quito. O governo equatoriano já havia concordado e concedido o "agrement", que o Itamaraty divulgou publicamente.

Criado o problema, o Itamaraty limitou-se a fazer uma inversão pura e simples: propôs Meira Penna para a embaixada no Equador e Ronald Small para a da Argélia. O governo de Quito ficou profundamente irritado.

Para os mais antigos diplomatas do Itamaraty, o episódio é "simplesmente incrível". Um deles comentou: "Você não deve, mas pode até, por um lamentável descuido, indicar para servir na Índia um diplomata adepto do Paquistão; para Pe-

quim, um amigo íntimo de Moscou; para o Chile, um fervoroso defensor do Peru. Mas, no permanente quadro de tensão e guerra do Oriente Médio, indicar, para servir num país árabe, um diplomata favorável a Israel ou vice-versa já é demais. O Itamaraty é uma instituição que desfruta de tradicional e merecido conceito internacional. Por isso, duas atitudes tão 'amadoristas' como essas de agora são imperdoáveis para uma Chancelaria tão profissional."

2-7-77

As vantagens do acordo Brasil-Irã

O ESTADO DE S. PAULO

"O Irã e o Brasil assinaram hoje um importante acordo que resultará considerável interdependência entre essas duas potências econômicas emergentes, nos próximos anos. O acordo foi assinado, em Brasília, entre o ministro de Economia e Finanças do Irã, Hushang Ansary, e o ministro da Fazenda do Brasil, Mário Henrique Simonsen, e foi o principal elemento nas deliberações da Comissão Mista Brasil-Irã para cooperação econômica, cuja segunda sessão realizou-se em Brasília de 20 a 22 de junho.

Segundo esse acordo, até 1978, o Brasil quadruplicará suas compras de petróleo bruto da Companhia Nacional Iraniana de Petróleo (Nioc) e até 1979 deverá importar 25% das suas necessidades totais de petróleo bruto do Irã. Em compensação, o Irã concordou em utilizar um mínimo de 30% da receita de suas exportações de pe-

tróleo para o Brasil para compras e investimentos no nosso País. Produtos agrícolas e manufaturados, óleos vegetais, alimentos e outras mercadorias a granel deverão compor prioritariamente a lista das importações a serem realizadas pelo Irã, de forma a atender as suas necessidades de importação e para fazer uso eficiente do retorno dos navios petroleiros para transporte de carga do Brasil para aquele país.

O acordo cobre um período de 5 anos e é renovável por períodos equivalentes após seu termo. Nos primeiros 5 anos, estima-se que alcance a cifra de US\$ 6,5 bilhões. A cooperação em agricultura é outro ponto importante do novo acordo Brasil-Irã. Prevê-se uma 'joint-venture' para produzir acima de 1 milhão de toneladas de soja anualmente em seu primeiro estágio, como um projeto industrial de extração para produção de óleo

vegetal no Irã.

Este acordo de comércio, de conformidade com as leis, regras e regulamentos existentes em ambos os países, visa facilitar e promover o comércio entre eles, para o que as partes contratantes trocarão periodicamente listas indicativas de bens a serem comercializados. Além disso, o acordo contempla a organização de feiras de comércio nos seus respectivos países, e estabelece um comitê de comércio a fim de examinar qualquer ponto que possa surgir do resultado de sua implementação e encontrar alternativas e mecanismos para uma crescente expansão e diversificação do comércio entre Brasil e Irã. Além disso, o protocolo da II sessão da Comissão Mista também contém diversas decisões objetivando o aproveitamento do vasto campo existente para uma considerável expansão do comércio e das relações econômicas do Brasil e Irã.

No campo da agricultura, fo-

ram recomendadas medidas para uma rápida conclusão dos relatórios referentes ao estabelecimento de um projeto de extração de soja no Irã. A comissão concordou ainda, após aprovação dos correspondentes estudos de viabilidade, estabelecer empresas conjuntas para o cultivo de soja no Brasil, objetivando, num primeiro estágio, a produção de 1 milhão de toneladas anuais, e considerar alternativas e mecanismos para desenvolver cooperação ativa entre as suas indústrias de celulose e papel. Além disso, a comissão, considerando a vital importância da pesquisa para o desenvolvimento do setor agrícola dos dois países, decidiu que suas respectivas entidades de pesquisa deverão promover um programa de estreita cooperação e deverão permutar especialistas e pesquisadores e oferecer oportunidades de treinamento em ambos os lados. 23-6-77

JORNAL DO BRASIL

Brasil é 2.^a opção de investimento japonês

Toquio — O Brasil é considerado pelo Japão o segundo melhor mercado para investimentos, de qualquer tipo, em todo o mundo, perdendo apenas para o Canadá, por 5,1 pontos. Segundo resultado de pesquisa realizada pela revista econômica Nikkei Business.

Para a classificação — informa a revista da Nikkei-McGraw Hill — são levados em conta fatores como a esta-

bilidade política, condições econômicas e atrativos para a inversão estrangeira. A pesquisa visou orientar as empresas japonesas que pretendem investir ou ampliar seus investimentos no exterior.

Na área de mercados para investimentos em recursos naturais e processamento, o Canadá e o Brasil obtiveram a classificação AA, com 83,2, e 84 pontos de média.

O Brasil obteve a seguinte classificação, por indicador: estabilidade política, 100 pontos; situação econômica, 60 pontos; infra-estrutura industrial, 70 pontos; disponibilidade de recursos, 100 pontos; condições para investimentos externos, 66,7 pontos; relações externas, 70 pontos, e relações com o Japão, 77 pontos. 17-7-77

O ESTADO DE S. PAULO

Papa faz advertência ao defender direitos humanos

CIDADE DO VATICANO — Ao receber ontem as credenciais do novo embaixador do Brasil na Santa Sé, Expedito de Freitas Resende, o papa Paulo VI advertiu, de maneira velada, o governo brasileiro contra possíveis arbitrariedades ou violações dos direitos humanos no País. Em resposta ao discurso do embaixador, o papa Paulo VI afirmou que "a busca da eficácia (na condução da política econô-

mica) e a preocupação de garantir a necessária ordem pública não devem criar situações arbitrárias ou a violação dos direitos inalienáveis da pessoa humana".

Depois de lembrar que o papa é um profundo conhecedor da nação brasileira, o embaixador frisou que o Brasil está voltado para a obra de construção de seu destino, que somente pode ser executada em clima de paz,

liberdade, justiça e respeito". Essas palavras serviram como pretexto para o papa Paulo VI lembrar que essa obra constitui "uma tarefa exaltante, que requer a participação e a confiança de todas as categorias do povo, cujo bem ele se destina a promover não só no futuro, mas também no presente". Segundo o papa, essa é uma "tarefa imensa, pois ela deve levar prioritariamente em conta todos aque-

les, cujas condições de vida são as mais precárias, para quem o pão cotidiano, o emprego, a dignidade, a responsabilidade são os elementos indispensáveis do desenvolvimento".

Ao finalizar o discurso, Paulo VI ressaltou que "a Santa Sé está ao lado dos bispos brasileiros no seu intento e no seu dever de servir, de modo generoso e eficaz, a Igreja e seu país". 5-7-77

JURISTAS DE SÃO PAULO PEDEM ESTADO DE DIREITO

A consciência jurídica do Brasil quer uma coisa só: o Estado de Direito, já". Essa é a conclusão da "Carta aos brasileiros em homenagem ao sesquicentenário dos cursos jurídicos no Brasil", elaborada por um grupo de juristas de São Paulo, com redação final do professor Gofredo da Silva Teles Filho, e que foi lida ontem à noite em solenidade no Largo São Francisco como "proclamação de princípios de nossas convicções políticas". Redigido em termos deliberadamente claros para fácil compreensão do grande público a que se dirige, conforme salientaram seus autores, o documento faz veemente defesa do Estado de Direito, que se opõe ao Estado de fato ou de exceção; destaca a soberania da Constituição, que só é legítima quando elaborada por uma Assembleia Nacional Constituinte que, por sua vez, só leva a marca da legitimidade quando convocada pelo consenso popular.

"Declaramos ilegítima a Constituição outorgada por autoridade que não seja a Assembleia Nacional Constituinte — afirma a "mensagem de aniversário" dos cursos jurídicos no Brasil, que

2 mil ouvem à noite leitura do documento

Aproximadamente 2 mil pessoas, entre estudantes, professores, parlamentares e representantes de associações de advogados, ouviram ontem à noite a leitura da "Carta aos Brasileiros", feita no pátio interno da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco pelo professor Gofredo da Silva Teles Junior. Em discurso feito de improviso, o senador Franco Montoro, líder do MDB, afirmou esperar que "este seja o último 11 de agosto comemorado sob o regime de exceção e que o próximo já ocorra na plenitude democrática". Montoro assinalou que falava em nome do partido e dos políticos presentes, para se solidarizar com o documento dos juristas que.

O primeiro discurso foi feito pelo presidente do Centro Acadêmico XI de Agosto, Caio Marcelo de Carvalho Gianinni, que também fez a leitura dos nomes dos presentes. Disse que o Centro Acadêmico hipotecava "irrestrita solidariedade e apoio a mais esta iniciativa da consciência nacional", e criticou o reitor da Universidade de Brasília que, segundo disse, "tenta transformar a UnB num campo de concentração".

Estavam presentes ao ato, entre outros, desembargador Arruda Sampaio, Miguel Reale Junior, presidente da Associação dos Advogados de São Paulo; deputados Rui Codo, Robson Marinho, Alberto Goldman,

Vanderlei Macris, Israel Dias Novais e Airton Soares; Terezinha Zerbini, do Movimento Feminino pela Anistia; Milton Sebastião Rabello Sampaio, presidente da Associação dos Procuradores do Estado; Padre Edeño Valle, vice-reitor da PUC; um representante do cardeal D. Paulo Evaristo Arns; professores Ignácio da Silva Teles, José Carlos Boteinho de Mesquita e Fábio Comparato; representantes da Ordem dos Advogados do Brasil, seção estadual, e todos os ex-presidentes do Centro Acadêmico XI de Agosto, com exceção de Aluisio Nunes Ferreira, atualmente exilado em Paris.

9-8

FOLHA DE S. PAULO

Entrevista do professor
GOFREDO DA
SILVA TELES
ao jornalista
SAMUEL WAINER

"E como foi o documento assumindo o caráter nacional que acabou por lhe ser atribuído?"

"O texto final foi confiado a alguns emissários que o levaram ao Rio, Pernambuco e outros centros jurídicos do País, inclusive Brasília, e as adesões começaram.

"E quem eram aqueles emissários?"

"Muitos foram os próprios idealizadores. Assim, os que possuíam negócios ou escritórios no Rio, levaram para lá o documento. E a

acrescenta: "Não nos podemos turtar ao dever de advertir que o exercício do Poder Constituinte por autoridade que não seja o povo, em Assembleia Constituinte, configura, em qualquer Estado democrático, a prática de usurpação do poder político". Sustenta que "os Estados de fato ou Estados de exceção são sistemas subversivos, inimigos da ordem legítima, promotores da violência contra direitos subjetivos, porque são Estados contrários ao Estado Constitucional, que é o Estado de Direito, o Estado da Ordem Jurídica".

A Carta condena os Estados ou sistemas que, "em lugar do direito dos cidadãos de eleger seus governantes, colocam o que chamam de Segurança Nacional e Desenvolvimento Econômico: afirmamos que o binômio segurança e desenvolvimento não tem o condão de transformar uma ditadura numa democracia, um Estado de fato num Estado de Direito". Para os juristas que assinam o documento, "ditadura é o governo que está separado da sociedade civil, é o regime em que a sociedade civil não elege seus governantes e não participa do governo".

9 DE AGOSTO DE 1977

coisa começou a rodar. E aqui em S. Paulo, naturalmente, a coleta de assinaturas foi direta. Mas como o documento ainda está sendo assinado, não posso dizer exatamente qual será o número de subscritores.

"E quais as consequências, quais os reflexos que os elaboradores responsáveis pela Carta aos Brasileiros, esperam venham a ter sobre o conjunto de idéias que em outros setores do País estão à busca do retorno ao Estado de Direito.

"É claro que sustentaremos essas idéias de qualquer maneira, com consequências favoráveis ou desfavoráveis. Sabíamos perfeitamente que nestas atitudes sempre há um risco a correr. Mas é um risco que se deve correr.

"Acontece, porém, que esta Carta chega a atender até a certas exigências que nós poderíamos chamar de oficiais. Provavelmente o governo está procurando uma saída para a situação em que se encontra. Assim, todas essas idéias e colaborações para a volta a um regime que garanta a participação dos governados nas decisões dos governantes, são fatores que devem ser recebidos com agrado pelos que têm a responsabilidade dos destinos nacionais nesse exato momento.

"Professor, a Carta aos Brasileiros ao que parece se encerra com uma espécie de

proclamação que não admite recuos. Essa proclamação estaria contida na frase final: "Queremos a volta do Estado de Direito e já".

"Quando nós dizemos Estado de Direito, já, é claro que a expressão é enfática. Em política as bandeiras têm que ter cores claras, sob pena de não se poder fazer política. Quando dizemos Estado de Direito, já, estamos de fato dizendo é que devemos já irmos nos encaminhando para o Estado de Direito. É claro que de um momento para outro não pode surgir o Estado de Direito. O Estado de Direito não aparece assim num piscar de olhos. O Estado de Direito é uma estrutura inteira e esta estrutura precisa ser elaborada. Dessa forma, quando dizemos já, esse já se refere à vontade de imediatamente se iniciar o processo de normalização jurídica das instituições brasileiras.

"E como professor, poder-se-ia partir imediatamente para esse processo?"

"Esse processo evidentemente tem que tender, afinal, a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte. Isso não quer dizer que esta convocação tenha que ser feita imediatamente. Pois, como a sociedade civil esteve durante todo tempo afastada das lides políticas, será preciso que o povo se organize. Não é admissível uma convocação de



uma Assembleia Constituinte — e na sua eleição — não é admissível que haja ingerências do Poder Executivo, sob pena de uma deturpação total daquilo que se pode realmente chamar de Estado de Direito. É preciso que o povo organizado, mas livre, escolha a sua Assembleia Nacional Constituinte. Só o povo é competente.

“Sim professor, mas sem romantismos, como se poderia chegar ao povo organizado ou, melhor como poderia o povo se organizar no esquema atual de poder?”

“Em primeiro lugar seria necessário que fossem revogadas determinadas leis como o AI-5, a Lei Armando Falcão, instrumentos esses que sendo de exceção, são instrumentos que deturpam completamente a manifestação do povo. Assim, é preciso desde logo que o governo num ato de coragem, faça abolir esses instrumentos de exceção e partir realmente para outros

rumos, sem medo.

“Torna-se assim, evidente, que seria preciso simultaneamente que haja liberdade para a constituição de novos

partidos. Sem partidos como pode o povo agir, partidos autênticos, os dois partidos que aí estão, pelas suas origens, são partidos artificiais.

“Assim, primeiro uma revisão partidária, liberdade de organização de partidos. Apesar do povo ter estado afastado das lides políticas, acho que houve uma certa politização uma certa tomada de consciência da necessidade de participar. Pode-se dizer, sem maiores exageros que a cultura nacional, já está no ponto de merecer uma organização partidária livre. É uma organização partidária livre em regra leva a um sistema de contrapeso que impede, curiosamente, a vitória de radicalismos, de extremismos, como temos verificado está ocorrendo no mundo in-

teiro. Lá onde existe a liberdade de organização de partidos e lá onde existe eleições livres não são os extremistas que vencem as grandes paradas políticas. E com isto a Nação lucra, lucra extraordinariamente. Pois, para andar para frente é preciso que haja contestação. Sem contestação não é possível o progresso. (...)

“E a participação da Igreja, especificamente, da Igreja de S. Paulo, até que extensão se fez sentir no movimento que culminou com a Carta aos Brasileiros?”

“Não, o trabalho da Igreja de S. Paulo, esta Igreja que está na vanguarda da defesa dos direitos humanos em nosso País, é um trabalho que coincide com o nosso trabalho. Veja na Igreja do nosso Cardeal Don Paulo atualmente, uma allada admirável para esta campanha política.

“E, por fim, professor outras manifestações mais esporádicas, como as que

partiram do general Dilermando Monteiro, do brigadeiro Grum Moss, para só citar esses dois chefes militares, qual o reflexo dessas atitudes, especificamente, no campo dos juristas e, mais generalizado, em todas as camadas da opinião nacional?”

“Todas essas manifestações têm contribuído no sentido de animar muita gente. Animar para tomar uma atitude, vencer o medo, quero dizer, romper o círculo de ferro do medo. Um medo que até há bem pouco tempo inibia quaisquer manifestações nesse sentido.

“Mas, não quero encerrar esta entrevista, sem deixar de acentuar a campanha e o papel exercido pelos estudantes. Isto é de uma importância muito maior do que se pode imaginar. Os estudantes mais uma vez constituíram a ponta de lança, a frente, a vanguarda que abriu o caminho para os novos rumos políticos que o País está tomando. 7-8-77

ISTOÉ 17/8/1977

A volta aos quartéis

André Gustavo Stumpf
e Armando V. Salem

As manifestações dos coronéis Ruy de Castro e Francisco Boaventura Cavalcanti, do general Hélio Lemos e do brigadeiro Grum Moss, todos da reserva, pregando a necessidade da volta dos militares aos quartéis, em si mesmas, não chegam a preocupar o governo. Ao menos esta é a visão de Brasília, que as vê como atitudes isoladas, sem a menor possibilidade de representarem o pensamento de um ou mais grupos articulados.

Esta teria sido também a interpretação do Alto Comando do Exército, a quem foi endereçada a carta do coronel Ruy de Castro, há pouco mais de duas semanas. Nela, o ex-oficial-de-gabinete do então ministro do Exército, Arthur da Costa e Silva, alerta os seus companheiros da ativa para o desgaste da imagem das Forças Armadas diante do povo. “É chegada a hora da verdade”, propõe o coronel em suas veementes 50 linhas. “Já é tempo mais que suficiente para que a Revolução se tenha imposto... O país necessita retornar ao pleno estado de direito.” A carta defende, ainda, a convocação de uma Assembleia Constituinte, “eleita em pleito livre e direto, sob vigilância, mas sem a interferência, das Forças Armadas”.

O coronel Castro foi o único a dar conhecimento público do teor de sua carta. O general Hélio Lemos e o coronel Francisco Boaventura Cavalcanti, que enviaram as suas às autoridades militares, alegaram “questão

de ética”, e preferiram manter em sigilo os termos em que vazaram suas proposições. Já o brigadeiro Grum Moss, ex-ministro da Aeronáutica do governo Jânio Quadros e um dos personagens centrais da intervenção militar contra a posse de João Goulart na Presidência, em 1961, pronunciou-se francamente preocupado com a permanência dos militares no poder após 13 anos, em carta dirigida ao *Jornal do Brasil*.

A ponta do “iceberg”. Se não são preocupantes por si mesmas, contudo, as manifestações dos oficiais da reserva nem por isso deixaram de ser devidamente registradas e catalogadas em Brasília. Pois, como afirmou um bem-posicionado militar do Palácio do Planalto, elas estão inseridas num contexto muito mais amplo. Seriam, de acordo com sua expressão, “a ponta de um iceberg de dimensões ainda não exatamente avaliadas”.

De fato, subitamente o país começou a tomar conhecimento de algumas questões, ainda sem resposta, que transitam nos meios militares e transcendem até mesmo as protetoras muralhas dos quartéis. Entre manifestos de origem duvidosa — como o “Documento dos Coronéis”, que iria ser entregue ao presidente Ernesto Geisel, em 31 de março último, segundo se anunciou, mas que acabaria circulando clandestinamente, de mão em mão, até ser lido da tribuna da

Câmara Federal apenas como um texto apócrifo — ou missivas encaminhadas audaciosamente a oficiais superiores parece aflorar uma ponta de perplexidade pelo que foi feito e o que deixou de ser feito nestes últimos 13 anos. E também pelos rumos que o país deverá seguir na próxima década, com base no dado irrefutável do agravamento dos problemas econômicos.

Ao lado disto, surgem, ainda que de maneira difusa, alguns informes discretos, porém objetivos, sobre o desejo latente de as Forças Armadas reassumirem apenas suas funções específicas de guardiãs da Constituição, mantedoras da segurança interna e da defesa de nossas fronteiras. Políticos expressivos e bem-informados, inclusive, têm se manifestado nesse sentido. Para o deputado Herbert Levy (Arena-SP), por exemplo, já se deveria estar cogitando não somente de novos partidos, como dissera há tempos, mas também, como afirmou há duas semanas, “de um retorno gradual (talvez começando pela vice-presidência) ao governo civil”. E os constantes pronunciamentos do senador Jarbas Passarinho (Arena-PA), embora repelindo “pressões” quanto à maneira e à questão de data em que essa auto-retirada deve se manifestar, reforçam definitivamente a expectativa de que algo de estranho está no ar.

A sucessão presidencial, que desencadeou um feroz processo de aliciamento político em diversos níveis da hierarquia militar, terminou por evidenciar uma atitude que, tempos



atrás, foi duramente combatida pelos próprios revolucionários de 1964. No momento, eles se vêem obrigados a se definir e se aglutinar em torno de diversos candidatos. Enfim, assistem correr em suas fileiras, e ainda assim ao largo de sua influência, injunções e articulações políticas, como se de fato houvesse política. E se por qualquer motivo não revelado ou não percebido o país voltou a praticar a política — no sentido linear do termo —, retoma-se o tema da representatividade da Arena e do MDB.

Por estranho que possa parecer, existe no meio militar, hoje, um consenso perto da unanimidade contra a manutenção do bipartidarismo, que, segundo fonte importante, serviu de instrumento do rebaixamento da política a uma atividade de segunda linha.

JORNAL DO BRASIL

Afonso Arinos de

O professor Afonso Arinos voltará a Brasília na próxima quarta-feira para receber o Prêmio Nacional de Literatura e para prosseguir a troca de idéias, ainda no âmbito parlamentar, com políticos situacionistas empenhados em oferecer ao Presidente Geisel fórmulas coerentes de reforma constitucional. Não lhe foi encomendado um projeto de Constituição, mas certamente lhe foi solicitada a ajuda do seu saber e da sua experiência no debate aberto por inspiração do Chefe do Governo e sob a orientação direta do Presidente do Senado, Sr Petrônio Portela.

Como tem sido noticiado o Senador da Arena tem conversado com representantes da Arena notoriamente mais sensíveis a idéias de composição e de transigência. E, embora seu Partido disponha do quorum constitucional para aprovar emendas, os fatos indicam ser prudente assegurar-se ele de uma margem de apoio oposicionista para viabilizar alguns projetos que encontram resistência na área mais liberal da Arena. Ainda ontem os jornais publicaram declarações do Senador Teotônio Vilela repudiando a inserção do conteúdo do Ato nº 5 na Constituição e essa atitude não é isolada no seu Partido. Dificilmente, o casamento do Ato com a Carta será apoiado, por exemplo, pelo Deputado Célio Borja, um liberal exausto das concessões ao Poder revolucionário. No MDB, ao contrário, há um certo conformismo com a idéia de incluir na Constituição dispositivo que assegure as salvaguardas eficazes contra a subversão. Não se esqueça de que o próprio Senador Marcos Freire, tido em certa época como porta-voz dos Autênticos, tem defendido da tribuna essa solução.

A desagregação ideológica dos dois Partidos é, de resto, um fato e um sintoma de que as fórmulas constitucionais em estudo

Um duro

Tido como um dos integrantes da linha de diamante do Exército — "ele era mais do que linha-dura" — por alguns de seus companheiros da ativa, o coronel Ruy de Castro explica algumas de suas posições pessoais e as razões que o levaram a remeter a carta ao Alto Comando do Exército, neste rápido depoimento a ISTO É:

"Sou linha-dura, mas não sou nazi-fascista. Coloco-me politicamente como de centro-esquerda,

O comprometimento político das Forças Armadas desgastou a imagem e afasta valores fundamentais da estrutura hierárquica. O exercício do poder político tirou a autoridade moral para a atuação na segurança interna.

O Coronel Ruy Castro, que enviou carta ao Alto Comando do Exército e a divulgou pela imprensa, sugerindo a volta dos militares aos quartéis e defendendo a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, foi preso, ontem, às 8h30m, em sua residência, por um oficial da mesma patente, como incurso no RDE — Regulamento Disciplinar do Exército.

Em Brasília, o Centro de Relações Públicas do Ministério do Exército esclareceu que a pena imposta ao Coronel Ruy Castro (da reserva) — prisão de 15 dias — foi da competência exclusiva do Comandante do I Exército,

19/8/77

volta a Brasília

20/8/77

deverão partir para a revisão das bases da organização partidária e do sistema eleitoral. O voto distrital, como disposição permanente, e a eleição pré-partidária, como disposição transitória, poderão ser objeto de exame nas próximas semanas e para medidas desse tipo será mais fácil o Governo contar com o apoio do Sr Tancredo Neves do que de alguns escaldados correligionários da Arena. As divergências internas do Partido governista vão, aliás, se tornando ostensivas, incluindo declarações audaciosas de deputados radicais contra Generais de Exército, fato inédito desde que foi fundado o chamado Partido da Revolução.

Enquanto isso, progride o Projeto Brasil do Sr Teotônio Vilela. Como se sabe, o secretário-geral do projeto é o Sr Rafael de Almeida Magalhães, hoje dedicado à tarefa com tempo integral. Vasto material já está coletado e o grupo dentro de 10 a 15 dias estará em condições de oferecer ao Senador Petrônio Portela um projeto alternativo do que está sendo elaborado sob os auspícios da autoridade presidencial. Continua-se a re-crear no Congresso que esse auspício resulte em limitação excessiva dos títulos a reformar, acreditando-se que se amontoam as pressões junto ao Presidente para preservar o pacote de abril e defender o equacionamento mais rigoroso das questões de segurança. O Projeto Brasil deverá ter uma inspiração bastante liberal, correspondendo a um tipo de reivindicação política hoje corrente no MDB sem que se adotem as linhas do modelo econômico preconizadas pelo grupo oposicionista tido como estatizante.

O projeto deverá, assim, dividir os dois Partidos e o Sr Petrônio Portela, atuando em nome do Governo, age com prudência quando escolhe cuidadosamente dentro do MDB os seus interlocutores. O resto fica para depois.

Carlos Castello Branco

MOVIMENTO

8/8/77

A reabertura do Congresso

Chico
Pinto

Se os prognósticos se confirmarem, o MDB deverá reunir-se em convenção nacional, no final do mês. O recesso de julho serviu para esfriar a cabeça de alguns parlamentares que só a esquentam quando há labareda que possa chamuscá-los. Por isso, volta-se a falar em diálogo que será retomado, com alguma cautela pública, mas com igual persistência e intensidade.

Embora os deputados Thales Ramalho e Sérgio Murilo entendam que o partido não poderá recuar das posições conquistadas, para não se desmoralizar perante a opinião pública, nada existe na prática capaz de assegurar a ofensiva oposicionista.

Na Convenção, a tese da autodissolução não terá vez, como sempre. As outras quatro sugestões a serem levadas à Convenção são: convocação de uma Assembléia Constituinte; nomeação de uma comissão para elaborar um modelo político e econômico, como quer o deputado Humberto Lucena, ou um "Projeto Alternativo", como prefere o senador Franco Montoro e que já está sendo preparado com a colaboração de um grupo de cientistas brasileiros, coordenado pelo diretor do Instituto de Física da USP, José Goldemberg, como diz o senador; a convocação de uma Constituinte com Geisel; ou, ainda, a retomada do diálogo.

Possivelmente, por um gesto de pudor, a tese do diálogo não será levada ao plenário da Convenção, mas, independentemente disso, continuará. O deputado Jarbas Vasconcelos, anuncia o inverso. Pretende neutralizá-la. Vai propor punição para quem, em nome do partido, propor o reinício do diálogo, salvo após a revogação dos atos de exceção. O senador Petrónio Portella, com a experiência e a esprezeza política que lhe sobram, reconhecidas até pelos adversários, é o responsável pela dubiedade e tibieza do MDB. A cada medida ou providência, consideradas necessárias pelo sistema, para preservar "a ordem revolucionária", mas que irritam os emedebistas, o senador cochicha aos ouvidos mais sensíveis de alguns senadores e deputados do MDB, seduzindo-os a novas aventuras no terreno movido de diálogos abstratos, infundáveis e desgastantes para a oposição.

Constituinte com Geisel é uma tese que depende da anuência do general presidente. Não será aceita, nem admitida pelo sistema, segundo fontes responsáveis.

Quanto a convocação de uma Assembléia Popular Constituinte e a elaboração de "modelos" ou "projetos", são teses que não se contrapõem. Ambas poderiam ser aprovadas. A primeira não tem qualquer inconveniente e não se entende a resistência de alguns em transformá-la de vez na verdadeira e ampla bandeira da oposição. Enquanto a convocação da Assembléia é polarizada, a segunda é, taticamente, inconveniente, porque divisionista da oposição. Em uma Constituinte, todas as correntes de pensamento participam do processo e a correlação de forças, após as eleições, ditará o modelo. O modelo será defendido nas praças por todas as forças constituídas, representando inclusive os trabalhadores, que não têm partido atualmente, mas isso só ocorrerá depois que sejam aboli-

dos os instrumentos cerceadores da vontade livre do povo. Qualquer modelo econômico que o MDB encampe e defenda como seu gerará descontentamentos, afastará adesões. Se for estatizante, atugentará a burguesia industrial, com quem o partido quer se aliar. Se não o for, desgastará setores engajados neste programa. Se socializante, afastará os capitalistas que votam no MDB. Se excessivamente defensor do direito de propriedade, enfriará os progressistas que lhe estimularam na luta. Modelo é para um partido que quer e pode chegar ao poder e não para uma frente ampla com interesses contraditórios. No campo político ainda se poderia falar em modelo, por ser mais fácil conseguir um denominador comum.

A única objeção tímida que se levanta contra a Assembléia Popular Constituinte é menos quanto ao mérito e mais quanto a forma. Indagam os seus adversários - quem a convocará? O processo é quem vai dizer. Não se pode, antecipadamente, dizer quem vai presidí-la. O importante é defendê-la. O importante é nuclear a nação em torno dela. Para já ou para mais distante.

O Diálogo

Não se pode dizer, hoje, apesar de tudo, que o diálogo entre a oposição e o governo acabou. Nem acabará tão cedo. Todas as vezes que o MDB sofre um golpe e cambaleia, repetem-se as mesmas propostas. Uma maioria, quantitativamente, insignificante, fala em autodissolução. Uma parcela mais ponderável defende a necessidade de permanecer-se no processo, aumentando vínculos com outros setores da sociedade. Por fim, a maioria dos moderados, tornam-se retóricos, para neutralizar qualquer moção que altere, fundamentalmente, sua tradicional atuação. Ouve-se, então, nas tribunas das convenções, dos diretórios e até do Parlamento o que parece ser um grito de guerra e não passa de um uivo dorido, varando a madrugada: "estaremos na trincheira da resistência democrática, até o último soldado". Pois bem, enquanto existir um soldado "resistindo", o MDB dialogará.

O senador Petrónio Portella, nestas circunstâncias, é uma figura importantíssima. Filho do sofrido Nordeste, acostumou-se, quando menino, a dormir embalado pelas toadas das velhas nordestinas. Hoje, dispensa cantigas de ninar. Quer retribuir, porém, a generosidade recebida, embalando o MDB, acalentando-o nos seus sonhos, nas suas ilusões e nos seus devaneios.

Quase sempre, os ouvidos da oposição estão abertos para o diálogo do senador piauiense. Ele reanima expectativas e reacende o ânimo dos que querem atingir o poder, por concessão e sem riscos. No diálogo e não na contestação. Essa tarefa ele a cumpre sussurrando aos sensíveis ouvidos dos senadores Franco Montoro e Nelson Carneiro, ou em conversas com os deputados Tancredo Neves e Thales Ramalho. Dai, ramificam-se em todas as direções os galhos da esperança da liberalização e da rotatividade do poder.

Petrônio está voltando com o diálogo. Os primeiros acenos foram feitos. Ele está credenciado. O que passou, passou, embora o MDB esteja meio sestroso. Será amansado.

Para reinício da conversa o senador quer saber se o partido oposicionista apoiaria um candidato único, isto é, o nome que fosse indicado à Arena. No caso afirmativo, estariam abertas as portas para o entendimento e a redemocratização. O senador parte sempre de algum dado real e daí arma seu esquema de envolvimento. Ele sabe, e já deve ter ouvido, que o sistema não pediu nem precisa do apoio do MDB para o

seu candidato. Dispensa-o, até. Se o partido oposicionista, no entanto, quer apoiar o candidato do sistema - dizem os que decidem - é problema dele. Mas o senador contará ponto em seu favor se, neste momento de crise na área estudantil e de dificuldades na área econômica, neutralizar a oposição. Mas sabe também o senador que haverá - ou, pelo menos, é uma disposição pessoal do chefe do governo de fazer a distensão prometida, no final do seu mandato, ouvindo seu sucessor. Esse é o dado real com que ele contracenava com a oposição legal. De posse dessa informação, ele tranquiliza e, ao mesmo tempo, ameaça. Se o MDB comportar-se bem, haverá institucionalização; em caso contrário não, quando, na verdade, a disposição é outra. Quem se conduzir em desacordo com as normas estabelecidas e contestá-las será cassado. A área será limpa, como fez o general Castelo Branco, tido na área castrense como modelo de estadista, o que é repetido por alguns emedebistas. No entanto teve que cassar 2.927 pessoas para poder deixar o país institucionalizado.

A próxima institucionalização formal deverá ocorrer no final do atual mandato presidencial, independente do comportamento do partido como um todo. Quem de posse do mandato parlamentar se exceder, ultrapassando os limites do permitido, será cassado. O que, aliás, não é novidade. O conteúdo dessa institucionalização não afetará os "princípios revolucionários", mas, ao contrário, tudo vem se processando e, assim continuará, enquanto dure, em conformidade com eles.

A inserção do AI-5 na Constituição é considerada fundamental, já que ele se incorporou e agregou-se aos "princípios revolucionários". A extinção do bipartidarismo e a volta ao pluri é tido como medida salutar e conveniente, segundo fontes palacianas. Esses são os dois pontos acertados.

Embora o senador Magalhães Pinto se diga candidato, não será ele o ascoltado para essas alterações. A notícia de sua candidatura, que foi recebida com um sorriso pelo presidente Geisel, recebe sempre essa manifestação, quando é levada ao conhecimento de qualquer outro eleitor real, isto é, integrante do Arenão, como chama o deputado Boaventura.

É necessário muito fôlego para o velho Magalhães alcançar esse porto ou esse sonho. Seu barco e suas alianças civis são insuficientes nesta fase para atravessar a ponte.

O ESTADO DE S. PAULO 24.8.77

Portella rejeita anistia

O senador Petrónio Portella disse ontem no Rio que os entendimentos que está autorizado a desenvolver visam uma união de idéias em busca de fórmulas que viabilizem solução para a questão institucional brasileira. Petrónio manifestou-se contrário à convocação de Constituinte e afirmou que a questão da anistia não pode de forma alguma ser preliminar desses entendimentos.

O presidente do Senado Federal disse que a anistia "seria consequência de uma fórmula geral de entendimento também geral", deixando claro que o tema não figura na agenda das negociações. "Nos sabemos que anistiar as muitas figuras que tumultuaram no passado a vida política é impossível, pois elas tumultuariam necessariamente a vida do País se voltassem nas circunstâncias atuais" - disse.

JORNAL
DO
BRASIL

sem revanche

Porto Alegre — O presidente regional do MDB, Deputado Pedro Simon, afirmou ontem que "a partir da instalação do estado de direito, com uma verdadeira democracia, não devemos buscar a revanche por torturas eventualmente praticadas nos últimos 13 anos, nem levar ao banco dos réus seus órgãos de Segurança, ex-Presidentes ou outras pessoas. Tudo deve ser esquecido, até torturas praticadas, na busca do futuro do país, de uma verdadeira conciliação nacional".

— "Se fôssemos fazer, após a redemocratização, julgamentos de membros da Revolução de 64, cairíamos num círculo vicioso de ódios e vinganças, criando um ambiente de reserva e mágoas, sem benefício para a Nação."

15/8/77

A LUTA PELA CONSTITUINTE LIVRE E SOBERANA E AS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS.

Colaboração de um grupo do IEPES do MDB S.Paulo-S.José dos Campos Campinas-Osasco

Introdução

Este documento é fruto da discussão e de análises que alguns grupos de emedebistas paulistas (Campinas, Osasco, São José dos Campos e São Paulo), fizeram em Abril e Maio de 77, tendo como objetivo apresentar uma proposta organica a questão da luta pela Assembléia Constituinte. Ele foi apresentado inicialmente nos dias 3, 4 e 5 de junho em Porto Alegre, no I Simpósio Nacional do IEPES (Instituto de Estudos Políticos e Sociais), que tinha como tema a "Questão da Democracia e as Atuais Tarefas da Oposição". Depois dos últimos acontecimentos, como a cassação do líder da bancada federal do MDB, Alencar Furtado, e de muitas outras arbitrariedades que se tornam quotidianas, conjuntamente com a convocação da Convenção Nacional do MDB para a segunda quinzena de agosto de 77, maior se torna a necessidade de se discutir e preparar propostas orgânicas concretas de como levar a luta pela Assembléia Nacional Constituinte; as quais o MDB e a oposição brasileira devem encampar como o caminho da construção da democracia no Brasil. (...)

A LUTA PELA CONSTITUINTE E AS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS

Uma proposta que nas atuais circunstâncias parece tender a unificar amplos setores de oposição, é a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte.

(...) uma Constituinte só é democrática se for a expressão do povo organizado, que legalize as suas conquistas, e que faça a tradução, para a política da sociedade global, de interesses específicos das classes em determinada etapa histórica de suas lutas e grau de organização.

A inorganicidade em que o regime autoritário deixou as classes em nosso país, particularmente as classes populares, a quem interessa mais de perto a democracia, é um obstáculo à efetivação de uma verdadeira Assembléia Constituinte. No entanto, na medida em que as dificuldades econômicas e tensões políticas se agudizam, como se dá atualmente, a tendência dos setores classistas para se organizar em torno de seus interesses específicos é maior; o grande obstáculo a isso, na verdade, é a ausência hoje vigente, de liberdades de expressão e organização. Isso nos remete a um ponto fundamental para esclarecer a luta pela Constituinte: ela é antes de mais nada, a luta pela criação de condições para a convocação de eleições livres para uma Assembléia Constituinte. A palavra de ordem de Assembléia Constituinte, assim entendida, aponta para o fim do regime, coisa óbvia, aliás, para os que não pensam em Constituinte como um mero remendo do autoritarismo.

Há outros dois pontos a aclarar, portanto: em primeiro lugar o de que a palavra de ordem de uma Constituinte, se não significar a livre organização e representação popular, não interessa às forças democráticas. Uma constituinte (com letra minúscula) que seja convocada no atual quadro eleitoral, bipartidário, e sob o peso dos atos de exceção, representa um atraso nas lutas populares e democráticas.

Em segundo lugar, é necessário deixar de lado um falso dilema que é colocado por alguns setores: a luta por liberdades democráticas, pelo fim do AI-5, etc., não antecede ou sucede a luta pela Constituinte. Trata-se de lutas absolutamente conjuntas, ou inclusive uma na outra. A pri-

meira definição correta da luta pela Constituinte enquanto expressão do povo organizado exige a luta pela liberdade total de expressão e organização. Por exemplo: os crescentes contingentes de trabalhadores que lutam hoje na oposição sindical resolvem lutar por uma Assembléia Constituinte que consagre suas aspirações de classe a nível político-jurídico, é óbvio que eles estarão combatendo pela liberdade de organização sindical em todos os níveis e pela expressão política livre e independente de sua classe e de todos os setores populares.

Por isso mesmo, a campanha que tem como palavra de ordem a Assembléia Constituinte livre e soberana deve, necessariamente ter um conjunto de palavras de ordem de princípio, capazes de constituir o programa de uma ampla frente democrática. Tais palavras de ordem não conta necessariamente, não só das condições mínimas para a convocação da Assembléia, mas se constituem as bandeiras importantes das lutas imediatas e gerais do conjunto da oposição.

OS PONTOS DO PROGRAMA MÍNIMO PELA CONSTITUINTE

ELEIÇÕES LIVRES E DIRETAS

- eleições livres e diretas para todos os cargos, assegurando o sufrágio universal, direto e secreto, exercido por todos os brasileiros maiores de 18 anos;
- respeito às imunidades parlamentares, sem o que não há representação popular livre.

VOTO DO ANALFABETO

- extensão do direito de voto aos analfabetos.
- PELOS DIREITOS HUMANOS
- por amplas e efetivas garantias ao direito de defesa, com o fim da incomunicabilidade para os presos e a restauração, em sua plenitude, do "habeas-corpus".
- controle legal da repressão policial com severas punições para as autoridades sob cuja responsabilidade se verificarem abusos contra a pessoa humana sob forma de torturas, intimidação, etc.

PELA ANISTIA

- luta pela anistia ampla e irrestrita em favor de todos os cassados, banidos, exilados e presos políticos.

CONTRA A CENSURA

- luta contra todas as formas de censura e pela ampla liberdade de expressão para todos os setores da população.

LIBERDADE DE ORGANIZAÇÃO PARTIDARIA

- luta pela livre organização e propaganda para todos os partidos, com total liberdade de definição político-ideológica para todas as classes e setores sociais.

LIBERDADE SINDICAL

- luta pela total liberdade e independência sindical;
- contra a vinculação dos sindicatos ao Estado;
- reconhecimento do legítimo e universal direito de greve para todos os trabalhadores;
- livre organização nos locais de trabalho, nos sindicatos e em organismos inter-sindicais a nível regional e nacional;
- contra o arrocho salarial.
- LIBERDADE DE ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL
- contra o decreto 477 e os regimentos disciplinares;
- pela livre organização dos estudantes nas escolas, e em nível regional e nacional.
- CONTRA A DOMINAÇÃO DO CAPITAL INTERNACIONAL
- por uma política econômica voltada para os interesses populares, contra a dominação do capital internacional. (...)

sucessão UM CANDIDATO CIVIL

Encontram-se em Brasília o senador por Minas Gerais José de Magalhães Pinto e o ministro Luiz Gonzaga do Nascimento e Silva, da Previdência Social. Segue-se um diálogo:

MAGALHÃES — Ministro, o senhor levaria um recado meu ao presidente Ernesto Geisel?

NASCIMENTO — Com o maior prazer.

O presidente Ernesto Geisel, que, direta e indiretamente, mais de uma vez já manifestou seu desejo de que os debates sobre a escolha de seu sucessor só sejam abertos a partir de janeiro do próximo ano, não terá, a esta altura, maiores motivos para rir — e nem se pode alegar que o sereno senador e poderoso banqueiro seja o único responsável por suas atuais preocupações. O diálogo Magalhães-Nascimento, referido pelo jornalista Carlos Castello Branco em sua coluna no *Jornal do Brasil*, deixou claro que o velho cacique mineiro está falando sério. Mas desde que o presidente da Caixa Econômica Federal, Humberto Barreto, declarou a VEJA quatro semanas atrás sua preferência pela candidatura do general João Baptista Figueiredo, chefe do Serviço Nacional de Informações, ignorando ordens e proibições palacianas, a sucessão entrou na ordem do dia e ninguém duvida que será o tema dominante dos debates parlamentares neste segundo semestre de trabalhos.

A Magalhães Pinto, 68 anos de idade, quase quarenta de política.

E sua atual candidatura, subitamente esquentada ao longo de toda a semana passada? Seus companheiros políticos de agora revelam que ela começou a ser articulada em 1973, praticamente quando o governo do presidente Emilio Garrastazu Medici se pre-

JORNAL DO BRASIL

Magalhães cobre o vazio

Brasília — Com o retraimento tático da candidatura João Baptista Figueiredo, a qual deve ressurgir com todo o ímpeto a partir de janeiro, e com a aparente eliminação de um suposto movimento de lançamento, no dia 25 ou no dia 26, da candidatura Sílvio Frota, o Senador Magalhães Pinto está preenchendo praticamente sozinho o campo aberto com a precipitação (não da sua responsabilidade) do debate da sucessão presidencial da República. Há obviamente outras hipóteses, como a do General Dilermando Monteiro, por enquanto muito fixada na área paulista, mas que, por conveniência ou por timidez, se mantém no limbo, do qual dificilmente sairão antes de janeiro.

O Senador mineiro poderá não abalar o sistema a ponto de que este passe a admitir a candidatura civil, mas o fato é que seu comportamento forçou a que pelo menos os políticos passassem a considerar seriamente essa possibilidade e, uma vez admitida, a se unirem em torno do Sr. Magalhães Pinto.

16-8

Carlos Castello Branco

MAGALHÃES — Peça a ele que examine minha candidatura à Presidência, a única capaz de unir civis e militares.

Dias depois, à saída do Jockey Club, no Rio de Janeiro, reencontram-se senador e ministro. Novo diálogo:

MAGALHÃES — Qual foi a reação do presidente?

parava para anunciar a escolha de seu sucessor, o general Ernesto Geisel.

O ponto alto dessa caminhada, no entanto, não terá sido articulado pelos companheiros de Magalhães Pinto. Escolhido "Homem de Visão" de 1976 pela revista *Visão*, quando presidia o Senado, ele mereceu na época uma unânime manifestação de homenagem de representantes da Arena e do MDB — e foi exatamente um senador da oposição, o também mineiro Itamar Franco, quem ousou afirmar que, dado seu prestígio popular, se houvesse eleições diretas, poderia chegar à Presidência da República. Repetiu-se o coro dos apoiados — e foi exatamente essa manifestação dos senadores que ofereceu a Magalhães Pinto a oportunidade de passar a "andar por aí como candidato".

Mas seria um erro supor que a carreira pública de Magalhães Pinto,

tenha sido construída com base em manifestações assim espontâneas. O senador sabe que só chegará à Presidência da República se contar, tecnicamente, com o apoio da Arena — e sobretudo com o apoio do presidente Ernesto Geisel, hoje perfeitamente em condições para articular a escolha de seu sucessor.

Esses, é claro, são os apoios essenciais. Ele nega que esteja articulando qualquer esquema de sustentação militar, embora companheiros seus tenham ensaiado algumas conversas isoladas.

VEJA, 10 DE AGOSTO, 1977

NASCIMENTO — Ele ouviu e perguntou: "Mas ele disse isso mesmo?" Eu disse que sim e o presidente riu.

MAGALHÃES — Fico muito satisfeito que o presidente tenha rido, mas gostaria que o senhor lhe transmitisse outro recado. Diga a ele que eu estou falando sério, não estou brincando.

Outros setores da sociedade, contudo, estão sendo cuidadosamente trabalhados — políticos, empresários, intelectuais, a Igreja. E, se é possível sonhar, aos mais íntimos o candidato a candidato não esconde que gostaria de contar até mesmo com um voto de confiança do MDB, mas confiança mesmo, não um apoio sob condições. "Quero que a oposição confie em mim, confie no meu passado, confie na minha vocação democrática", ouviram alguns emedebistas em tempos recentes.

—, o senador tem deixado escapar algumas nesgas do que poderia ser seu programa de ação, e ele é tentador não apenas para os políticos submetidos já a um longo jejum de poder. Seu projeto de redemocratização começaria pela reformulação do quadro partidário, para em seguida se chegar ao entendimento em torno de uma fórmula que permitisse a substituição do AI-5 por mecanismos eficientes de defesa do Estado. A essas duas primeiras etapas se atribuiria "caráter de urgência" — e a partir daí poder-se-ia pensar na convocação de uma Assembléia Constituinte, já com a participação de parlamentares eleitos pelos novos partidos. O governo assim esboçado seria, então, "uma democracia baseada no desenvolvimento da iniciativa privada" — e eis aí um apelo capaz de sensibilizar uma das áreas onde mais preocupantes vêm se tornando as dificuldades do governo Geisel.

Boaventura lança as teses de Frota

O ESTADO DE S. PAULO

Enquanto os pronunciamentos militares previstos para esta semana e a fala do presidente Ernesto Geisel aos presidentes dos diretórios regionais da Arena, a 16 de setembro, centralizam as atenções das áreas políticas, militares e empresariais, um outro episódio igualmente importante permanece resguardado pelo manto da discreção. Trata-se do discurso a ser proferido em várias etapas pelo deputado Sílvio Boaventura, com o capítulo inicial previsto para a primeira semana de setembro. As notórias ligações daquele parlamentar com o ministro do Exército, general Sílvio Frota, e alguns de seus as-

sessores mais próximos, sequer entraram nesta história, não fosse a impressionante semelhança entre as teses que deverão ser expostas em seu pronunciamento e aquelas que à boca pequena circulam entre militares adeptos da candidatura Frota.

Assim, uma vez mais as evidências estão a indicar que, salvo uma inerte coincidência na qual praticamente ninguém acredita, o ex-presidente da Comissão de Segurança Nacional da Câmara dos Deputados estará interpretando conceitos sociais, econômicos e políticos extremamente simpáticos ao general Frota. Este, ao que se presume, teria optado pela ai-



ternativa de evitar qualquer espécie de confronto ou desafio na busca da consolidação de sua candidatura. Ao contrário, a arregimentação pela identidade de idéias e propósitos, especialmente entre seus companheiros e comandados, começaria a ganhar contornos mais definidos à medida que fossem sendo expostos, de uma maneira discreta e quase impessoal.

—o discurso em que Boaventura revela pontos de vista análogos aos do ministro do Exército deverá focalizar os seguintes temas: distribuição de rendas, agravamento das desigualdades econômicas e sociais, conveniência de uma reforma urbana e criação da justiça agrária, esta visando resolver problemas fundiários que se eternizam sem a contrapartida de uma ação rápida e eficiente por

parte das autoridades constituídas. Por certo, esta abordagem inicial desdela logo revela a predominância das preocupações com os fatos econômicos e social. Quanto ao aperfeiçoamento institucional, tipo como possível e desejável, uma vez mais a ênfase recairá na advertência de que tudo deverá ser feito com as cautelas necessárias para que, a exemplo do que já ocorreu mais de uma vez de 64 até agora, um passo excessivo para a frente não venha a significar dois para trás, pouco tempo depois. Tanto quanto ao ministro Sylvio Frota, ao deputado Sivaldo Boaventura preocupa que o irrealismo ou o apodamento venham a permitir que a subversão torne a se arregimentar, à proporção em que as medidas de segurança sejam afrouxadas, pois clima para o agravamento das

tensões sociais, em decorrência das dificuldades que o país atravessa, estas, sem dúvida, existiriam.

Há, porém, razões que se situam em outro nível, a indicar a conveniência de que as idéias de Frota (que no setor social são indiscutivelmente simpáticas e de forte apelo popular), sejam lançadas à área política sem mais tardar. Isto porque alguns dos mais experientes observadores políticos começam a identificar, precisamente nesta semana, e em decorrência de compromissos reservados ou de simples manifestações de intenção, o início de uma importante alteração de Câmara e Senado, com relação às preferências dos parlamentares em matéria de sucessão presidencial. Com a ressalva ao nome do senador Magalhães Pinto,

de longe o candidato preferido pelos políticos, o nome do ministro Sylvio Frota, até agora o primeiro entre os militares na ordem de preferência, começa a perder substância, lentamente. Isto é explicável pelo progressivo engajamento de algumas das mais expressivas figuras da Arena (umas com outras sem funções de comando político ou partidário) na candidatura João Baptista Figueiredo. Verdadeira ou não, a versão corrente de que Frota não seria o candidato preferido de Getseí; o controle que se atribui ao presidente com relação à sucessão, e a preocupação geral em evitar cisões na área militar, vão fazendo com que o número dos indefinidos diminua a cada dia que passa sem que com isso consolide a suposta candidatura do ministro do Exército. 24 de agosto

FOLHA DE S. PAULO

26 de junho de 1977

A defesa do Poder Moderador

A situação presente parece insustentável, pelo agravamento das evidentes contradições entre o autoritarismo do regime e as margens de liberdade concedidas no parlamento e na imprensa. A hipótese da evolução para a ditadura completa, que alguns chegam a preferir como etapa necessária no processo de redemocratização, a mim francamente me horroriza com os modernos sistemas de informação e de repressão, uma ditadura bem plantada tem probabilidades boas de sobreviver décadas. A abertura liberal clássica, decidida de súbito num momento de crise, envolve também riscos que não podem ser ignorados: os derivados de uma inevitável e incontrolável radicalização de direita e de esquerda, dados os enormes conflitos latentes na sociedade brasileira de hoje, que podem com muita probabilidade resultar num retrocesso violento de proporções verdadeiramente dramáticas. A conciliação é, pois, a saída feliz.

Algumas coisas me parecem absolutamente essenciais aos que têm objetivos realmente democráticos: participação do povo em eleições livres, com mais de um partido; parlamento representativo autônomo; independência do Poder Judiciário; respeito absoluto aos direitos humanos; liberdade de Imprensa.

Provincia
do Pará

Ordem do dia do ministro do Exército

BRASÍLIA - Em sua ordem do dia, alusiva ao dia do soldado, que se comemora hoje em todo o País, o ministro do Exército, Sylvio Frota, afirmou que "as revoluções trazem, em seu bojo, crises de autoridade e liberam forças que muitas vezes os próprios revolucionários não podem conter".

Soldado brasileiro.

Falo a ti, o termo no sentido genérico do homem que serviu e serve à Pátria, através do Exército. Expresso-me aos que, hoje, nas fileiras, em silenciosa eficiência, realizam-se na grandeza de servir. Volto, ainda, meu pensamento para os antigos companheiros e chefes que, no recesso dos lares, muitos dos quais já envolvidos pela solidão da velhice, galvanizam-se aos acordes do Hino Nacional ou das cadenciadas marchas militares.

Vou falar-te, e agora, soldado, precisamente, do Exército Brasileiro - objeto de nossa constante devoção - do grande duque, seu insigne patrono.

O Exército é uma instituição sublime, que tem como dogma a veneração à Pátria e como axiomas o culto da verdade, da justiça e da dignidade humana. Merece, portanto, de todos nós, uma meditação mais profunda quanto às suas origens, formação e inestimável contribuição prestada ao engrandecimento do Brasil. Afiora, desta análise, a inquestionável ilação de que ele é o mais nítido reflexo do nosso povo, pois nele se aglutinam patricios de todos os rincões, sejam quais forem suas procedências, sem distinção de classes sociais, de grupos étnicos ou de religiões. Sua índole nasceu com a gente brasileira que a terra natal aprendeu, não somente a amar, como também a defender. Seu espírito de luta, plasmado no ambiente da agressividade aborígine, desenvolveu-

Nesses pontos fundamentais, não pode haver concessão. Não há nenhuma incompatibilidade, porém, entre a firmeza nessas condições e a aceitação de instituições especificamente ligadas aos problemas da segurança e da estabilidade do regime.

Dentro dessa ideia, a criação de um Poder Moderador, ganha áreas de consenso majoritárias; esse quarto poder seria exercido por um Conselho, onde os partidos políticos estariam representados e a supremacia numérica da sua composição ficaria com as Forças Armadas.

Esse Conselho, sempre que se configurassem situações críticas que pusessem em risco as instituições democráticas, assumiria poderes excepcionais em defesa dessas instituições.

Esse esquema parece mais adequado a um sistema parlamentarista, onde o Presidente da República, e presidente do referido Conselho, seria o Chefe de Estado.

de minha parte, declarou minha inclinação pelo parlamentarismo. E de se considerar as grandes vantagens do bipartidarismo caso a opção seja feita, em favor do regime parlamentarista. Nesse caso, tendo em vista o objetivo da estabilidade, pessoalmente eu ficaria com as exigências atuais que praticamente impedem a formação de um terceiro partido.

se no combate aos adventícios, proporcionou prodígios de sacrifício e de bravura, nos montes das tabocas e nos Guararapes, lançou ao mar os franceses, no Rio de Janeiro e no Maranhão, e preservou nossas fronteiras no sul. Desde o amazonense da mata espessa e dos igarapés sinuosos ao gaúcho das verdejantes coxilhas, todos robusteceram este espírito, nos movimentos nativistas ou nas guerras da independência. Surge, assim, o Exército com a própria Nação brasileira, e a partir deste momento, estando seus destinos estreitamente ligados, pode-se afirmar que um não sobreviverá ao outro. Sua história e incontestável qualidade de guardião da causa nacional tornou-o depositário das aspirações patrióticas do homem brasileiro que sempre soube interpretar com absoluta fidelidade.

Soldado brasileiro

Dirijo-me, neste instante, particularmente, ao militar que, na tropa, cumpre o sagrado dever de servir. O Exército de Caxias tem a tradição da disciplina e da solidariedade. É um Exército unido, por isto, é um Exército forte. É um Exército de homens de fé que se enriquecem em esperança de vê-lo cada vez mais eficiente e mais poderoso. Servir-lo, é um privilégio. Não mitigues, portanto, esforços, privações ou renúncias para bem servir. Faze-o, porém, com ativez e brio, porque na linguagem afita que aos posteros legou um rei prisioneiro, tudo se poderá perder, menos a honra, e desonrado estará todo aquele que, servindo ao Exército, desservir à Pátria.

Sylvio Couto Coelho da Frota
Ministro do Exército. (ANDA). 25 de agosto de 1977

JORNAL DO BRASIL

Regulamento cria pena para militar que não comunicar perturbação da ordem pública

Brasília — O Presidente da República assinou decreto aprovando o Regulamento Disciplinar do Exército, segundo o qual poderá ser punido o militar que deixar de comunicar ao superior imediato, ou, "na ausência deste, a qualquer autoridade superior, toda informação que tiver sobre iminente perturbação da ordem pública ou grave alteração do serviço, logo que disto tenha conhecimento", ou tratar de questões políticas sem autorização.

A aprovação do novo regulamento do Exército, segundo se informou, é uma decorrência natural da modificação do Estatuto dos Militares, ocorrido há cerca de cinco anos. Prevê-se ainda a mudança de outros regulamentos, tais como o interno e o de serviços. Criado em 1942, o Regulamento Disciplinar sofreu posteriores alterações, a última delas no dia 11 de setembro de 1969.

Tendo por finalidade de principal especificar as transgressões disciplinares e estabelecer normas relativas a punições disciplinares, comportamento militar das praças, recursos e recompensas, determina o Regulamento que a disciplina e o respeito à hierarquia devem ser mantidos permanentemente pelos militares, na ativa ou não.

Outro dispositivo disciplinar refere-se à inteira responsabilidade do militar pelas ordens que der e pelas consequências que delas advirem, cabendo ao subordinado o cumprimento prontamente.

Além do Presidente da República e do Ministro do Exército, o Chefe do Estado-Maior do Exército, chefes de Departamentos, co-

mandantes de Exércitos e de áreas e demais comandantes têm competência para aplicar as punições disciplinares.

O novo RDE também traz determinações, segundo as quais todo militar que tiver conhecimento de um fato contrário à disciplina deverá participá-lo a seu chefe imediato, por escrito ou verbalmente. Neste último caso, deve confirmar a participação, por escrito, no prazo máximo de 48 horas: "A parte deve ser clara, concisa e precisa; deve conter os dados capazes de identificar as pessoas ou coisas envolvidas, o local, a data e hora da ocorrência e caracterizar as circunstâncias que a envolveram, sem fazer comentários ou opiniões pessoais".

Um dos anexos do Regulamento prevê 121 tipos de transgressões disciplinares, entre as quais se destacam: Desconsiderar ou desrespeitar autoridade civil; desrespeitar em público as convenções sociais; frequentar lugares incompatíveis com o decoro da sociedade ou da classe; espalhar boatos ou notícias tendenciosas; usar violência desnecessária no ato de efetuar prisão e maltratar preso sob sua guarda. 22.7.77

Entendimento

Na última semana realizou-se uma longa reunião em Washington entre militares brasileiros e americanos.

Os participantes, de ambos os lados, pertencem à Comissão Militar Mista vinculada ao Acordo de Assistência que o Brasil denunciou em março e que dentro de sete meses será letra morta do ponto-de-vista jurídico.

Da reunião parece resultar que o intercâmbio militar conduzido através do Acordo continuará a existir apesar do desaparecimento da regulamentação.

Serão feitos outros documentos, sempre específicos. 22.7.77

O ESTADO DE S. PAULO

Termina manobra conjunta

ASSUNÇÃO — A Marinha paraguaia informou, ontem, que foram encerradas as manobras anti-subversivas realizadas em conjunto por efetivos de guerra das Armadas do Brasil e do Paraguai. Os exercí-

As novas armas para a Polícia

O comandante geral da Polícia Militar, coronel Francisco Batista Torres, há dias apresentou à imprensa o novo equipamento da PM, de "ação" e de "defesa", armamento de grande precisão e eficiência, dotado de acessórios que oferecem muita segurança aos homens que dele se utilizam. Alguns equipamentos são nacionais, mas a maior parte é estrangeira.

Os novos instrumentos incluem carros blindados, lança-granadas de gases, spray para longa e curta distâncias com gases lacrimogêneos, "fumaça-pimenta", agentes químicos para produção de distúrbios estomacais, vômitivos intestinais e bastões geradores de cho-

que elétrico, máscaras com megafones, explosivos, bem como lanternas com a luminosidade do farol de um avião "Boeing", destinadas a cegar por cinco ou dez minutos a pessoa atingida.

Nos conturbados dias que vivemos, certos protestos populares podem apresentar graves ameaças para a ordem pública. A experiência mostra que as multidões se deixam conduzir com surpreendente facilidade, podendo ser levadas à prática de depredações, de incêndios, de ataques e repartições públicas, etc. Em consequência, devem as Polícias estar preparadas para combater movimentos que possam derivar para a violência ou para a ilegalidade.

BRASIL LIDERA COMPRA DE ARMAS

6-7-77

WASHINGTON — Um relatório elaborado por grupos interessados no custo social da corrida armamentista, divulgado em Washington, revela que a América Latina mantém aproximadamente 590 mil homens em suas Forças Armadas, com os quais despendeu 4,9 bilhões de dólares em 1974. O Brasil responde por 40 por cento dos gastos e efetivos. O documento, cuja introdução é assinada pelo presidente do Banco Mundial, Robert Mc Namara, informa ainda que os países em desenvolvimento são responsáveis hoje por 18 por cento dos gastos mundiais com armamentos, contra 9 por cento em 1960.

Esta é a relação dos países latino-americanos e de seus gastos militares (em

milhões de dólares) em 74, constante do relatório:

Brasil	2.058
Argentina	554
Chile	211
Peru	385
Equador	72
Colômbia	118
Venezuela	459
Guiana	7
Bolívia	41
Paraguai	21
Panamá	2
Uruguai	102
Cuba	335
Rep. Dominicana	48
Haiti	8
Jamaica	15
Trinidad	4
México	371
Guatemala	26
El Salvador	18
Honduras	16
Nicarágua	22
Costa Rica	8

Brasil e Chile

Brasília — O General Hector Orozco, Chefe do Serviço de Inteligência do Exército chileno, viajou hoje para o Rio e, em seguida, para Santiago depois de ter participado, nesta Capital, de uma reunião de caráter institucional com autoridades brasileiras ligadas à informação.

A reunião, segundo se esclareceu, se realiza cada três anos, seja no Chile ou no Brasil, participando apenas militares dos dois países. 19/8/77

cios foram realizados nas águas do rio Paraguai com a participação do Corpo de Defesa Fluvial — que é infantaria da Marinha — e de navios paraguaios e brasileiros.

O Brasil esteve representado pela esquadilha de Mato Grosso, composta pelos navios-patrolheiros "Parnaíba" e "Paraguçu" e o navio-tanque "Potengi". Essas manobras são realizadas normalmente a cada ano.

PIS foge de seus objetivos

A Lei Complementar n.º 26, de 11 de setembro de 1975, autorizou os trabalhadores inscritos há mais de cinco anos no Programa de Integração Social (PIS) ou no Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) a sacar anualmente, além dos juros e do "resultado líquido adicional", uma retirada complementar igual a um salário mínimo regional. O benefício só é concedido aos que ganham menos de cinco salários mínimos, respeitadas as disponibilidade de suas contas individuais.

As leis complementares n.º 7 e 8, que respectivamente criaram o Programa de Integração Social (Pis) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), previam que os recursos arrecadados por esses programas seriam aplicados em dois fundos mútuos, cujas quotas seriam distribuídas aos trabalhadores neles inscritos.

É preciso então distinguir inicialmente que o Pis/Pasep, unificados pela Lei Complementar n.º 26, se divide em duas partes. A primeira delas é o patrimônio desse fundo, formado com as contribuições das empresas, calculadas em razão do Imposto de Renda (lucro) e do faturamento, e que é distribuído aos trabalhadores cadastrados sob a forma de quotas, inalienáveis, impenhoráveis, intransferíveis e indisponíveis (salvo nos casos previstos, de aposentadoria, morte, casamento, etc.). A segunda parte é representada pelo lucro da aplicação desse patrimônio durante cada exercício social, que deve ser suficiente, no mínimo, para remunerar quotas com juros de 3% anuais e mais correção monetária igual a das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN) no período, além de cobrir as despesas administrativas e operacionais do fundo; se o lucro for maior do que isso, o "resultado líquido adicional" deve também ser distribuído aos quotistas.

A parcela do Pis/Pasep correspondente à distribuição de resultados não foi alterada. A Lei Complementar n.º 26 apenas proibiu a retirada anual da correção monetária, que antes era permitida, deixando que os cadastrados no Pis/Pasep, de maneira geral, possam sacar anualmente apenas os juros (3%) e o "resultado líquido adicional".

Mas a Lei Complementar n.º 26, no parágrafo 3.º de seu Artigo 4.º, autoriza aqueles que estiverem cadastrados há mais de cinco anos e que tenham salário mensal inferior a cinco salários mínimos a sacar, além dos juros e resultado líquido operacional, uma "retirada complementar" que permita perfazer valor igual ao do salário mínimo regional vigente.

De onde vêm os recursos para tal pagamento?

Um truque para criar recursos

De uma sutil mudança introduzida no critério de distribuição das quotas do Pis/Pasep, especificada no parágrafo único do Artigo 2.º da já referida Lei Complementar n.º 26.

Até o exercício encerrado em 30 de junho de 1976, as arrecadações do Pis e do Pasep (a primeira parte acima referida, resultante das contribuições das empresas) eram

rateadas entre os trabalhadores cadastrados de acordo com o critério fixado pelos artigos 7.º e 4.º respectivamente das leis complementares n.º 7 e 8. Metade das quotas era distribuída "em partes proporcionais ao montante de salários percebidos no período" e a outra metade "em partes proporcionais aos quinquênios de serviços prestados pelo empregado".

Na prática, cada trabalhador cadastrado no Pis ou no Pasep recebe um certo número de pontos em razão do total dos salários ganhos no ano e outros pontos pelo tempo desde que começou a trabalhar. Os pontos são proporcionais, mas não seguem uma escala geométrica. Assim, quem ganha salário maior e trabalha há mais tempo, tem mais pontos, mas não muito.

Em outros termos, quem ganha vinte salários mínimos mensais e trabalha há vinte anos, não recebe o dobro de pontos daquele que ganha dez salários mínimos mensais e trabalha há dez anos; recebe apenas alguns pontos a mais.

Como as quotas do Pis/Pasep são rateadas em função dos pontos atribuídos a cada trabalhador cadastrado, os que ganham mais e têm maior tempo de serviço recebem mais quotas. Mas, proporcionalmente, os trabalhadores situados na faixa de até cinco salários mínimos mensais ganham, em relação aos seus salários, um percentual muito maior.

Esse critério, se poderia ser considerado injusto para com os trabalhadores mais bem remunerados, tem o mérito de proporcionar uma redistribuição da renda, beneficiando os trabalhadores de situação econômica mais humilde. E como, afinal, o dinheiro não sai do bolso dos próprios trabalhadores, ninguém pode reclamar.

Ora, o que fez o parágrafo único do Artigo 22º da L/C n.º 26 foi "manter os critérios de participação dos empregados e servidores estabelecidos nos artigos 7.º e 4.º respectivamente das leis complementares n.º 7 e 8", ressalvando-se a obrigatoriedade de crédito de "depósito mínimo equivalente ao salário-mínimo regional mensal, vigente" aos participantes cadastrados há pelo menos cinco anos e que percebiam salário mensal igual ou inferior e cinco vezes o respectivo salário-mínimo regional.

Em outros termos, feito o rateio das quotas arrecadadas das empresas pelo Pis/Pasep, se o que tocar aos participantes da primeira faixa (salário igual ou inferior e cinco salários mínimos mensais) for inferior a um salário mínimo, eles terão um crédito de quotas igual a um salário mínimo, reduzindo-se a parte dos demais.

Dessa forma, fica assegurada a existência na conta individual de cada trabalhador cadastrado há mais de cinco anos e com salário inferior a cinco salários mínimos de pelo menos, o equivalente a um salário mínimo, que ele saca como "abono da L/C n.º 26/75" ou "14.º salário".

Saque contra o próprio futuro

A mudança determinada no rateio das quotas do Pis/Pasep pela Lei Complementar n.º 26 fortaleceu então o critério de redistribuição de renda, beneficiando os trabalhadores situados na faixa de até cinco salários mínimos.

Já vimos que as contas individuais de cada trabalhador cadastrado recebem dois tipos de crédito, um correspondente às quotas e outro correspondente aos juros, correção monetária e "resultado líquido adicional". A segunda parte é diretamente proporcional ao saldo anterior da conta, pois, evidentemente, os juros e a correção monetária são pagos sobre o saldo credor anterior havido na conta; quem tem saldo maior recebe mais, quem sacou tudo nada recebe a esse título.

Ora, até o ano passado, todos, indistintamente, foram induzidos pela administração do Pis/Pasep a sacarem as parcelas disponíveis de suas contas, ou seja, juros, correção monetária (que agora não podem mais sacar) e "lucro excedente", ficando dessa forma, apenas com o saldo correspondente às quotas recebidas na distribuição anual do arrecadado das empresas. A parte disso, muitos sacaram também as quotas, principalmente por motivo de casamento ou para compra da casa própria (agora também não mais permitida).

Uma estimativa otimista dá uma média acumulada de quotas distribuídas nos primeiros quatro exercícios do Pis (72/73, 73/74, 74/75 e 75/76) da ordem de mil cruzeiros para os trabalhadores situados na faixa de até cinco salários mínimos. Em outros termos, não é fora de propósito se considerar que, em média, os trabalhadores que estão na faixa de até cinco salários mínimos tinham, em 30 de junho passado, um saldo em suas contas individuais da ordem de Cr\$ 1.000,00.

Sobre esse saldo, haverá um crédito de juros de 3%, ou seja, Cr\$ 30,00; mais correção monetária, que no período foi de 38%, correspondendo a mais Cr\$ 380,00; e o "resultado líquido adicional", impossível de se prever, mas que não deve ser maior que uns 5%, já que, basicamente, seria a diferença entre os juros pagos (3%) e o cobrado nas aplicações (9%), menos as despesas administrativas. Temos assim, um crédito garantido de Cr\$ 410,00 e a possibilidade de mais uns Cr\$ 50,00, na melhor das hipóteses, totalizando Cr\$ 460,00.

Induzidos este ano pela propaganda do Pis/Pasep a sacar o equivalente a um salário mínimo, os trabalhadores da faixa de até cinco salários mínimos mensais estão retirando de suas contas essa importância. Demonstramos acima que essas contas individuais vão receber um crédito desse valor, mas relativo a "quotas"; e um bem menor, correspondente ao que se poderia chamar de "dividendos". Dessa forma, ao sacar o "14.º", os trabalhadores estão sacando não apenas os juros, a correção monetária (que não poderiam mais sacar, de acordo com a L/C 26/75) e o "lucro excedente" do exercício, como também uma parte das quotas distribuídas no exercício.

A conclusão lógica é que, sacando o "14.º", os trabalhadores estão dilapidando o seu patrimônio futuro, reduzindo drasticamente o que seria o seu "pecúlio de aposentadoria". A dilapidação é dupla, pois além de sacarem a correção monetária, que manteria o patrimônio atualizado, sacam também parte das quotas, reduzindo ainda mais a expressão desse patrimônio.

FOLHA DE S. PAULO 24 de julho

Governo não vai alterar índice

"O Governo não pensa em aumentar os índices salariais dos trabalhadores, para compensar a perda do poder aquisitivo com altas de preços baseadas em índices mal calculados no passado", afirmou o Ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, ao abrir ontem, em Petrópolis, o 4º Congresso Estadual de Administradores de Pessoal.

FOLHA DE S. PAULO

DO RELATORIO DO BIRD

"...A fórmula de reajuste salarial foi modificada em junho de 1976 para reduzir a taxa de reajuste efetivamente concedida. ...O impacto

O Sr Arnaldo Prieto disse que "não houve perda, em 1973, do salário real do trabalhador, porque não são os índices da Fundação Getúlio Vargas que servem de base à alteração do salário mínimo". Criticou a *Carta aos Brasileiros* — "não acrescenta nada" — e exaltou os sindicatos de trabalhadores.

20/8/77

desta medida foi virtualmente a eliminação dos 4% referentes ao crescimento da produtividade, que esta vem incorporados à fórmula".

TRIBUNA METALÚRGICA SÃO BERNARDO, JULHO DE 1977

A lei de acidentes

Inúmeros casos de trabalhadores prejudicados pela nova lei de acidentes do trabalho, em vigor a partir de 1º de janeiro último, estão sendo registrados no Departamento Jurídico do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. Com base na nova legislação, já foram ajuizadas as primeiras ações na comarca. Além das costumeiras reclamações versando sobre limitação dos movimentos da coluna, bronquite, sinusite, cardiopatia, tuberculose, moléstias comuns no setor metalúrgico, as maiores queixas agora registradas se referem a lesões, indenizadas pelas leis acidentárias anteriores e não indenizáveis pela atual.

A situação de um jovem trabalhador, que perde duas falanges do dedo indicador, por exemplo, serve de ilustração. Pela nova lei de acidentes de trabalho - a 6.367, de 19 de outubro de 1975, o acidentado portador de semelhante lesão, após receber alta do seguro, nada percebe a título de indenização. A lei anterior, para casos semelhantes, previa uma indenização paga de uma só vez. Ela indenizava também casos inexpressivos, como perda de parte de uma falange.

O Decreto-Lei 7.036, de 1944, previa a indenização, que era paga logo após a alta médica. Na Lei 5.316, de 1967, hoje revogada, eram contemplados beneficiários, conforme a gravidade da lesão. Além do auxílio-doença, aposentadoria por invalidez, pensão por morte e assistência médica, beneficiários esses conservados na lei atual, quando o trabalhador era acidentado, se a redução permanente da capacidade para o trabalho variava de 1 a 25 por cento, a vítima fazia jus a um pecúlio resultante da aplicação da percentagem da redução à quantia correspondente a 72 vezes o maior salário mínimo mensal. Se a redução da capacidade fosse superior a 25%, o acidentado tinha direito, independentemente de qualquer remuneração ou outro benefício, a um auxílio-acidente, que era calculado conforme a percentagem da redução (máximo de 60% do valor mensal igual ao do salário de contribuição devido ao empregado no dia do acidente).

Se o trabalhador, por exemplo, após a alta médica, tornava-se portador de uma incapacidade permanente de 50%, ele iria receber 50% do salário do dia do acidente, independentemente de qualquer remuneração ou outro rendimento. Esse auxílio era vitalício e reajustável na forma da legislação previdenciária.

A lei atual prevê o auxílio-acidente, mas

ele só será devido ao acidentado que, após a consolidação das lesões resultantes do acidente, permanecer incapacitado para a atividade exercida na época do evento, mas não para outra. Esse auxílio, mensal e vitalício, corresponderá a 40% do salário de contribuição vigente no dia do acidente.

O pecúlio já referido, previsto na lei anterior, foi suprimido da atual legislação. E justamente essa supressão que está ensejando muitas reclamações. É que o operário que perde um dedo, por exemplo, não se conforma com a falta de indenização. Por isso, a revolta entre esses portadores de pequenas lesões cada vez aumenta mais. E com toda razão. Ao suprimir o pecúlio, a nova lei estabeleceu o auxílio-suplementar, devido a contar da cessação do auxílio-doença ao acidentado que, após a consolidação das lesões resultantes do acidente, apresentar, como seqüela definitiva, perda anatômica ou redução da capacidade funcional.

Por isso, quem foi vítima de acidente de trabalho, ou vier a sofrer-lo, não se iluda com o que andam dizendo por aí sobre a nova lei, como afirmou o ministro Nascimento e Silva, da Previdência e Assistência Social, ao enviar o projeto de lei para o Congresso: representará uma evolução na cobertura do «infortúnio profissional» e atenderá «aos interesses dos trabalhadores acidentados e seus dependentes».

O projeto do governo, transformado na nova lei de acidentes não representa evolução alguma, nem atende aos interesses dos trabalhadores.

O que a nova lei está provando é aquilo que já havíamos dito noutra oportunidade: um triste retrocesso social, a exemplo de tantos outros retrocessos causados pelas demais leis de «caráter social», editadas a partir de 1964.

A legislação acidentária é um exemplo desse retrocesso. De 1967 para cá já foi mudada varias vezes, sempre para pior:

EXECUTIVOS: novo teto

Combater a inflação e promover uma gradativa distribuição de renda são, aparentemente, os dois objetivos visados pela anunciada disposição do governo de limitar os reajustes salariais para quem ganha acima de determinados limites. Com esta intenção, o Conselho Nacional de Política Salarial tem se reunido desde meados deste mês para estudar alterações nos critérios de reajuste salarial. Da pauta de discussões constaria a aprovação de um teto de 20 ou 25 salários mínimos (22 120 ou 27 650 cruzeiros) para a aplicação obrigatória dos percentuais aprovados em dissídios coletivos e a fixação de um coeficiente de reajuste menor para os assalariados com renda superior a esse teto.

Embora pareça provável que qualquer restrição salarial nessa faixa seja em parte compensada por maior liberalidade na concessão de *trínges benefits* é evidente que as mudanças provocarão um impacto considerável no mercado de trabalho. Caso se confirmem, elas atingirão, sobretudo, os executivos de nível de média gerência que em geral ganham salários superiores a 20 mil cruzeiros por mês — justamente a faixa de executivos que já se ressentem da queda da oferta de empregos.

(...), o reduzido número de assalariados sujeito ao teto e a sua pequena representatividade na folha de pagamentos desestimulam a aplicação de uma lei que poderia levar à evasão desses profissionais. Está é a opinião de Reynaldo Bayeux da Silva, gerente de recursos humanos da Mangéis. Na empresa apenas 1,5% dos funcionários está sujeito ao teto, representando igual percentual na folha de pagamentos. "Esta situação não é muito diferente nas outras empresas", assegura Bayeux.

Um dos indicadores para se calcular o número de assalariados de menor renda reforça a afirmação de Bayeux. De uma amostra de 10 dos 15 milhões de beneficiários do PIS, cerca de 82% ganham até dois salários

8-7-77 Desemprego

São Paulo — Levantamento realizado pela Associação Paulista de Empreiteiros de Obras Públicas (APEOP) constatou que a crise que enfrentam em decorrência da desaceleração do ritmo dos investimentos estatais já provocou o desemprego de 40 mil trabalhadores, ou uma queda de 14% no contingente de mão-de-obra normalmente absorvido pelas suas 300 associadas no Estado.

● O vice-presidente do Sindicato da Indústria de Aparelhos Eletrônicos do Rio, Roman Skowronski, qualificou ontem de "extremamente significativo" o número de demissões de técnicos e operários qualificados do setor (de duas mil pessoas nos últimos 12 meses).

O ESTADO DE S. PAULO

LIVRE CONTRATO

O que os metalúrgicos vão pedir a Geisel

A política salarial adotada pelo governo a partir de 1965 pode ser modificada se o presidente da República aceitar esta reivindicação dos 700 mil metalúrgicos paulistas: eles querem a livre-contratação das condições de trabalho entre empregados e empresas. Os representantes dos metalúrgicos já solicitaram audiência ao presidente Geisel, mas a data ainda não foi

marcada pela Casa Civil.

Um dos fundamentos de uma livre-contratação de trabalho é a possibilidade de patrões e empregados poderem discutir e decidir sobre salários, sem maiores interferências do governo — como vem ocorrendo há doze anos.

Os trabalhadores solicitarão ainda a Geisel a revogação de todos os dispositivos legais que im-

pedem ou restringem uma maior atividade sindical. Para não criar atritos com determinadas áreas, os metalúrgicos não falam em seu documento — que tem 19 páginas — na revogação da “lei de greve”, que seria necessária para se obter a livre-contratação. A recente crise na indústria automobilística é que gerou esse movimento dos trabalhadores paulistas. 25-7-77

SÃO BERNARDO, JULHO DE 1977

TRIBUNA METALÚRGICA

Ilustríssimo Sr.

Mario Henrique Simonsen

Digníssimo Ministro da

Fazenda do meu Brasil

Grande e Potente

Prezado Senhor:

Os jornais divulgaram que o senhor foi transformado em superministro, ganhando carta branca para agir com dureza no que respeita ao combate à inflação. E o senhor próprio, dias depois, anunciava que, como primeira medida de sua estratégia de luta (hein, turma, procure no dicionário o significado dessa palavra), seriam congelados alguns preços. Uma providência realmente bacana, senhor ministro, capaz de alegrar a todos. Mas eu digo ao senhor que o pessoal aqui da fábrica não se entusiasmou muito pelo anúncio, pois anda muito cabreiro com promessas desse tipo que nunca são cumpridas.

No entanto, eu tentei explicar que agora poderia ser diferente, uma vez que o senhor ministro estava com toda força para fazer valer sua vontade. Lembrei aos colegas o caso recente do senhor presidente da República, quando, após fechar o Congresso Nacional, o chefe máximo do meu Brasil grande e potente ficou a vontade para fazer as retomas pretendidas. E verdade que houve algum chiado por aí, e muitas pessoas atribuíram ao presidente condição de ditador, inimigo da democracia, sufocador da voz do povo, etc. e tal.

Mas foi um argumento que usei para mostrar que o senhor, transformado em manda-chuva absoluto no comando das economias do país, também poderia impor suas pretensões. E isto poderia começar pelo anúncio do congelamento dos preços. Revelo ao senhor que não convenci ninguém, e tive de botar a viola no saco e sair de mansinho da roda de colegas, para não ser logo chamado de badalador do senhor ministro. Um contra-argumento, que quase me desmontou, foi articulado pelo companheiro Pererinha, que mora pagando aluguel, ganha três mil cruzeiros e tem mulher e três filhos menores.

O Pererinha, senhor ministro, me jogou na cara alguns dados irresponsáveis, como dizem os doutores em qualquer ciência. Ele me falou que o aluguel de sua casa já foi aumentado, este mês, em 37%, passando de mil para mil e trezentos e setenta cruzeiros; que sua conta de luz veio quase 50% maior que a anterior; e que na feira e no armazem, depois do anúncio do senhor ministro, sua mulher pagou tudo mais caro. O Pererinha completou com uma indagação que me calou de vez: adianta congelar os preços quando eles já estão lá em cima?

Ainda assim, achei que o Pererinha, sempre bronqueado com tudo, foi bastante controlado em sua reação. Talvez tenha se contido para não me expor a um vexame maior diante dos colegas. Ele poderia ter me dito que o presidente da República, durante as férias forçadas do Congresso, teve em suas mãos poderes maiores que esses concedidos ao senhor ministro, e nem por isso se arriscou a congelar os preços.

Como vê, senhor ministro, não é por falta de boa vontade que a gente não se coloca, na maioria das vezes, ao lado das autoridades do meu Brasil grande e potente. A gente está sempre tentando acreditar em intenções e propósitos dos senhores, e chega até a se estorçar para transmitir a outros uma dose de otimismo. Mas somos contrariados pela realidade. Congelamento de preços, como medida de combate à inflação, é uma ideia já muito manjada que, ao longo da história do meu Brasil grande e potente, nunca resultou em benefício prático ao povo. Quando muito, se anunciada em tempo de normalidade política (para os colegas que não sabem, o que se entende por isso é quando o povo pode eleger, pelo voto direto, de vereador a presidente da República), o congelamento de preços presta-se à demagogia eleitoral. Mas no momento não se trata disso, pois não se falam em eleições diretas.

Então, senhor ministro, a gente fica a matutar se esse negócio de combater à inflação, num país que está num buraco danado, tenha algum sentido. Para falar com franqueza, agora que eu falhei na tarefa de fazer os colegas acreditarem no senhor, eu acho que o anúncio de congelamento de preços não passa de uma desculpa para justificar, isto sim, o congelamento dos salários. Assim, senhor ministro, se alguém tiver de ser sacrificado em favor desse combate à inflação, não serão os patrões e comerciantes, mas apenas nós, os trabalhadores.

Abraços do

João Ferrador.

Falando sobre o atual estágio do sindicalismo brasileiro, Prieto voltou a elogiar as lideranças sindicais. Dizendo que “elas são responsáveis pela paz e tranquilidade do País”. Disse, por outro lado, que a época, com o processo inflacionário existente, é a mais inoportuna para se pensar em restabelecer um modelo sindical que permita a negociação direta entre patrão e empregados para fixação do dissidio coletivo: “Esperamos que, futuramente, a gente possa voltar a esse estágio. No momento, contudo, devido à inflação, a fórmula seria inteiramente desaconselhável porque é evidente que teríamos de novo sindicatos com maior e menor poder de barganha. Os sindicatos fortes poderiam conseguir até mesmo tudo e os fracos, até mesmo nada”.

Prieto informou ainda que a única modificação que se pode esperar como certa no regime do FGTS é a incorporação da lei na CLT, “evidentemente, sem alterações” 30-6-77

OPERÁRIOS FAZEM POLÍCIA CORRER

VEJA, 20 DE JULHO, 1977

“Cês não dá comida pra gente, então a gente toma.” Eram 11 e meia da manhã de quarta-feira da semana passada quando o grito ecoou pelo canteiro de obras da construtora carioca Carvalho Hosken, em São Conrado, no Rio. E imediatamente o refeitório dos operários começou a ser destruído por 200 dos 1 800 peões que trabalham nas obras. Nos trinta minutos seguintes, as duas centenas de operários — capacidade máxima do refeitório — quebraram bancos e balcões de madeira e saquearam a despensa, levando frutas, pacotes de biscoitos, engradados de refrigerantes e todo o estoque de cigarros.

“Esses peões são como bichos”, disse a VEJA, uma vez serenados os ânimos, o coronel reformado Alfredo Polônia, chefe da segurança da construtora. “Se você corre eles te pegam, se você fica eles te comem.” Polônia estava, com essas palavras, explicando a reação de seus 25 comandados, os guardas de segurança que se encontravam na obra no momento da revolta. Ao se darem conta da fúria dos operários e após um rápido cálculo de sua inferioridade numérica, os guardas fugiram, deixando o acampamento livre para o quebra-quebra.

“Eles dão comida pouca e estragada para a gente e depois nos obrigam a trabalhar dobrado”, queixava-se, do seu lado, o operário que se identificou apenas como “Zé sem nome” — temendo uma represália “dos homens”. Ele chegou há alguns meses do nordeste — de onde, aliás, veio a maioria de seus companheiros — com a mulher e duas filhas, “procurando um jeito de sustentar melhor a família”.

REVOLTA

PROPOSTA ASSEMBLEIA DO CUSTO DE VIDA

...Se tivesse comparecido ao Hotel Intercontinental, onde se realizou o congresso, um dia antes, o ministro do Trabalho por certo teria presenciado o tumulto que na tarde de anteontem alvoroçou as redondezas de São Conrado, onde o grupo Sérgio Dourado constrói 16 dos mais luxuosos edifícios já surgidos no País. A passos lentos, a obra prossegue há vários meses e já recebeu da Delegacia Regional do Trabalho 80 autos de infração nos últimos 90 dias.

Anteontem, por não concordarem mais com os baixos salários e as péssimas condições de higiene e alimentação, os operários revoltaram-se e passaram a quebrar andaimas e a atirar pedras e paus nos edifícios em construção. A polícia foi chamada para conter os ânimos.

ONIBUS

O Rio, ontem teve mais um dia de transporte coletivo irregular, porque os motoristas de ônibus insatisfeitos com os salários estão faltando ao trabalho em grande número, o que dá a impressão de existir um movimento grevista parcial. Ontem no Tribunal Regional do Trabalho, foi julgado o dissídio coletivo da categoria profissional e as pretensões do Sindicato dos Motoristas não foram acolhidas. O TRT concedeu um aumento de 40% quando o Sindicato pediu 60%. O Sindicato conseguiu apenas dois benefícios: fornecimento de uniforme pelas empresas e pagamento das horas extras com adicional de 50% para as primeiras duas horas e de 100% para as demais. A jornada de trabalho continuou inalterada, em oito horas. 10.8.77

reivindicações

Uma nova fórmula de aumento salarial, dentro das intenções do governo de conter os salários altos, vai ser encaminhada em dissídio coletivo pelos empregados da Petrobrás. Além do percentual de reajuste, eles propõem a distribuição entre os funcionários do valor correspondente a 5 por cento da folha de pagamento da empresa.

Na discussão de uma tese sobre liberdade sindical, os trabalhadores denunciaram que o enfraquecimento dos sindicatos já está provocando o aparecimento de atividade sindical clandestina no País e aprovaram uma recomendação ao governo pela introdução da estabilidade do trabalhador na lei do FGTS a partir do 2º ano de emprego; pela volta da negociação direta entre empregador e empregados e pela revogação da atual lei de greves. 16.7.77

DESSE JEITO NÃO DÁ MESMO !

SOMOS MÃES DE FAMÍLIA EM DESESPERO !

Para quem participou, ou ouviu contar, ou leu nos jornais, é bastante viva ainda a impressão daquele 20 DE JUNHO, quando mais de 4.000 pessoas se reuniram para levantar seus problemas de custo de vida; propor medidas que viessem combater e minorar a carestia; e exigir das autoridades que tomassem providências urgentes.

Quase um ano se passou.

Da parte das autoridades...absoluto silêncio e indiferença total aos problemas que nos afligem.

Nós, esmagados pelo dia a dia, tendo que trabalhar dobrado pra ganhar minguado, nos enfiamos em nossas casas, fábricas, escolas, escritórios, cada um no seu canto, sem tempo nem para pensar.

E o custo de vida fica para nós um fardo cada vez mais pesado; aumenta de tamanho cada dia, enquanto nossos salários vão perdendo seu valor.

Aquela nossa Assembléia resultou de um longo e paciente trabalho de organização, de pesquisas e de debates realizados com a população de diversos bairros da periferia de São Paulo. E para isso foi fundamental a participação dos Clubes de Mães, das comunidades de Base; das Sociedades de Bairro e diversas outras entidades populares. Apesar de comparecerem em pequeno número, as autoridades foram convidadas, inclusive o Governador do Estado. Muitos jornalistas e estudantes estiveram presentes à Assembléia. Alguns deputados estaduais e federais também compareceram.

Todos ouviram o sofrido depoimento das donas de casa:

Cada depoimento feito na Assembléia deixou mais claro o sentido de nossa luta pela melhoria das condições de vida do povo brasileiro e, mais ainda, mostrou que todos temos consciência dos nossos direitos, que temos sabedoria e vontade, que sabemos tomar decisões.

Ao final da Assembléia, aprovamos as seguintes propostas: criação de creches e cooperativas nos bairros da periferia dos grandes centros urbanos;

um abono salarial de emergência para todos os trabalhadores;

e o congelamento de preços dos gêneros de primeira necessidade.

Todas as propostas receberam apoio dos parlamentares presentes, que também se pronunciaram no acontecimento.

Há bem mais de 10 anos não se realizava uma Assembléia popular com esse objetivo. Ela foi muito importante não só por ter reunido mais de 4.000 pessoas de todos os cantos para reivindicar melhoria das condições de vida, mas também porque mostrou que, quando nos unimos e nos organizamos para lutar pelo que é justo, recebemos sempre o apoio de outros setores da população, como os políticos mais combativos, os estudantes, a imprensa.

A repercussão que a Assembléia teve em todo o País mostrou que não estamos sozinhos nessa luta e que o apelo feito naquele momento teve o apoio de milhões de brasileiros que hoje pagam o luxo e os privilégios de que uma minoria desfruta.

Apesar disso, passado quase um ano da Assembléia, as autoridades, em completo silêncio, sem dar nenhuma explicação verdadeira ao povo, continuam agindo sem levar em conta o quanto custa a cada um de nós aquilo que elas decidem. E, o que é pior, as decisões nós sofremos na carne, naquilo que comemos, naquilo

que usamos, e naquilo que sentimos, falamos e fazemos. Além de não recebermos explicações, também não somos ouvidos, nem consultados. Somos impedidos de falar, de apresentar nossas soluções para os problemas que nos afligem. Isso não acontece por acaso: as autoridades sabem muito bem que teríamos nossas soluções para esses problemas, soluções essas que certamente viriam beneficiar a maioria dos brasileiros.

PODEMOS CRUZAR OS BRAÇOS ?

Alta do custo de vida, inflação, dívida externa, salário de fome, mortalidade infantil, acidentes no trabalho, desemprego, falta de escolas e de creches, transporte ineficiente, falta de água, luz esgoto, desrespeito aos nossos direitos....!

Temos consciência de que aquela nossa Assembléia somente não iria resolver todos esses problemas e nem concretizar as propostas que ali fizemos; porém, ela fortaleceu nossa luta, ampliou nossa força e reafirmou nossa confiança em nós mesmos, que dela participamos. Não podemos descansar em cima do que já fizemos. É nosso dever ir além. Temos certeza de que "Custo de Vida" não é tarefa de poucos; não é um grupo só que vai levar para frente. É tarefa de muitos e o segredo do resultado está certamente na união de todos que queiram ingressar na luta.

VAMOS NOS UNIR EM TORNO DA NOSSA MAIS SÉRIA DIFICULDADE:
A ALTA DO CUSTO DE VIDA

LUTA SINDICAL

Ano 2
nº 6

orgão da Oposição Sindical

Companheiros metalúrgicos,

Já se passaram 6 meses desde o reajuste de novembro.

Os 43% que recebemos já foram engolidos pelo aumento violento do custo de vida. A inflação nos anos passados sempre esteve acima do valor do salário. Este ano ela está ainda mais alta. Isto significa que o nosso nível de vida está piorando dia-adia.

Ainda por cima, estamos sendo vítimas do desemprego. Muitas fábricas já mandaram para a rua centenas de companheiros. Mas não parou aí: a FORD e outras indústrias automobilísticas estão ameaçando de provocar desemprego em massa.

X.X.X.X.

Dia 15 de abril houve assembleia no sindicato para encaminhar a luta por um aumento a partir de maio, para que o nosso salário acompanhe, pelo menos, a alta do custo de vida.

Para conseguir esse aumento decidimos nos organizar nas fábricas em comissões de salários. Isto quer dizer: se reunir nas seções, com os companheiros mais dispostos para discutir como encaminhar a luta na qual todos os companheiros devem participar.

A maneira de lutar depende da organização dos companheiros de cada fábrica.

- Devemos organizar a operação tartaruga: isto é, diminuir a produção para pressionar a saída do aumento.
- Devemos organizar comissões para exigir o aumento do patrão.
- Devemos organizar pequenas paradas do serviço como forma mais forte de pressão.

Companheiros, esse aumento só depende de nós, da nossa união e organização de luta.

A Oposição Sindical convoca os companheiros mais combativos a participar da próxima assembleia no mês de maio, para analisar o resultado dessa nossa luta por aumento e encaminhar novas reivindicações.

A Oposição Metalúrgica

EDITORIAL

PRIMEIRO DE MAIO: UNIÃO E LUTA

(...) Por isso, 1º de Maio no Brasil significa: trabalhadores organizados lutando por seus direitos, impondo suas reivindicações. Foi assim que conquistaram o 13º salário, com uma greve geral em julho de 1962, onde não faltou pancadaria da polícia. Mas a resistência dos operários foi maior, e o governo, vendo que ia perder o controle, decretou o 13º salário, procurando amortecer a união dos operários, que começaram a perceber como eles são fortes, quando estão unidos e organizados.

Nos anos seguintes, os patrões aprovaram a falta de organização independente da Classe! e colocaram a lei do arrocho salarial. Que é reajuste do salário decretado pelo ministério do trabalho, sem apelação, e sempre menor que a inflação do ano. No 1º de maio de 1969, os patrões e o governo tentaram nos enganar, convidando todos para a "comemoração" na Praça da Sé. Ai nós respondemos que o governo estava do lado dos patrões.

E a coisa foi mais longe, a experiência que os operários de Osasco acumularam se organizando dentro das empresas em Comissões para impedir as arbitrariedades das chefias, lutando por Segurança de Trabalho e por aumentos, para recuperar as perdas do salário, ensinou que a decisão de greve em julho de 1968 foi o caminho certo para enfrentar os patrões.

As lutas têm mostrado que só organizados dentro das empresas, em comissões independentes do governo e dos patrões, podemos nos preparar decisivamente para acabar com este estado de arbitrariedades dos patrões. (...)

Como luta de agora, a Oposição lança a campanha do aumento geral de 25% nos salários, a partir de maio. É preciso organizar Comissões de Operários nas fábricas, passando abaixo-assinado pelos 25%. É preciso que essas comissões orientem a pressão dos operários sobre a empresa, organizarem tartaruga e paralizações de trabalho.

Nada nos será dado pelo governo, pelos patrões e seus representantes. Hoje como no 1º de Maio de 1886, a classe só pode confiar na força de sua organização independente.

TRIBUNA METALURGICA JULHO DE 1977

“Só contratação coletiva resolverá nossa situação”

Em depoimento à Comissão de Relações do Trabalho, na Assembleia Legislativa de São Paulo, o nosso presidente Luiz Inácio da Silva traçou um quadro completo da situação em que vivem os trabalhadores. Falou do desemprego, rotatividade de mão de obra, dos baixos salários e das falhas da organização sindical brasileira.

1. - A CONTRATAÇÃO COLETIVA

O Estado precisa abrir mão de sua fertilidade legigerante e deixar à livre pactuação das partes o estabelecimento das condições específicas que regem o contrato de trabalho. Como se disse, este estágio de contratação representa uma significativa evolução no direito do trabalho e marca o progresso social experimentado pelos países mais desenvolvidos.

No Brasil, estamos defasados pois, o Estado interfere definitivamente na fixação dos elementos essenciais do contrato de trabalho, principalmente no que se refere a salários. A intervenção do Governo, através de uma legislação rígida e detalhada, conduz a um nivelamento por baixo, pois, deixa de levar em conta as peculiaridades regionais e a produtividade setorial.

Evidentemente, o estabelecimento, da contratação coletiva deverá ser acompanhada do fortalecimento dos sindicatos dos trabalhadores, hoje muito frágeis e sem nenhum poder de comando e reivindicação. Impõem-se, portanto, além de medidas garantidoras de autonomia e liberdade sindicais, o pleno exercício do direito de greve, arma a ser usada com fim reivindicatório e como derradeiro recurso.

3. ESTABILIDADE

Para impedir o excessivo arbítrio pelo empregador para dispensar seus empregados, cada contrato coletivo deveria prever as situações em que poderia ocorrer a redução do quadro, bem como estabelecer critérios de dispensas para minimizar os efeitos sociais negativos.

Assim, o contrato estabelecerá os que devem ser dispensados em primeiro lugar, preservando o emprego daqueles que suportam maiores encargos familiares e dos mais idosos.

Paralelamente, deverão ser criados Conselhos de Empresa, para decidirem sobre questões disciplinares e despedidas por justa causa. Tais Conselhos deverão ser constituídos com a participação de empregados, através do Sindicato de classe, e da empresa.

4.- FUNDO DE DESEMPREGO

Finalmente deverá ser instituído o Fundo de Desemprego para garantir a manutenção do trabalhador dispensado e seus dependentes, até que novo emprego equivalente ao anterior lhe seja oferecido. Tal fundo deverá ser constituído com recursos das empresas e complementado pelo Governo, na medida das necessidades.

IGREJA no

⑤

MUNDO DO TRABALHO

II - Os Sindicatos estão divididos entre si. É proibido a organização das Centrais Sindicais, como existem em outros países. Exemplo: o sindicato dos químicos de São Paulo não pode estar - unido ao sindicato dos químicos de São Bernardo, Santo André ou Osasco ou outra cidade qualquer. Os sindicatos dos - Têxteis, Metalúrgicos, Gráficos, Bancários de São Paulo não podem se unir entre si. A legislação sindical de Getúlio dividiu a classe operária. (...) Depois de 1964, foram impostas novas restrições. (...) Enfim, desde que foram legalizados, os sindicatos brasileiros defendem e aplicam a política do Governo que tem representado os interesses do poder econômico e não se ocupam da organização e defesa dos operários. Isto não significa que todos os Dirigentes Sindicais estejam de acordo com esta situação.



TRABALHADORES CONSTRUINDO VERDADEIROS SINDICATOS

Compete aos trabalhadores assumir a responsabilidade de transformar os sindicatos em órgãos verdadeiramente positivos dos trabalhadores. Para isto é preciso que os sindicatos sejam:

- 1 - Formados a partir da organização dos trabalhadores no local do trabalho, através das comissões de empresa, escolhidas pelos trabalhadores em todas as seções.
- 2 - Sindicato unificado. Se a organização sindical deve ser livre, não se entende porque os trabalhadores de uma mesma categoria não podem se unir, para defender coletivamente os seus interesses. Num sindicato livre e democrático se entende o direito de união de todos os trabalhadores.
- 3 - Os sindicatos devem ser livres e independentes do Ministério do Trabalho. Os trabalhadores são capazes de dirigir seus destinos.
- 4 - Que sejam organizações que cumpram a missão de organizar a defesa coletiva dos trabalhadores e lutem para que a assistência social seja assumida, de fato, pelo INPS, uma vez que os trabalhadores pagam tudo para isso.

O SINDICATO E OS DIREITOS HUMANOS

A Declaração Universal dos Direitos Humanos - documento assinado pelo Brasil - diz que "todo homem tem direito à liberdade de opinião e expressão". (Artigo 19)

" Todo homem tem direito à liberdade de reunião e organização".

(Artigo 20)

" Todo homem tem direito à liberdade de organizar sindicatos e neles ingressar livremente".

(Artigo 23)

O QUE DIZ A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA

(Artigo 166)

" É livre a associação profissional ou sindical, a sua constituição..."

VAMOS FAZER ALGUMA COISA ?

Já vimos que é um direito do operário criar sindicatos livres. Como podemos, então, pôr isso em prática ?



- conversando com outros companheiros e procurando esclarecê-los também.
- buscando juntos as formas para lutar coletivamente por nossos direitos.
- Essas lutas podem ser o começo das comissões das empresas.
- A participação consciente nas reuniões sindicais é também uma forma de lutarmos para trans formar o sindicato num órgão representativo da classe operária.
- Nos bairros, também é possível treinar a união dos trabalhadores.

EXPERIÊNCIAS DE FABRICA Nº 2

(...)

Vamos contar a nossa experiência de como nós lutamos pra conseguir a antecipação salarial e depois o não desconto.

Primeiro, a gente não sabia o que fazer, erã só aquela choradeira, que o salário está baixo...

Mas fazer o que? Começamos a pesquisar e descobrimos que uma idéia que todos gostaram, era um convite de uma reunião total dos companheiros, com o patrão, às 5 horas, na hora da saída.

Mas foi mal organizado. Conversamos com o pessoal, mas não conseguimos convencer todo mundo,

Ficou uns 30 companheiros pra falar com o patrão. Foi até gozado: ele com medo de nós e nós com medo dele.

Todo mundo falou um pouco: falou do custo de vida, que o salário não estava dando e que era pra ele dar um aumento que era muita precisão.

E ele falou que estava com muitos problemas, que estava vendendo as peças muito barato, que a produção não era grande, mas que iria estudar o assunto.

Nós ficamos ali ouvindo e aprendendo, vendo qual o pensamento dele, porque nós ainda não tínhamos força de brigar mesmo pra valer, mas aprendemos muito. Fomos embora com a promessa.

Passou alguns dias enada. Então os velhos de casa se reuniram e tiraram uma comissão de 3 companheiros, que foram novamente conversar com o patrão.

Noutro dia, estava lá o aviso no quadro:

QUADRO NEGRO
AVISO
A EMPRESA RESOLVEU POR LIVRE E ESPONTÂNEA VONTADE DAR UM AUMENTO DE 10%, QUE SERÁ DEDUZIDO NO PRÓXIMO DISSÍDIO.

Isso foi em maio, perto de novembro já começava de novo o comentário, agora era pra não descontar, porque o aumento do custo de vida já tinha engolido os 10%.

E de novo começou o bate-papo de que devia ter uma outra reunião.

Quando saiu o reajuste de 43% achamos que era totalmente insuficiente e começamos a convocar os companheiros.

A gente chegava assim nas rodinhas de companheiros, na hora do almoço e falava: Vocês dão licença, nós estamos aqui convidando os colegas de serviço pra reunião com o patrão, pra pedir pra não descontar os 10%.

E ficou combinado agora, que deveria ser na hora do almoço. Apitou a hora e fomos almoçar. Era todo mundo naquela esperança, piscando o olho um pro outro.

Aquela mundo de gente na saída do refectório e o patrão na sala de almoço especial dos chefes, lá do refectório, olhava pelo rabo dos olhos, assim meio cabreiro com o pessoal.

Ele acabou de almoçar e veio vindo. Nós nos levantamos e falamos que a turma toda estava ali reunida pra conversar sobre o não-desconto dos 10%, que tem gente que trabalha há mais de 20 anos e só recebe aumento de lei e que mesmo esses 10% é muito pouco e se ainda for descontado vai fazer muita falta.

Aí ele ficou vermelho e falou bravo:

E continuou: *Isso aqui é mesmo uma turma de folgados. É muito fácil dizer, não estamos satisfeitos com esse salariozinho xó xó. Vocês não sabem os problemas que eu tenho, aqui todo mundo ganha bem, aqui todos têm tranquilidade, ficam todos a vontade...*

Se a gente deixasse, ele falava o dia inteiro. Aí nós cortamos.

- Espera aí! Se for como o senhor fala, como é que a gente pode ver, aqui, saindo da fábrica, caminhões e caminhões de peças que produzimos?

- E eu não compro areia, ferro, não pago imposto? Vocês pensam que só ganho dinheiro? Estão muito enganados.

Aí um companheiro interrompeu. E o patrão: - *Você é novo, não tem direito de falar.*

- Como não tenho direito de falar? Desde de que eu entrei aqui na fábrica, desde o 1º minuto tive de trabalhar, sempre trabalhei, cumprindo a minha obrigação, como não tenho direito de falar?

Outro companheiro falou: Eu trabalho aqui há mais de 20 anos, mas o quilo de feijão vale um preço só, pra mim ou pra ele e todos sabem quanto custa o quilo de feijão.

Aí o patrão se acalmou e concordou. Era melhor se o custo de vida não subisse tanto assim, e disse que iria fazer o máximo possível.

Outro dia o patrão chamou os operários na hora do almoço e disse:

Bom, vocês pediram o não-desconto. E o seguinte, de hoje em diante não quero mais rodinhas, conversas, nem brincadeiras na hora de serviço. Quero ver todo mundo com as mãos desse tamanho de inchado de trabalhar.

Não é difícil eu dar 10%, não é difícil eu dar 100%, mas tem que sair de vocês. Acho muito justo vocês reclamar do salário, mas tem que trabalhar. Eu não vou descontar os 10%.

Foi assim que o aumento para nossa fábrica, nesse dissídio, foi de 53%.

O ESTADO DE S. PAULO

Em MG, bancário pede 98%

A Federação dos Bancários de Minas, Goiás e Brasília iniciará entendimentos amanhã com o sindicato patronal para renovação do acordo de trabalho. Na mais concorrida assembléia dos últimos 13 anos, os empregados de bancos decidiram pedir aumento salarial de 98 por cento a partir de 1º de setembro.

Para chegar a esse índice, os dirigentes sindicais tomaram por base estudos do Dieese que apontam igual defasagem dos salários em relação ao aumento

Bancários querem**receber mais 65%** 20-7-77

Os 90 mil bancários paulistas e os três mil de Mato Grosso anteciparam a campanha de reajuste salarial, este ano, reivindicando 65 por cento de aumento sobre a remuneração percebida em 31 de agosto próximo. Segundo Francisco Teixeira, presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, o reajuste deveria ser de 89%, para compensar, em parte, a perda do poder aquisitivo da categoria, nos últimos anos; no entanto, ultimamente os salários das categorias profissionais têm sido reconstituídos na taxa de 40%, abaixo, portanto, do aumento do custo de vida.

Os trabalhadores em estabelecimentos bancários são representados por 23 sindicatos, no Estado de São Paulo, e mais três entidades de classe, em Mato Grosso, todos congregados na Federação dos Bancários dos Estados de São Paulo e Mato Grosso, presidida por Jesus de Nazaré Bizioli, que já enviou a minuta de reivindicações ao Sindicato dos Bancos, aguardando uma resposta.

Na cláusula oitava do projeto de convenção coletiva, os sindicatos e a federação propõem que os bancos paguem uma indenização de 200 mil cruzeiros ao empregado ou a seus dependentes, no caso de morte ou invali-

Professores mineiros criticam seu estatuto

A presidente da Associação dos Professores Primários de Minas Gerais, Maria Thelma Lopes Cancado, criticou ontem o novo Estatuto do Magisterio elaborado pela Secretaria da Educação que, na sua opinião, não beneficia os docentes aposentados e não institui a carreira do magisterio. Para ela, o único aspecto positivo do novo esta-

do custo de vida. O sindicato da categoria de Belo Horizonte aprovou ainda outras reivindicações: anuênio de 150 cruzeiros; piso profissional de 2.200 cruzeiros e seguro por assalto de 300 mil cruzeiros.

Segundo o presidente da entidade, Arlindo José Correa, as pretensões da classe são mínimas: "O bancário vive massacrado de um lado pela legislação do fundo de garantia do tempo de serviço e de outro pela inexistência de um quadro de carreira na maioria dos bancos". 22-7

dez permanente, em virtude de assalto, consumado ou não, ou outros tipos de acidentes no trabalho. É fixado em 180 cruzeiros o adicional por ano completo de serviço, ou que venha a completar-se na vigência da convenção, ao mesmo empregador.

Pleiteiam as entidades sindicais de trabalhadores que o salário mínimo de ingresso, inclusive para o menor de 18 anos, em jornada de seis horas, não seja inferior aos seguintes valores: 2 mil cruzeiros para o pessoal de portaria; 3 mil cruzeiros para o pessoal de escritório; 4 mil cruzeiros para o pessoal de tesouraria, bem como para os caixas, caixas-executivos e compensadores, mais a gratificação de função.

Outra reivindicação é a de que a empregada gestante não possa ser despedida no período compreendido entre o início da gravidez e quatro meses após o término da licença-maternidade.

Os bancários reivindicam, como a cláusula quarta da convenção, o pagamento de duas gratificações anuais, no mínimo, além do "13º mês", cada uma no valor de um salário mensal, incluídos todos os adicionais.

tuto é a elevação dos salários dos professores primários para 1.800 cruzeiros.

Os professores, afirma a presidente da Associação, não aceitarão o novo Estatuto que nem chegou a ser debatido pelas entidades de classe, apesar das promessas do secretário da Educação, José Fernandes Filho, e do próprio governador Aureliano Chaves. 23-7-77

MOVIMENTO PELA UNIÃO DOS PROFESSORES 8-7-77**PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE UM MOVIMENTO SINDICAL**

O Movimento pela União dos Professores se propõe a intervir junto à categoria, levando-a a transferir os atuais sindicatos em toda a sua extensão. Sindicatos livres e independentes em relação ao Estado; sindicatos democraticamente organizados pela base, à serviço dos professores e demais trabalhadores em estabelecimentos de educação e cultura, eis os objetivos pelos quais lutam aqueles que integram o Movimento pela União dos Professores.

situação sindical da categoria**e as liberdades democráticas**

- Fazer funcionar as assembléias nos sindicatos e associações.
- Fazer funcionar a campanha salarial e o dissídio coletivo, desenvolvendo intenso trabalho no seio da categoria, levando suas principais reivindicações.
- Lutar pela formação de comissões abertas no interior dos sindicatos.
- Lutar pela unificação sindical da categoria onde haja mais de um sindicato.
- Criar o sindicato único onde ele não exista.

Lutar pela sua universalização onde houver um sindicato que não englobe todos os professores e demais trabalhadores em estabelecimentos de ensino.

- Lutar pela independência dos sindicatos em relação ao Estado.
- Lutar pelo caráter sindical das associações do ensino público.
- Lutar pelo direito de sindicalização dos professores do ensino público no sindicato único.
- Lutar pelo irrestrito direito de greve.
- Lutar pela revogação do 477 e de toda legislação repressiva.
- Contra o ensino pago; pelo ensino público e gratuito.
- Lutar pelo fim do atestado ideológico e a volta dos professores cassados.
- Lutar pelo direito de reunião nas escolas para se debater qualquer assunto de interesse do professorado.
- Promover a coordenação das lutas sindicais com as demais categorias.
- Lutar pelo direito irrestrito de organização de oposições sindicais.

organização sindical nos locais de trabalho

- Lutar para que as comissões sindicais organizadas pelos professores nos locais de trabalho sejam reconhecidas pelo sindicato.
- Desenvolver ampla campanha de sindicalização junto aos professores, baseada neste programa.

reivindicações econômicas da categoria

- Lutar pelo piso hora-aula.
- Lutar pelo piso salarial profissional.
- Lutar pela reposição do salário perdido nos últimos 13 anos e reajustes salariais de 3 em 3 meses, segundo cálculo do DIEESE.
- Lutar pela estabilidade dos professores e garantia contra o desemprego.
- Lutar pelo 13º salário para os professores que trabalham para o Estado, sem prejuízo dos direitos adquiridos.
- Lutar pelo adicional de 20% para as atividades extra-classe.

formas de atuação do mup →

- É membro do MUP todo professor que tenha lido, aceito e assumido a presente plataforma;
- O MUP não é uma frente de oposição sindical, os professores do MUP, porém, poderão, eventualmente, de acordo com a presente plataforma, fazer parte de oposições sindicais, nos sindicatos respectivos, ao lado de outros movimentos do professorado.
- Editar o Boletim "União dos Professores" - folha de caráter sindical - distribuída pelos membros do MUP e aberta ao debate democrático com outras correntes do professorado.
- Ter uma Comissão de Redação, responsável pela edição do MUP e por todas as demais publicações do movimento.
- A Comissão de Redação é eleita nas plenárias de núcleo do MUP e não tem um caráter permanente; seus trabalhos estão abertos a qualquer membro do MUP.
- Desenvolver os núcleos de professores do MUP por escolas, nos quais darão amplas discussões sobre a situação da categoria e se coordenará a intervenção nos locais de trabalho e nos sindicatos e associações de classe.

PONTOS DE UNIDADE DO MOVIMENTO DE OPOSIÇÃO ABERTO DOS PROFESSORES (MOAP)

I- Caráter: O MOAP é um movimento sindical que atua no sindicato enquanto a uma oposição e nas associações, dando a essas um caráter sindical; é democrático e aberto à participação de todos os professores e visa organizar a categoria na luta por melhores condições de vida e trabalho e pelo ensino voltado para os interesses do povo.

Propomo-nos:

Lutar por um sindicato autônomo e combativo, isto é, desatrelado do Estado e defensor dos interesses e reivindicações dos professores ao nível das suas condições de trabalho e salariais.

Lutar pela unificação de nossa representação sindical e sua completa independência com relação ao Estado

Lutar pela dinamização e independência das associações, levando-as a intervir em defesa dos professores e participar das decisões salariais da categoria, hoje restritas a diretorias sindicais e federações.

Lutar contra a lei anti-greve, decreto-lei 477 e conjunto de instrumentos repressivos.

Lutar pela liberdade de organização e manifestação.

III.4 - Considerando:

Que os problemas do professorado tem a mesma origem que os problemas sofridos hoje por todos os trabalhadores, estudantes e outras camadas da população e que a superação desta situação depende do esforço conjunto de todos estes setores.

Propomo-nos:

A uma conduta de solidariedade ativa junto às lutas e manifestações de trabalhadores, estudantes e demais camadas da população - que se disponham a enfrentar os mesmos problemas que hoje marcam as preocupações do professorado.

III.5 - Considerando:

Que a livre organização dos professores sofre o conjunto de medidas que hoje cerceiam a organização e manifestação tanto da categoria como dos trabalhadores como um todo.

Propomo-nos:

Manifestar nossa posição frente a qualquer fato político que direta ou indiretamente atinja o professorado ou os trabalhadores em geral, e o faremos sempre expressando a posição que a maioria dos integrantes do movimento consideram justa e oportuna.

BOLETIM DA APROESP

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO - MAIO/77

"A APROESP SOLIDARIZA-SE COM O MOVIMENTO QUE A APROEUC VEM PROMOVENDO JUNTO A SEUS ASSOCIADOS, BEM COMO AOS PROFESSORES DA PUC DE CAMPINAS, E DA UNICAMP, MANIFESTA A SUA ADESAO AO MOVIMENTO, E PROPOEM:

1. QUE SE CONCLAME A CATEGORIA PARA UM AMPLO DEBATE SOBRE A CONSTITUINTE.
2. QUE SE CONSTITUA UMA COMISSÃO / CONJUNTA APROEUC-APROESP-PUC/CAMPINAS-USP, PARA LEVAR A TODOS OS MEMBROS DA CATEGORIA, PROPOSTA DE AM-

PLO DEBATE SOBRE AS ATUAIS "POLÍTICAS SALARIAIS E EDUCACIONAIS" DO GOVERNO.

3. QUE ESTA COMISSÃO ENCARREGUE-SE DE REDIGIR UM DOCUMENTO ANALÍTICO / DA SITUAÇÃO ATUAL, E O ENCAMINHE AO SINDICATO DOS PROFESSORES; QUE TAL DOCUMENTO SE INTEG-RE NO DEBATE QUE VEM SE DESENVOLVENDO FRAGMENTARIAMENTE, COM O FIM DE SE CONJUNTAR UMA POSIÇÃO ÚNICA DA CATEGORIA EM RELAÇÃO ÀS QUESTÕES ATUAIS E QUE NOS ATINGEM EM TODO O ESTADO."

(proposta aprovada na assembleia da APROEUC de 7/5/77)

APOIANDO A LUTA DOS PROFESSORES

"A APROESP ATRAVES DE SUA DIRETORIA AGUI REPRESENTADA, VEM TRAZER O SEU IRRESTRITO E INTEGRAL APOIO AO MOVIMENTO REIVINDICATÓRIO DOS PROFESSORES DO 1º E 2º GRAU, E DEFINE A SUA POSIÇÃO:

1. CONTRA UMA POLÍTICA EDUCACIONAL QUE É ANTI-EDUCACIONAL E ATENTA CONTRA A DIGNIDADE DO PROFESSOR.
2. CONTRA O PATERNALISMO NO ENCAMINHAMENTO DAS REIVINDICAÇÕES DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS.
3. CONTRA O ABASTARDAMENTO E O SILENCIO QUE SE PRETENDE IMPOR ÀS

SA CATEGORIA PROFISSIONAL.

4. CONTRA UMA "POLÍTICA SALARIAL" NEGATIVA DOS MAIS ELEMENTARES PRINCÍPIOS DE REALIZAÇÃO PROFISSIONAL, CULTURAL E HUMANA.

5. E PELO ATENDIMENTO DAS REIVINDICAÇÕES DOS PROFESSORES, NÃO NUM SENTIDO DEMAGÓGICO, MAS PORQUE SÃO REIVINDICAÇÕES DE UMA CATEGORIA QUE TEM CONSCIÊNCIA DE SUA SITUAÇÃO E DOS FATORES QUE A OPRIMEM;"

(moção apresentada na assembleia da APEUESP de 7/5/77)

PROFESSORES PEDEM 63% DE AUMENTO

Aumento de 63 por cento em relação aos salários atuais, gratificação de 40 por cento para professores com nível universitário e pagamento de horas-atividade correspondente a 20 por cento do total de aulas dadas são as principais reivindicações que uma comissão de professores deverá apresentar, hoje, ao governador Paulo Egydio, em nome da Associação dos Professores do Ensino Oficial, a Apeoesp.

A comissão deverá ser chefiada por Rubens Bernardo, presidente da Associação. 29-6-77

publicação -
A Ciência e
o Poder

Em julho de 1975, ao discursar em nome do governo na 27ª reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, em Belo Horizonte, o secretário do Planejamento Reis Velloso afirmava que o primeiro ano da administração Geisel havia marcado de forma decisiva a aproximação do governo com a comunidade dos cientistas e homens de cultura. O ministro salientava, como pontos destacados dessa aproximação, de um lado a audiência que o presidente da República dera à direção da SBPC e, de outro as contribuições da SBPC na elaboração do II Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, para o qual estavam destinados em três anos 40 bilhões de cruzeiros, o dobro do orçamento anterior. Comparando o discurso do secretário de governo com o do presidente da SBPC a revista *Ciência e Cultura*, órgão oficial da sociedade dos cientistas, dizia que, nos dois, "a tônica foi, no geral, a mesma e a linguagem muito parecida". As afinidades eram tantas que, em uma reunião de diretoria, ainda em Belo Horizonte uma ala mais desconfiada da direção da Sociedade manifestou sua preocupação com a excessiva ligação de seus dirigentes com o poder, diz *Ciência e Cultura*.

Apenas dois anos são passados; mas como tudo parece tão mudado! Em lugar do estímulo e da aproximação, o governo cancelou parte das verbas oficiais para a realização da 29ª reunião da Sociedade em Fortaleza; o encontro só pode realizar-se em São Paulo graças às inúmeras dificuldades materiais decorrentes da falta de apoio governamental. Como se não bastasse, várias empresas e órgãos oficiais criaram impedimentos mais ou menos graves para que seus funcionários comparecessem à reunião, provocando com isso o esvaziamento de comunicações, simpósios e seminários; e, finalmente, nenhuma autoridade federal compareceu à abertura do encontro; as figuras de destaque, além dos

Gaúchos denunciam

"demissões sob pressão da censura"

PORTO ALEGRE (Sucursal) — A diretoria do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Porto Alegre encaminhou ofício à direção da Associação Gaúcha das Emissoras de Rádio e Televisão (Agert), manifestando sua inconformidade diante do "crescente clima de instabilidade em que vivem os profissionais que atuam nos departamentos de rádio e telejornalismo, pelo fato de virem aumentando nos últimos tempos os casos de jornalistas que são sumariamente demitidos das empresas, quando estas se vêem envolvidas com problemas na área da censura, autoridades municipais, estaduais e federais, devido aos seus noticiários. Quando isto ocorre, antes de qualquer outra

medida, os jornalistas são demitidos, mesmo que depois fique provado que eles não tinham a mínima responsabilidade sobre os fatos, ou que nada mais haviam feito a não ser cumprir com a sua função social de bem informar".

No ofício enviado à Agert, a diretoria do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Porto Alegre solicita providências para que "daqui para a frente, estes assuntos recebam de cada empresa um tratamento mais determinado em defesa do direito à informação e à liberdade de informar, e as soluções não ocorram somente em prejuízo dos profissionais que nem sequer têm oportunidade de apresentar sua defesa". 30-6-77

Advogados no Sul falam de legalidade

garantia de ordem e progresso".

A reunião, coordenada pela subseccional de Uruguaiana da Ordem dos Advogados do Brasil, teve a participação de professores e alunos da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, da Universidade Nacional del Nordeste, de Corrientes, Argentina, e de membros do Colégio de Abogados de Paso de Los Libres.

A "Proclamação de Uruguaiana", para o presidente da subseccional da OAB, Sr Wilson Ferreto, "é um documento comum, que define posições comuns da classe dos advogados dos dois países", sendo também "um marco" para o próximo encontro internacional de advogados em Uruguaiana, no mês de dezembro, quando estarão reunidos profissionais do Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. 6-7-77

SBPC = UMA VITÓRIA

cientistas, foram D. Evaristo Arns e o ex-ministro Severo Gomes - um adversário rotulado do governo e um ex-integrante da aliança governamental, agora em desgraça. Como que para oficializar a ruptura com o clima de dois anos atrás, o presidente de honra da reunião, Maurício da Rocha e Silva, num discurso acompanhado por demorados aplausos e pela emoção visível de mais de 4 mil pessoas, abriu o encontro ironizando abertamente as posições assumidas pelo ministro de Relações Exteriores e pelo líder do governo no Senado na crise gerada pelo cancelamento das verbas e denunciando o reitor da Universidade de São Paulo por não ter cedido o campus oficial para a reunião.

Novos tempos

Que fatores são responsáveis por uma inversão aparentemente tão radical da situação? Mudaram os tempos, mudou a SBPC, ou mudou o governo? A diretoria da SBPC tem razão em não admitir que o cancelamento dos favores oficiais para a reunião de Fortaleza se deva a uma mudança drástica de comportamento da entidade, que teria politizado "excessivamente" suas reuniões anuais e ações "desvirtuado" suas verdadeiras finalidades, como alegou no Congresso em nome do governo o ex-liberal José Sarney. Desde sua reunião anual de Curitiba em 1971 a SBPC vem aprovando, em suas assembleias gerais, críticas muitas vezes duras às políticas do governo especialmente em relação à ciência, à cultura, à educação e à tecnologia. Há vários anos, por exemplo, que a SBPC vem pedindo a readmissão dos cientistas punidos pelo movimento militar de março de 1964; são inúmeras também as suas manifestações e entidades a ela ligadas contra arbitrariedades como as cometidas pelo ex-ministro da Justiça e ex-reitor Gama e Silva contra professores da Universidade de São Paulo.

Mudaram mais os tempos fora do que den-

tro da SBPC. Mudou muito, em relação há dois anos, o movimento estudantil, por exemplo; em 1975 e em 1976 os estudantes compareceram maciçamente aos congressos dos cientistas; ao ponto de terem transformado a reunião da SBPC em Brasília em "uma festa de cultura" e não "uma reunião de sábados", como diz o sociólogo Fernando Henrique Cardoso. Mudou muito também a combatividade de outras categorias de profissionais como as dos médicos, escritores, jornalistas, professores que se organizam em associações, entidades livres, sindicatos de oposição e agora reivindicam, pressionam e se manifestam.

Novas esperanças

Para os cientistas, qual o caminho, a partir de agora? O cancelamento das verbas oficiais para o encontro de Fortaleza funcionou, num primeiro momento, como um bumerangue para o governo: ao tentar dificultar a reunião, por considerar que ela seria demasiado "política", o governo obrigou os homens de ciência e cultura a aprofundarem a sua compreensão do momento político vivido pelo país, a se tornarem cada vez mais solidários entre si, a multiplicarem seus esforços para se tornarem independentes do governo e a se aproximarem cada vez mais das outras camadas descontentes da população. Estudantes, intelectuais, artistas, religiosos, alguns empresários, profissionais liberais de todos os cantos do país se uniram para apoiar material e espiritualmente a realização da reunião ameaçada. E, mutilada pelas deserções e ameaças oficiais, ela se realiza. Mas, o que fazer depois? Para onde pode ir a SBPC a partir de agora? Nas 20 páginas seguintes, cientistas e intelectuais brasileiros declaram, de um modo praticamente unânime, que a sua maior entidade deve trilhar o caminho de independência e de aproximação com as camadas populares. (Os editores)

MOVIMENTO 18/7/77

Repensando o Nacionalismo

A crise econômica tem provocado dissidências e insatisfação nas próprias classes altas e médias altas, que forneciam a base social para o regime. Explicitaram-se, então, publicamente, as divergências entre os diversos setores econômicos. O modelo vigente tem como características básicas e, muitos não sublinham bastante, *interrelacionadas* a dependência e a exclusão. Moniz Bandeira já contestou documentadamente a idéia de que as multinacionais, por serem maiores e mais modernas, teriam maior interesse na liberalização do regime e na elevação do poder aquisitivo dos operários e das massas urbanas em geral. Na verdade, o interesse das empresas voltadas para o mercado externo e para o consumo das classes mais altas tem se voltado para a manutenção do regime e manutenção da contenção, inclusive salarial. A posição de Jorge Oscar de Melo Flores, do Banco Lar Brasileiro, subsidiária do Chase Manhattan Bank, fornece uma comprovação desta ligação entre pelo menos alguns (?) empresários ligados ao capital estrangeiro e o fechamento político. Em manifesto difundido em março ele, acreditando que o futuro do regime estaria ameaçado pelas eleições de 1978, pelo descontentamento resultante da inflação, pelos erros do governo e pela emergência de um eleitorado jovem, propôs adiar as eleições de 1978 e mudar a Constituição - nela incorporando os atos excepcionais e consagrando as eleições indiretas.

Mais ou menos ao mesmo tempo, através de Einar Kok, presidente do Sindicato da Indústria de Máquinas, foi lançado em São Paulo, manifesto que pregava a redemocratização. As iniciativas das indústrias produtoras de bens de equipamento em busca de base política e social para manterem ou ampliarem sua produção e, especialmente, participação no rateio dos recursos nacionais de investimento, podem ser somadas atitudes de comerciantes como o presidente da Federação do Comércio de São Paulo, José Papa Júnior, que em fevereiro ajoelhou-se aos pés do então ministro Severo Gomes, implorando "Salve-nos Severo! Severo salve-nos!"

Ainda que timidamente, e muitas vezes de modo contraditório, as empresas voltadas para o mercado interno e que não desejam pagar o preço do combate à inflação ao menos pela receita monetarista, estão levantando novamente a bandeira da *ampliação do mercado interno* peça de resistência do antigo nacionalismo econômico.

A redescoberta da tese de ampliação do mercado interno por setores empresariais é um dos elementos que os aproxima da posição das oposições e de um programa nacionalista. O que aliás provoca o risco de uma inflexão da linha do MDB em função destes novos aliados, aos quais talvez interesse um maior controle dos recursos nacionais e uma melhor condição para negociar sua participação no modelo que substituirá o que entrou em crise, mas que, apesar de algumas declarações em contrário, têm historicamente temido a mobilização popular.

Um elemento importante é considerar que a crítica ao modelo econômico por parte da oposição, tem se concentrado no seu caráter desnacionalizante e no seu caráter autoritário e nos efeitos sociais. A crítica oposicionista enquanto expressa no programa do MDB e mesmo de jornais como *Opinião* e *Movimento*, não condenam por exemplo o capitalismo em si nem propõem uma solução socialista.

A posição das oposições tem sido, concretamente, uma posição nacionalista e democrática, ou em uma formulação que me parece politicamente mais clara, Nacional-Popular.

Se a posição oposicionista e, às vezes explicitamente, nacionalista, a palavra nacionalismo sofreu um desgaste não só pela superação de sua formulação populista desenvolvimentista, como pela sua associação ou recuperação ao ideário tradicionalista e conservador, especialmente no Governo Médici.

O momento das oposições recuperaram uma palavra que tem mais ressonância popular e maior poder de definição que, por exemplo, luta contra a dependência, pode ter chegado. O nacionalismo proposto terá, entretanto, de levar em conta novas realidades.

a moção dos cientistas

Depois de aprovar moções pedindo anistia irrestrita, volta dos professores afastados por atos de exceção, liberdade de expressão e reunião — contidas em um memorial dirigido à nação — a assembleia geral da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência terminou em um tumulto, às 21 horas de ontem, quando seu presidente, Oscar Sala, recusou-se a colocar em votação uma proposta de exigência de constituinte para o País. Para isso, Sala alegou que a proposta violava os estatutos da SBPC, por apresentar conteúdo eminentemente político-partidário.

E a seguinte a íntegra do manifesto dos cientistas:

"Está sendo realizada a 29ª Reunião Anual da SBPC. As condições em que ela ocorre nos obrigam a uma reflexão sobre a crise por que passamos, a vitória que significou a realização de uma simples assembleia de cientistas. Isto também nos leva a refletir sobre a atual situação da sociedade brasileira, em particular, sobre as relações vigentes entre os cientistas e o Governo. Precisamos refletir sobre o caráter da ciência no contexto da sociedade brasileira e sobre a própria SBPC, seus problemas atuais e perspectivas futuras e a adequação entre o seu grande crescimento e a sua vocação democrática. Esta característica está na própria essência da SBPC, conforme lembrou o nosso presidente de honra, professor Maurício Rocha e Silva, definindo a Reunião Anual da Sociedade como um fórum livre de debates científicos. A crise da sociedade brasileira e as dificuldades impostas à realização de nossa Reunião Anual têm praticamente o mesmo ponto de origem e requerem a mesma explicação. Seria vão tentar explicar as tentativas de boicote, que sofreremos, como se proviessem de atitudes isoladas deste ou daquele setor governamental, preocupado com a possibilidade de transformar-se uma assembleia de cientistas num viveiro de contestações. Tais tentativas não seriam mais do que sinal da crise do governo e a evidência de que a SBPC converteu-se num daqueles pontos de articulação de segmentos da sociedade civil brasileira que reivindicam a garantia dos direitos humanos para nosso País e o estabelecimento de uma democracia. Diante de qualquer ameaça, a SBPC se propõe tão-somente continuar a estimular as bases do desenvolvimento científico do País, promovendo a Ciência, que, como tal, implica na liberdade de pesquisa e de expressão e, por conseguinte, no fortalecimento de nossas liberdades.

Todos estamos interessados em estudar a realidade brasileira, e trabalhos científicos nesse

Novo conteúdo para o nacionalismo econômico.

De início, a luta pelo desenvolvimento nacional, ainda que com traços constantes, que são a ênfase na ampliação do mercado interno, a ênfase no "pacto social" (atualmente através da Frente Democrática, Assembleia Nacional Constituinte), a defesa dos recursos naturais, tem necessariamente um novo conteúdo. A luta não é mais pela industrialização e pela substituição de importações, exceto na fundamental área dos bens de capital.

O problema da produção de tecnologia nacional adquire uma grande importância. A estrutura e a conjuntura econômica internacional também mudaram. De um lado aumentou o grau de internacionalização da economia brasileira, em consequência do próprio modelo adotado e da atual fase do capitalismo mundial. Por outro lado, cresceu a estruturação e a consciência dos países do 3º Mundo; a contradição de interesses no Diálogo Norte-Sul que se institucionaliza, adquire características de evidência; surge a perspectiva de valorização das matérias primas através de organizações de produtores.

A articulação do nacionalismo com a luta popular democrática parece fundamental ao sucesso de qualquer nova formulação de base nacionalista. O fracasso da experiência do jornal *Fato Novo* - um nacionalismo autoritário, à peruana, oferecido aos militares - é um dos indícios que nos parecem comprovar esta afirmação. Na realidade, se o "perigo populista e nacionalista" de antes de 1964, era o risco da mobilização popular, atualmente a proposta nacionalista não só depende de uma mobilização popular, como o "pacto social" que implica deverá ser feito com um nível de consciência e organização das massas assalariadas que se elevou. Um exemplo significativo é o progressivo abandono pelos sindicatos da mentalidade corporativa e a reivindicação pelos mesmos da substituição da intermediação do governo pela livre negociação com as empresas. A perspectiva de sindicatos fortes e reivindicativos parece já ser um preço aceito por alguns empresários, como Bardella e Severo Gomes. Este último chegou a afirmar que "não foi o capitalismo que salvou a democracia, mas a democracia que salvou o capitalismo".

Em síntese, alguns empresários começam a perceber que o aumento do poder aquisitivo popular implica necessariamente em maior participação e organização popular. A luta pela melhoria das condições de vida da população, que implica no maior controle e melhor distribuição dos recursos nacionais, é uma luta que deverá ser conduzida e negociada pelos interessados - empresários nacionais em empresas públicas e privadas, operários, trabalhadores urbanos, intelectuais, camponeses, assalariados agrícolas, isto é, o povo brasileiro.

Os membros do Simpósio

Este artigo, escrito especialmente para *Movimento*, é uma síntese da exposição de Jovianio Neto no Simpósio "Repensando o Nacionalismo", do qual ele foi o coordenador. Os participantes do simpósio - empresários e intelectuais, os empresários também e principalmente vendedores e formuladores de idéias - têm um ponto em comum: participaram da luta nacionalista no período populista e mantêm sua presença atual em vários níveis, lutando pela autonomia e desenvolvimento nacional.

sentido foram apresentados nesta 29ª Reunião. Realidade em crise que se mostra nas más condições de vida da maior parte da população brasileira: desnutrição, falta de escolaridade adequada, culminando, no terreno político, com restrições às liberdades democráticas. Nesse particular, os impedimentos à expressão e divulgação dos resultados de pesquisas no campo social se estendem agora ao campo das ciências exatas e biológicas. Está ocorrendo, pois, o desencontro entre o Estado e a Nação.

Estas considerações nos levam aos seguintes pontos:

1. expressar nosso repúdio aos obstáculos colocados à realização 29ª Reunião Anual da SBPC por órgãos governamentais. Consideramos, neste particular, muito graves as restrições impostas à participação de pesquisadores de instituições federais e empresas governamentais. A presença nos Congressos e a livre apresentação de trabalhos por cientistas é fundamental, tanto do ponto de vista do desenvolvimento da atividade

científica, quando do ponto de vista da informação do público em geral pois é nessas ocasiões que a comunidade, que promove os recursos para o exercício desses trabalhos, pode conhecer seu conteúdo, fiscalizar suas aplicações para o bem comum.

2. condenar toda e qualquer dificuldade levantada contra a participação de cientistas brasileiros em Congressos Internacionais e contra os empecilhos opostos aos estágios no exterior. Em particular, protestamos contra os vetos e a ingerência dos órgãos de segurança em relação a decisões do CNPq e de outras agências de financiamento e amparo à Ciência.

3. dar ênfase aos reclamos que os cientistas vêm fazendo, há mais de dez anos, no sentido da plena vigência das liberdades democráticas no País. Notadamente, reclamamos a reintegração nas instituições de origem dos cientistas atingidos pelos atos de exceção, bem como pedimos ampla anistia:

4. repudiar toda a censura às diversas formas de manifestação artística, literária, jornalís-

tica, científica. Em particular repudiamos determinação recente que estende a censura às publicações vindas de fora. Vemos nela uma medida retrógrada, negando o caráter universal do conhecimento, forçando o isolamento cultural e científico da inteligência brasileira, com graves repercussões sobre o nosso futuro cultural.

5. desaprovar a utilização de vultuosos recursos governamentais para o financiamento de atividades de pesquisa científica e tecnológica sem uma consulta aos órgãos de representação popular, sem o respaldo da opinião da comunidade científica. Os fundos que permitem a realização de tais investigações provêm do trabalho de toda a Nação. Somente a vigência de amplas liberdades democráticas pode garantir a utilização dos recursos públicos, dentre os quais se encontram os fundos de pesquisa, no sentido de promover o bem-estar da Nação.

6. nosso repúdio contra outros atos e procedimentos que atentam contra os direitos humanos; tais como: a) distanciamento do

Governo diante às manifestações e anseios populares por uma vida melhor, por melhor ensino e pela vigência dos direitos fundamentais da pessoa humana, livre de ameaças e torturas. Repudiamos a ocorrência de detenções sem culpa formada e tudo aquilo de que viola a carta das Nações Unidas, no que se refere aos Direitos Humanos. b) cerceamento da liberdade de organização, como o direito de cientistas de organizarem suas próprias sociedades, os estudantes formarem seus próprios órgãos de representação, assim como o impedimento da liberdade de expressão no ensino em todos os níveis; c) exigência de compromissos ideológicos para a aceitação ou promoção de professores, regularmente indicados pelos órgãos acadêmicos; d) existência de decretos, regimentos e estatutos, que cerceiam a liberdade de expressão de docentes e estudantes, como o Decreto-lei 477, que se constitui como fonte perene de perturbações da normalidade universitária". 12-7-77

Pela Convocação de uma Assembléia Constituinte

(moção aprovada na Assembléia Estudantil da SBPC e na Assembléia do Comitê

1º de Maio pela Anistia)

Considerando:

1. A atual ausência de Liberdades Democráticas no país, que cerceia o desenvolvimento da ciência, da arte e do ensino, impedindo que se manifestem livremente o espírito criador e crítico de todos aqueles que se interessam em contribuir para a solução dos problemas da sociedade brasileira;

2. A presente necessidade de se encontrar soluções para as péssimas condições de vida a que está submetida a população brasileira com relação a trabalho, saúde, habitação, educação, etc.;

3. A crescente manifestação de descontentamento popular diante desta situação, que vem se sucedendo nas principais cidades do país, envolvendo diversos setores da sociedade;

4. A manifesta incapacidade do atual governo de dar uma resposta às questões colocadas pelo conjunto da população e o impasse político que esta situação determina,

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, reunida em Assembléia Geral de sua XXIXª Reunião Anual, manifesta-se pela convocação de uma ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE democrática e soberana, livremente eleita, precedida de ampla e irrestrita anistia e de liberdade de organização política e sindical para todos os setores da sociedade brasileira. Entendemos ser esta a única via que garanta a efetiva participação do conjunto da população nas decisões referentes aos problemas nacionais.

COMITÊ 1º DE MAIO PELA ANISTIA - SÃO PAULO

COMITÊ 1º DE MAIO PELA ANISTIA - RIO GRANDE DO SUL

DCE-UFGRS (GESTÃO PERSPECTIVA) - RIO GRANDE DO SUL

DU-UNB (GESTÃO OFICINA) - BRASÍLIA

DCE-UFSC - SÃO CARLOS

DCE-UFBA - BAHIA

DCE-UFF - RIO DE JANEIRO

BOLETIM DCE ^U ^{GESTÃO} ^{REFAZENDO} ^{7.7.77}

Δ XXIX: Reunião da SBPC

Reitoria da UnB expulsa 31 alunos

Estamos todos aqui, conseguimos um grande feito: a realização, apesar de todos os empecilhos e proibições, mais uma reunião anual da SBPC.

Sua proibição veio num momento onde, sem ter respostas para os problemas vividos pela população, sem ter alternativa clara para a crise política e institucional, o governo militar precisa usar da força para ganhar tempo e para impedir que vários setores da sociedade expressem amplamente seu descontentamento, suas alternativas, e se organizem de forma independente.

Já vimos, principalmente nos últimos 13 anos, que para alcançarmos nossos objetivos é necessário conquistarmos o direito de nos organizarmos e expressarmos, e a realização da XXIX reunião da SBPC é mais um passo na luta por esses direitos.

Para garantir a sua realização se uniram nesse momento professores, cientistas, artistas, estudantes, intelectuais, enfim, todos os que estão envolvidos com o processo de produção e divulgação de ciência e cultura no Brasil, e que compreendiam a importância de uma reunião como essa, que a cada ano tem avançado no caminho de contribuir para que a ciência que é produzida no país seja utilizada em benefício da maioria da população e para que este seja o referencial principal na adoção de qualquer política científica. Ultimamente também a SBPC tem se manifestado sobre temas como a anistia, prisões, censura, enfim, sobre a falta de liberdades democráticas.

O próprio boicote sofrido pela SBPC por parte do governo nos mostra o quanto a luta por liberdades democráticas não pode ser desligada da busca de um avanço social da ciência no Brasil.

Mas agora, que a reunião está garantida, qual deve ser nossa atuação como estudantes, nela?

Tivemos um papel importante junto à SBPC todos esses anos. Junto com muitos professores e intelectuais, contribuimos com moções, com críticas, com nossa presença nos debates e mesas redondas para que a SBPC assumisse de maneira cada vez mais consequente uma posição de crítica à realidade científica, social e política do país, crítica esta que achamos que se faz necessária.

Por já termos avançado nas nossas lutas e no nosso processo de organização interno mais que outros setores, podemos contribuir de forma decisiva neste sentido. Porém, se achamos, num momento, que nossas posições são mais corretas, devemos atrair para elas o maior número de pessoas possível.

Devemos escrever já nossas moções e nos organizarmos para apresentá-las nos simpósios, fazendo com que o maior número possível de professores e cientistas as assumam como suas. E isto não é difícil de acontecer, pois os assuntos que nos preocupam, os problemas que nos atingem, são na grande maioria os mesmos que atingem o resto da comunidade científica bem como a maioria da população.

Devemos evitar atuar à margem da SBPC, caracterizando um quadro de "estudantes X SBPC". Devemos atuar junto ao encontro e aos sócios para que a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência se posicione e evolua no sentido de desenvolver uma ciência crítica, voltada para as necessidades da população brasileira, e para que se comprometam cada vez mais na luta por liberdades democráticas.

Devemos desenvolver com os professores e intelectuais que se dispõem a isso propostas de intervenção; devemos tomar a iniciativa nesse sentido, porém devemos evitar criar impasses que dividam principalmente esses professores e nos isolem da comunidade científica,

Não podemos entretanto nos diluir dentro da reunião anual, pois só organizados e trabalhando combinadamente poderemos aproveitar a força que acumulamos, para fazer com que essa reunião produza os benefícios que queremos, ou seja, servir como mais uma voz na luta por liberdades democráticas, mais um passo na luta por liberdade de organização e manifestação e mais um passo no sentido de desenvolver uma política científica que esteja voltada, não para a necessidade das grandes empresas ou dos grandes centros internacionais, mais sim para as necessidades da maioria da população brasileira. (...)

DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES-LIVRE-Alexandre Vanucchi Leme-USP

Após examinar os autos da comissão de inquérito, que lhe foram entregues há 10 dias, o reitor da Universidade de Brasília, José Carlos Azevedo, puniu ontem 65 estudantes como responsáveis pela greve que paralisou a universidade em junho. No total, foram expulsos 31 alunos da UnB e suspensos outros 34, por períodos que variam entre 5 e 90 dias.

Entre os alunos expulsos, estão os nove que foram detidos pela Polícia Federal e enquadrados na Lei de Segurança Nacional.

No mesmo ato, o reitor José Carlos Azevedo cancelou pelo prazo de um ano as bolsas dos alunos suspensos e determinou que desocupem seus alojamentos até o dia 3 de agosto.

De acordo com o histórico que fundamenta o ato, os estudantes punidos foram acusados de organizar a paralisação e de impedir a entrada de colegas que pretendiam assistir às aulas.

No Palácio do Planalto, funcionários disseram que essas punições constituíam "o mínimo necessário à preservação da ordem e da tranquilidade na UnB". O ministro da Educação, Ney Braga, preferiu não comentar as punições ou as possíveis consequências que elas terão depois do fim do recesso escolar, marcado para o dia 25. 19-7-77

VEJA.

UNB = A GREVE CONTINUA

No 70.º dia da greve na Universidade de Brasília, transcorrido na segunda-feira passada, o professor Edson Machado, diretor do Departamento de Assuntos Universitários do MEC, vislumbrou a iminente pacificação do campus. "As atividades da UnB deverão normalizar-se até o final da semana", disse Machado no Rio, recusando-se porém a enunciar as razões desse seu otimismo. Quase no mesmo momento, 800 estudantes saíam em passeata pelo "Minhocão", o prédio central da UnB, na maior manifestação promovida pelos universitários desde o último dia 25, quando se encerrou o recesso de 32 dias — o segundo decretado pelo reitor José Carlos de Almeida Azevedo desde a irrupção de uma crise que ainda não parece próxima de seu desfecho.

Os policiais acantonados no campus trataram apenas de evitar que os manifestantes se aproximassem da Ala Norte — ali, num dos anfiteatros, começava o II Fórum Nacional de Debates sobre Ciências Jurídicas. Igualmente, eles não reagiram aos gritos de "a greve continua, ponham o capitão na rua" e outros slogans estudantis. A passeata foi aplaudida por centenas de alunos que saíam das salas ou se aglomeravam no andar superior, mas dois de seus participantes acabaram presos quando a manifestação

já se dispersava e recolhidos à Polícia Federal.

Refeito o cenário armado há mais de dois meses, na quarta-feira a UnB viveria, mais uma vez, um dia repleto de sobresaltos. Foram presos outros dezesseis estudantes. Com as quatro prisões da semana passada, sobe a 25 o número de alunos da UnB presos na Polícia Federal e indiciados em inquérito para enquadramento na Lei de Segurança Nacional. Há outros catorze indiciados, que permanecem em liberdade.

Na quinta-feira da semana passada, 938 alunos da UnB impetraram um habeas-corpus junto à Justiça Federal, o maior já catalogado pelos fóruns do país, solicitando um salvo-conduto individual para que pudessem "frequentar o campus e por ele transitar livremente, sem os vexames a que vêm sendo submetidos até hoje". Foi uma espécie de réplica ao habeas-corpus impetrado no reinício das aulas por quinze alunos, e que oficialmente justificou a invasão do campus por forças policiais.

Já na quinta-feira, de qualquer forma, a repercussão dos incidentes da véspera provocara manifestações extra-universitárias, de que o Congresso mais uma vez não escaparia. Ali esteve uma comissão de pais de alunos presos ou indiciados

em inquérito, para expor a senadores da Arena e do MDB "as violências que estão sendo praticadas na UnB", e pedir-lhes que intercedam na crise. Em meio ao quarto dia de debates do II Fórum sobre Ciências Jurídicas, o presidente da OAB de Brasília, Assu Guimarães, informou que a entidade abandonaria o encontro caso os estudantes presos não fossem libertados até o final da tarde.

Paradoxalmente, na sexta-feira, ao cabo de uma das mais agitadas semanas da UnB, recrudesciam nos corredores do MEC rumores de breve solução para o impasse. O eventual afastamento do reitor parece definitivamente descartado, mas é provável que ele seja convidado a abrandar seus métodos na direção da universidade. Ainda assim, restará a questão dos alunos presos e indiciados e das oitenta punições aplicadas pela reitoria de maio para cá — e que aos poucos vai se transformando em motivo para manifestações universitárias em outras regiões do país. Para evitar esse risco, um documento divulgado no sábado pela comissão de pais de alunos sugere "uma ampla anistia aos estudantes punidos, quer disciplinarmente, quer sujeitos a averiguações ou a procedimento penal por supostos crimes previstos na Lei de Segurança Nacional".

17 DE AGOSTO, 1977

ISTOÉ

17/8/1977

Fala um estudante

Luís Antônio Marrey, 21 anos, quar-tanista de direito na escola do largo de São Francisco, a velha e sempre nova Academia, como provam os acontecimentos da semana passada em São Paulo.

Candidato a candidato para presidente do Centro Acadêmico XI de Agosto em outubro próximo. Batizado de "pulgão vermelho" por radicais de direita, fato esse que o põe a sorrir.

Em compensação, Luís Antônio é tido como moderado pelos radicais de esquerda — fato esse que, quem sabe, represente para ele uma espécie de elogio, um trunfo a saborear quando estaciona sobre os já citados almofões, que esse moço representativo de tendências equilibradas dentro do movimento estudantil de São Paulo (sem deixar de ser progressista) tem sido obrigado a frequentar, depois de ter sofrido uma fratura na perna esquerda num confronto futebolístico dominical.

É onde o foi colher ISTO É para uma longa entrevista.

I.É. Fala-se muito em fórmulas de redemocratização do país. Vocês, estudantes, têm algo a propor?

Marrey. Não tenho simpatia nenhuma por projetos de redemocratização. Nesta questão, não existem fórmulas. Não sou dogmático no sentido de achar que o sistema político deva ser

apenas aquele bonitinho, de Montequieu, dos três poderes funcionando direitinho etc. Acho que cada país tem de ter um modelo político adequado às suas necessidades. Mas neste caso as variantes são inúmeras. Agora, esta história de sentar à mesa e traçar um grande plano formal de redemocratização me cheira muito a Projeto Brasil de Teotônio Vilela — algo que pode ser interessante, mas em princípio não soa bem. Cheira a institucionalização da exceção. Hoje em dia há muita gente com ares de grande democrata que, na realidade, está querendo misturar os conceitos de legitimidade e legalidade. Exemplifico: pode-se perfeitamente institucionalizar, através da formação de um Conselho de Estado, a aplicação e o uso do AI-5. Ou seja, pode-se transformar o ato excepcional num instrumento legal. Mas nem por isso, na minha opinião, ele vai ser legítimo. Só o será se houver aprovação popular.

I.É. Qual seria o caminho correto, então?

Marrey. Só tem um caminho: a volta ao estado de direito, às liberdades democráticas. Nesta questão, não existe meio termo. Esse negócio de se procurar formulazinhas capazes de conciliar as coisas não leva a lugar nenhum. Esta história de ficar procurando disfarces, de dar um passinho aqui, outro ali, em busca da democracia, é conversa de quem não quer mesmo voltar ao estado de di-

reito. Ou se convoca uma Constituinte, e a partir daí se constrói tudo de novo — e neste caso não se pode esquecer o problema da anistia política — ou então não se chega a parte alguma.

I.É. Você coloca a anistia como ponto básico?

Marrey. Coloco, porque, durante todos esses anos de Revolução, em especial a partir de 1968, ocorreu uma quantidade imensa de injustiças e odiosidades. É muito difícil não se conhecer alguém, ou pelo menos alguém que conhece alguém, que não tenha uma história de um caso de punição pouco fundamentada. Eu acho que a anistia é necessária como uma forma de se passar definitivamente uma borraça no passado.

I.É. Colocar a bandeira da volta ao estado de direito num mesmo plano que a anistia não significa pôr o carro à frente dos bois?

Marrey. É óbvio que a anistia deve-se seguir à redemocratização. Entendo, também, que todas as punições impostas foram ditadas por normas e leis ditas revolucionárias. Mas o que eu questiono é a própria legitimidade destas leis. Não é uma questão de legalidade, mas de legitimidade. Na medida em que todo o aparato jurídico e político de uma nação pressupõe aprovação popular, e na medida em que este aparato que está aí não contou com este tipo de referendo. →

I.É. *No seu entender, quem deve conduzir esse processo de redemocratização?*

Marrey. A questão não é fácil. Não acredito em nada que seja dado de mão beijada. Digo isso porque particularmente não acredito que os detentores do poder de hoje possam, amanhã ou depois, dizer: "Bem, nós já ficamos um bom tempo por aqui, renuncemos que o poder emana do povo, e, portanto, chegou a hora de redemocratizar". Isto nunca aconteceu e não creio que possa acontecer agora. Então, quem vai conduzir o processo? Não sei responder. Temos que esperar que algum setor da sociedade, ou que alguma posição, exploda e altere o quadro. Creio que, de uma maneira geral, esta é a expectativa. Todos sabem que algo está para acontecer. De que maneira, porém, ninguém sabe responder. Eu sou profundamente contra qualquer violência. Acredito, e torço, portanto, para que esta alteração se processe de maneira pacífica. Creio que seria melhor para todos nós.

I.É. *Você não acredita que os detentores do poder, pressionados pelos desenvolvimentos da situação, possam promover as transformações exigidas?*

Marrey. Talvez eles possam ser impedidos a tomar uma posição menos rígida, ou mesmo conciliadora. Disso poderia nascer um entendimento entre o poder atual e alguns representantes da sociedade civil em busca da redemocratização. Este caminho subentende a idéia de compromisso, de acordo, de um novo pacto. Ai é que as coisas entornam. É cada vez mais difícil chegar-se a este grande pacto. No estágio em que as coisas chegaram, no Brasil, as chances de um entendimento estão bastante reduzidas. E quanto mais demorar esta busca pela redemocratização, maiores serão os abusos cometidos pelos detentores do poder e mais reduzidas ainda as chances de entendimento.

I.É. *Você não acha que o fato de nós podermos estar aqui, juntos, debatendo estas coisas, desta maneira, por si só não significaria uma preciosa indicação de que uma passagem indolor para a democracia ainda é possível? Há quatro anos esta conversa seria impraticável, ou não?*

Marrey. Sem dúvida, houve avanços. Há quatro anos não daria sequer para se pensar em marcar este papo. Mas como eu disse há pouco: não acredito em nada concedido. Mesmo a possibilidade de debater tais assuntos, hoje, foi conquistada.

I.É. *Conquistada por vocês, estudantes?*

Marrey. Pelos setores de oposição em geral. Se produto de ação individual, de capacidade de organização, ou se auxiliada por circunstâncias históricas — tais como a crise econômica deflagrada com a alta dos preços do petró-

leo, em 1973 —, não importa. O que vale é que houve a conquista. Há cinco anos não se podia piar. De lá para cá, é inegável que as coisas mudaram. Hoje, pode-se debater certos assuntos. Mar por quê? Porque as fileiras da oposição se ampliaram. O empresariado que aplaudiu o "milagre brasileiro", até 1973, e boa parte da classe média que endossava incondicionalmente o regime, hoje em dia também estão insatisfeitos.

I.É. *Você quer dizer que naquela época o empresariado e boa parte da classe média legitimavam o regime e hoje não mais?*

Marrey. Uma legitimação relativa — para se usar um termo muito em moda. É relativa por quê? Porque não se pode afirmar que era uma legitimação de fato, uma vez que não se recorria aos mecanismos de consulta à população para se apurar se a maioria estava a favor ou contra o regime. E não se pode dizer que a classe média e o empresariado sejam a maioria da população brasileira, ou se pode? É óbvio, também, que tanto o empresariado como a parcela respeitável da classe média a que me referi, não passaram a engrossar as fileiras da oposição por razões de consciência. Em termos empresariais, o modelo econômico, voltado para o mercado externo, com a crise deflagrada em 1973, foi o grande responsável. O empresariado nacional — o empresariado não ligado ao capital estrangeiro — sentiu nos caixas os efeitos da recessão. Quanto à classe média, em termos de crise, sem poder trocar o automóvel ou a geladeira, senti no bolso. E reclamar com quem? E reclamar como? Creio que foi então que eles começaram a achar que o caminho da democracia era o melhor. Nesse contexto é fácil se entender por que a oposição cresceu no Brasil e os estudantes puderam chegar às ruas. No momento, contudo, não dá para se avaliar se esta ruptura é mesmo consciente ou não.

I.É. *Você diria que as manifestações estudantis vieram a reboque dessas insatisfações?*

Marrey. De maneira nenhuma. Os estudantes voltaram a se manifestar agora simplesmente porque, depois de 1968, da fase aguda da repressão, houve um processo de desarticulação total no setor. E em qualquer parte do mundo, se você desarticula todo um conjunto de lideranças, toda uma geração, é difícil rearticular um movimento e fazê-lo brotar de um momento para o outro.

I.É. *Quais foram as etapas vencidas pelo movimento estudantil para chegar à situação atual?*

Marrey. Uma série de pequenos episódios, aparentemente isolados. Em 1972, por exemplo, desencadeou-se a primeira etapa de lutas específicas, com a realização do plebiscito a fa-

vor do ensino gratuito. Em 1973, pode-se destacar como marco a realização da missa pró-Alexandre Vanucci. Em 1974, a formação do Comitê em Defesa dos Presos Políticos. E em 1976 surgiram os primeiros DCEs livres. Note-se portanto, que a rearticulação do movimento estudantil vinha num crescendo.

I.É. *Surgiram novas lideranças neste meio tempo?*

Marrey. Atualmente está se dando muito pouca importância às lideranças individuais. E essa, creio, é a grande diferença entre o movimento atual e o de 1968. É bem provável, é claro, que daqui para a frente venham a surgir algumas lideranças individuais. Ainda assim, não é esta a orientação do movimento estudantil atual. É a própria estrutura dos DCEs, hoje em dia, colabora para isso. Cada um é formado por um colegiado de nove membros.

I.É. *Quais são as principais correntes do atual movimento estudantil?*

Marrey. Não há grandes diferenças ideológicas. As mais importantes, no momento, dizem respeito à prática política. Por exemplo, a corrente que eu apóio na USP — a Refazendo, que apóio criticamente, digamos assim — acredita que um trabalho político na Universidade deve ser feito em proveito de todos os alunos, mesmo daqueles que não participam do dia-a-dia do movimento estudantil. E nós acreditamos que é importante levar a discussão até este pessoal, procurando conscientizá-los. Já a Liberdade e Luta tem a concepção de que o movimento estudantil é apenas a força mobilizada das universidades. Traçando um paralelo com as duas correntes que atuam na PUC paulista — a Unidade e a Liberdade de Ação —, eu diria que a Unidade está bastante próxima da linha de atuação da Liberdade e Luta, enquanto a Refazendo se aproxima muito da Liberdade de Ação.

Mas num outro plano, no que diz respeito à linha de ação na luta pela redemocratização, Refazendo e Unidade são mais afinadas. Elas procuram antes de tudo pesar o momento e agir sem precipitações. Avançando sempre, porém sem arroubos juvenis.

I.É. *Nas manifestações de 15 de junho passado Refazendo e Unidade não teriam perdido o controle das bases? Houve minipasseata num clima um tanto caótico...*

Marrey. Acho que devemos levar sempre em consideração uma certa inexperiência do movimento estudantil. Refazendo não propôs as manifestações de rua. Mas sua posição foi derubada em assembléia. Talvez não tenha sido tomada a melhor decisão em assembléia. Mas isto é o que foi decidido. Se a assembléia de então tivesse sido feita agora, no início do segundo semestre, quando a participação é maior em volume de estudantes

realmente atuantes, provavelmente a proposta de sair às ruas teria sido derrubada.

I.É. Mas não há diferenças ideológicas mais ou menos profundas dentro do movimento estudantil?

Marrey. Creio que a divisão se dá entre os que querem a democracia e os que não querem. Do lado de cá, estão unidos no velho pacto democrático udenistas, pessedistas, pedecistas, socialistas, liberais etc. etc. Existe uma aliança de todos os que querem uma volta à democracia. E creio que não é o momento para se ficar discutindo diferenças ideológicas. Só se chega à democracia no Brasil somando as correntes democráticas. Atingido o objetivo, o papo será outro. As divisões

ideológicas, então, aparecerão. Mas convém que apareçam só então.

I.É. Há infiltração extremista no movimento estudantil?

Marrey. Não sei. Eu, particularmente, creio que na União Soviética não existe democracia. Como creio que a luta para a manutenção do regime democrático é inerente ao regime democrático. Sempre que houver um regime suficientemente aberto para permitir o debate, vai ter gente querendo terminar com o debate. Portanto, nada mais natural a existência de pessoas que, no momento, pleiteiam apenas circunstancialmente a volta do estado de direito no Brasil e, na realidade, não querem a democracia. É um risco inerente à luta, e temos que levar isto

em consideração. Mas só uma sociedade aberta, que permita o debate, terá condições de neutralizar os antidemocráticos. Não é numa sociedade autoritária e fechada que se consegue isso. Em todo o caso, quem entre os estudantes brasileiros pleiteia hoje a democracia sem de fato querê-la é, sem dúvida, minoria absoluta.

I.É. O que significa o atual movimento estudantil, para você?

Marrey. É um meio de reivindicação daquilo que é nosso direito — que são as liberdades democráticas etc. Ele não é um fim. Quer dizer: o estudante está reivindicando os seus direitos, enquanto estudante. Mas está reivindicando os direitos de todos, na medida em que os direitos de todos são os seus próprios direitos. (...)

com o apoio do povo, as vitórias

Jornal de alunos das escolas isoladas

COBRA DE VIDRO — especial

É importante, ao analisarmos o saldo das últimas manifestações, em particular da que encerrou o semestre, avaliarmos os motivos que levaram aos resultados bastante positivos que podem ser percebidos.

Em primeiro lugar, o que se constata — e ficou demonstrado nas ruas, mais do que nas discussões — é a justeza das palavras de ordem até agora empregadas. Liberdades democráticas, anistia, contra a carestia, abaixo a repressão, são bandeiras que encontram grande ressonância junto à população e contribuem para o apoio dado ao movimento. Erguendo estas reivindicações, estamos levando em conta o nível de consciência e os anseios do povo e da maioria dos estudantes no atual momento. E com elas, evitamos o isolamento em relação ao restante da oposição popular e democrática, impedindo que o movimento fique "sozinho na frente", afastado do resto do povo. Isto não significa que as palavras de ordem devam se manter sempre as mesmas, mas faz com que toda palavra de ordem que passarmos a assumir seja precedida por uma discussão ampla, profunda e democrática.

Em segundo lugar, achamos im-

portante o caráter pacífico que o movimento tem assumido, o que contribui para uma imagem positiva junto à população de modo geral. É importante frisar, a esse respeito, que isto não quer dizer que será sempre assim. Não podemos cair no pacifismo. Contudo, a postura pacífica (que não significa passividade) é a mais adequada ao presente momento.

Outro ponto que julgamos importante ressaltar, apesar de desempenhar um papel secundário, é o uso de símbolos como a bandeira e o hino nacional. Esses símbolos traduzem, para a população, o caráter patriótico e verdadeiramente cívico das manifestações. O fato de se cantar o hino, frisamos, tem um peso político infinitamente maior que o conteúdo ideológico de sua letra.

Esses fatores, além dos anteriormente apontados, têm garantido, até o momento, o êxito das manifestações de rua. No entanto, cometemos no encaminhamento do ato público de dia 15 uma série de falhas que, se persistirem, poderão comprometer a continuidade do movimento no segundo semestre. Esses erros começaram no início da preparação, e não podem ser atribuídos a nenhuma tendência em particular: todas elas têm, de uma forma ou outra, sua culpa no cartório.

Falha grave, que se refletiu no número relativamente pequeno — se levarmos em conta as mobilizações anteriores — de estudantes que foram às ruas no dia 15, foi a falta de uma participação massiva nas decisões.

Outro ponto em que os estudantes falharam foi o contato e o relacionamento com os demais setores populares e democráticos. Em virtude de uma consulta deficiente ou inexistente com vários outros setores, estes deixaram de participar, enfraquecendo o movimento como um todo. Nesse aspecto, julgamos que muitas vezes o movimento estudantil tem assumido atitudes incorretas e sectárias, que não levam em conta a importância e a realidade específica de setores que são, efetivamente, nossos aliados. Exemplo disto foi a recusa de participar na homenagem prestada ao cardeal Evaristo Arns, que acabou provocando um certo distanciamento em relação à Igreja e a setores populares a ela ligados.

Achamos, contudo, que estas e outras falhas podem ser perfeitamente solucionadas, e o primeiro passo neste sentido é a sua discussão ampla, honesta e aprofundada por parte da maioria dos estudantes, não somente pelos integrantes das diversas tendências.

Não podemos, por outro lado,

descurda da nossa organização e de nossas lutas internas, a nível de cada escola e no interior de cada universidade, e concentrar todas as nossas forças nas manifestações de rua. Continuamos, apesar de todo avanço que passamos de reivindicações específicas para bandeiras políticas, a sofrer de todos os problemas que nos afetam enquanto estudantes. É preciso, pois, saber aliar ambas as lutas - interna e externa - e compreendê-las em sua inter-relação: cada uma delas depende, no atual momento, da força e da representatividade da outra.

Para a continuidade de nossas lutas é preciso, ao mesmo tempo, intensificar as discussões nas

escolas e encontrar formas de ampliação que propiciem uma ampliação (de fato, não apenas retórica) do movimento, quer em relação a outros setores, quer dentro do próprio meio estudantil, onde ainda existe uma grande parcela afastada do processo de lutas. Neste sentido se coloca a necessidade de acatarem os serviços na condução das assembleias (tanto por parte das mesas como por parte dos grupos que atuam deliberadamente de encarnhamentos), e de se encontrar formas organizativas que propiciem uma representação real de outros setores da população.

Na perspectiva do fortaleci-

mento da nossa unidade com o restante da oposição popular e democrática, já vislumbramos para julho e o segundo semestre letivo algumas possibilidades concretas, tais como a participação na SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), fundamentalmente agora mais do que nunca, a continuidade e ampliação da Comissão pelo Ensino Público e Gratuito, criada no Simpósio realizado no mês de maio e da qual participaram inúmeras entidades de periferia; a defesa do bispo D. Pedro Casaldáliga, novamente ameaçado de expulsão do país; e fortalecimento e rearticulação do Comitê 15 de Maio; além de outras formas que eventualmente possam surgir.

O ESTADO DE S. PAULO
24 DE AGOSTO DE 1977

DIA NACIONAL DE LUTA

A violência e as prisões voltaram ontem às ruas, em São Paulo, Porto Alegre, Campinas e outras cidades do País, nas quais os estudantes se dispuseram a promover seu Dia Nacional de Luta, em desafio às proibições das autoridades. Na capital paulista, onde as manifestações atingiram maiores proporções, cerca de 20 mil soldados distribuídos por várias ruas e praças do centro não conseguiram impedir as inúmeras passeatas-relâmpago. A Polícia, que já no começo da tarde ocupava o largo do Paissandu (programado como local do protesto), atuou durante cerca de quatro horas, fazendo aproximadamente 100 prisões; mas por volta de 23 e 30, quando começou a desmobilização, o secretário da Segurança, Erasmo Dias, comentava ter sido aquela "uma luta inglória", e o seu saldo, "lamentável". Depois de identificados, os detidos (entre os quais vários jornalistas de O Es-

Desde as 15 horas, a movimentação de populares no largo Paissandu era intensa. Muitos procuravam um local alto para se acomodar e assistir à movimentação da polícia. Na galeria de nº 439, na avenida São João, bem em frente ao largo, muitas pessoas se aglomeraram nas sacadas de todos os andares. Às 16 e 30, policiais foram deslocados para retirar os ocupantes da galeria, nos quatro andares, inclusive a sobreleja.

Até as 17 horas, os policiais percorriam as ruas próximas ao largo pedindo para as pessoas circularem. Eram exatamente 17 e 10, quando um grupo de cerca de 50 pessoas, paradas em frente à rua D. José Gaspar com a avenida São João reagiu à investida de cinco guardas montados. Imediatamente começa-

ram a variar e correram em direção à Sete de Abril gritando "liberdade, liberdade". Todos os que estavam parados na esquina da D. José correram junto com os manifestantes, gritando "abaixo a repressão", até a esquina da rua 24 de maio.

Cinco minutos depois, um grupo já havia se formado na esquina da 24 de Maio com a praça da República e, aos gritos de "abaixo a repressão, mais arroz e mais feijão", cerca de 100 pessoas começaram uma manifestação que ganhou a avenida Ipiranga e dobrou a avenida São João. Aí já eram mais de 400 pessoas que gritavam "liberdade, liberdade". Em poucos segundos várias faixas apareceram, entre elas uma bandeira branca como mapa do Estado de São Paulo, em vermelho escrito UEE —

tado de São Paulo e Jornal da Tarde) foram liberados pelas autoridades.

Em Porto Alegre, foi realizada a maior manifestação estudantil desde 1968, só dispersada, depois de quatro horas de tumulto, por aproximadamente mil policiais-militares. As bombas de efeito moral, o gás lacrimogêneo e os golpes de cassetete também não pouparam jornalistas ou populares. Houve cerca de 90 prisões, embora a Secretaria da Segurança Pública só admitisse 32. Em Campinas, os mesmos recursos foram utilizados por tropas de choque da Polícia Militar para afastar centenas de estudantes que se reuniram no largo do Rosário. Já em Salvador, a polícia em nenhum instante interferiu na passeata, enquanto, em outras capitais — Rio, Belo Horizonte e Recife —, as comemorações do Dia Nacional de Luta ficaram restritas aos limites dos campi universitários.

União Estadual dos Estudantes.

Em todos os pontos da cidade, entretanto, manifestações-relâmpago ocorreram no intervalo de uma hora.

Às 18 e 40, na praça Fernando Costa, mais cem pessoas saíram correndo pela rua 25 de Março. Imediatamente várias pessoas se juntaram e seguiram os líderes.

No velho largo campo de batalha

Pouco antes das 17 horas, o largo São Francisco se transformou em um campo de batalha. Dois carros do corpo de bombeiros, vários caminhões com soldados da tropa de choque, alguns com cães amestrados e diversos cavaleiros. Na Faculdade havia várias faixas pedindo "Pela Libertação dos Co-

legas Presos", "Dia Nacional de Luta: 23 de Agosto", "Por Liberdades Democráticas Contra a Carestia".

De dentro da praça das bandeiras, completamente tomada pelas tropas de choque e pela Cavalaria, saiu, às 19 e 30, uma das maiores passeatas realizadas ontem. Enquanto a Polícia era confundida com os gritos de dois grupos que se colocaram em pontos opostos da praça, os estudantes começaram a subir a rua Santo Antônio, em direção à Câmara Municipal, onde não havia policiamento.

Carregando a faixa "Abaixo a ditadura", o grupo subiu rapidamente a rua Santo Antônio, sendo, aos poucos, engrossado por outros estudantes, que continuavam a gritar palavras de ordem.

O ESTADO DE S. PAULO

R. G. do SUL - 90 PRISÕES

Quando chegou a rua Delegado Everton, a passeata seguiu em direção à avenida Nove de Julho, paralisando o trânsito nos dois sentidos. Enquanto alunos da comissão de segurança detinham os carros, a passeata continuou na pista cidade-bairro pela contra-mão, até atingir a rua Avanhandava. Centenas de pessoas, a esta altura, integravam o grupo, que rapidamente subiu as escadarias da rua Frel Caneca, saindo pela rua Calo Prado, em direção à Augusta. Também neste trecho o trânsito parava para os estudantes, e os carros começaram a seguir a passeata, lentamente.

Pouco antes de atingir a Consolação, entretanto, entrou pela rua Augusta a primeira viatura da Polícia Militar. Os estudantes, ouvindo a sirene, recomendavam aos carros que não dessem passagem, e a viatura terminou subindo pelas calçadas sem conseguir espalhar os estudantes, que apenas vaiaram os policiais. A passeata continuou pela rua Maria Antonia, mas quando estava próxima à rua Dr. Vila Nova foi dissolvida por cinco viaturas da PM, que carregavam um batalhão de choque. Os policiais atiraram bombas de gás lacrimogênio e prenderam oito estudantes, entre eles Mário Henrique Bonetti, da PUC, Antonio Souza, Roberto Ribeiro da Silva e Valdir dos Reis, do Mackenzie. Mal se foram as viaturas, entretanto, a passeata recomeçou, pois muitos dos participantes haviam se refugiado no campus do Mackenzie. Ela não chegou a sair da rua Maria Antonia, pois foi novamente dissolvida pelos policiais, que desta vez permaneceram por mais tempo no local, até que todo o grupo se dissolvesse.

A medida que a polícia ia tomando as praças em que os estudantes pretendiam se concentrar, eles iam escolhendo novas opções e, assim, às 18 horas, um grupo de aproximadamente 300 manifestantes chegava à Praça da República. Pouco antes, o mesmo grupo fora dissolvido com bombas de gás lacrimogênio, na avenida Ipiranga, mas os estudantes se reagruparam e das escadarias do Colégio Caetano de Campos começaram a ler em coro carta aberta distribuída à população. A manifestação durou três minutos. A polícia tomou aquela praça também e dispersou os estudantes com as tropas de cavalaria.

"abaixo a sucessão, queremos eleição".

A maior manifestação estudantil já realizada em Porto Alegre desde 1968, somente foi dispersada ontem à tarde por aproximadamente mil policiais militares, à base de bombas de efeito moral, gás lacrimogênio e a golpes de cassetetes em estudantes, populares e jornalistas na avenida João Pessoa, junto ao campus universitário, próximo ao centro. Depois de quatro horas de tumulto, sob chuva constante, os policiais conseguiram dominar a situação, reorganizando o trânsito, afastando os populares e realizando pelo menos 90 detenções.

O início da manifestação foi pouco depois das 12,30 horas, quando entrou uma centena de estudantes, estenderam a faixa "pelas liberdades democráticas" defronte ao prédio da Engenharia, na esquina da Avenida João Pessoa com Praça Argentina e começaram a gritar palavras-de-ordem como "abaixo a repressão, mais arroz e mais feijão".

Em poucos minutos os manifestantes ganharam as duas pistas da avenida João Pessoa, próximo ao Centro, onde ficaram bradando "Abaixo a Ditadura", "Soldado da Brigada também é explorado" e "povo na rua, derruba a ditadura", e assim, teve início a manifestação, com dezenas de prisões. Um pouco à frente dos pelotões de choque da Brigada Militar, um oficial da corporação pedia, através de um megafone, que os populares se afastassem: "não se deixe envolver pela discórdia" -- dizia o oficial -- "afastem-se e continuem seu caminho porque vamos usar a força para dispersar". A uns 50 metros daí, os estudantes responderam com o coro: "se você pensa que o povo é covarde, o povo não é covarde".

O ESTADO DE S. PAULO

UNB - "AOS SOLDADOS BRASILEIROS"

Os estudantes da Universidade de Brasília realizaram, ontem à noite, no Santuário de Fátima, um ato público marcando sua participação no "Dia Nacional de Luta". Agentes da Polícia Federal cercaram a igreja, ocupando também grande número de cadeiras ao lado dos estudantes, dentro do Santuário. Alguns carros-patrolha da Polícia Militar circularam em volta da igreja durante todo o período de realização do ato.

O comparecimento de estudantes foi pequeno -- aproximadamente 500 pessoas entre alu-

nos pais e agentes policiais a paisana -- e não se teve notícias de prisões de alunos à saída da Igreja.

Os alunos da UnB divulgaram uma carta "Aos soldados brasileiros" na qual procuram explicar porque nos colocamos em greve e afirmam que não somos baderneiros, nosso movimento tem objetivos claros e definidos, queremos liberdade para discutirmos nossos problemas e liberdade para buscarmos soluções justas para eles".

"Os soldados são parte do

povo brasileiro -- afirmam os alunos em sua Carta Aberta e, como povo, vive todos os problemas que nos atingem. Por isso pedimos que vocês não se coloquem como meros instrumentos da repressão. Não queremos os soldados aquartelados, isolados dos problemas vividos por nós. Queremos os soldados do lado do povo, lutando por melhores condições de vida. Queremos os soldados ao nosso lado, não reprimindo, não amordaçando, nem calando nossa voz, porque gritamos pelos mesmos direitos." 24-8-77

O ESTADO DE S. PAULO

CAMPINAS: MANIFESTANTES ESPANCADOS

24-8-77

Com jatos d'água, gás lacrimogênio e golpes de cassetetes, uma passeata de mais de mil estudantes foi dispersada por tropas de choque da Polícia Militar, quando se reunia à tarde, no largo do Rosário, a principal praça de Campinas. Os estudantes, pretendiam fazer a leitura de um manifesto dirigido à população, sob o título "O Brasil é feito por nós". Alguns policiais chegaram até a utilizar os capacetes para bater nos manifestantes, que corriam em grupos cantando o Hino Nacional.

Na praça, com a adesão de grande número de co-

legas, eles se sentaram no chão e passaram a ler em voz alta o manifesto: "Há quase um mês as tropas policiais permanecem na Universidade de Brasília (...) foram quase 300 presos, 37 processados, 50 suspensos e 30 expulsos". Nesse ponto a leitura foi interrompida. Sirenes abertas, cinco caminhões pesados (dois transportando tropas de choque, dois carros-bomba do Corpo de Bombeiros e mais uma viatura de reforço da guarnição) chegaram às 18 e 10 ao largo do Rosário. Após uma rápida operação de formação conjunta, os agentes avançaram em direção

aos estudantes, sob a proteção de jatos d'água.

Os manifestantes correram em grupos, cantando o Hino Nacional, mas foram encurralados junto às paredes dos edifícios do largo e passaram a ser espancados; os que caíam eram pisoteados. "Sejam patriotas, empurrem essa turma para fora" -- gritava o comandante da companhia de choque aos policiais que se encontravam ao longo da congestionada rua Bernardino de Campos, próximo ao monumento do compositor Carlos Gomes. Suas palavras de ordem só cessaram quando já não havia nenhum manifestante na área.

Jovens encerram encontro em Lins

Cinco mil pessoas, cantando o Hino da Independência, receberam o cardeal Paulo Evaristo Arns, ontem, no município de Lins na região noroeste do Estado, onde se encerra hoje o Concílio Nacional dos Jovens. Durante uma semana, católicos de todos os estados brasileiros e até do exterior, estiveram reunidos em oito municípios daquela diocese, apreciando os temas: "O Jovem e o Mundo Rural", "O Jovem e o Mundo Operário", "O Jovem e o Mundo Estudantil", "O Jovem e a Transformação Social", e "O Jovem e a Igreja que Caminha".

O arcebispo paulistano só falou no final da reunião e lembrou que "é preciso caminhar com o tempo, conhecer novas idéias, respeitar o homem e insistir na luta pela defesa dos direitos humanos, mesmo que isto signifique a redução de alguns privilégios".

Destacou que o Concílio dos Jovens "marca o início de uma renovação da juventude que

está se preparando para uma nova etapa de vida na nossa terra", e ressaltou que os participantes — que durante todo o encontro visitaram bairros de operários e até ficaram alojados em casas de "bóias-frias" — agora

sentirão a realidade e estão em condições de desenvolver trabalhos em favor de nossos semelhantes". Frisou que dessa atividade depende a formação de um povo que no futuro será consciente e saberá o que deseja.

Por último, pediram a todos os presentes que fosse mantido "um minuto de silêncio", para que todos pudessem refletir "sobre a situação em que se encontra o país".

24-7-77

"Atos não são isolados"

A Comissão Pontifícia Justiça e Paz, da Arquidiocese de São Paulo, distribuiu ontem documento assinado por 15 entidades e cujo conteúdo aprova, no qual se afirma que "a tentativa de expulsão do padre Romano, as recentes prisões no Rio de Janeiro e em Brasília, os processos e perseguições a elementos das oposições sindicais, da Pastoral do Mundo do Trabalho e da Ação Católica — acusados arbitrariamente de subversão — e mais as prisões ocorridas no 1.º de maio em São Paulo não são atos isolados".

Assinam o documento: Secretariado da Não-Violência — Frente Nacional do Trabalho; Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira, São Paulo; Associação das Donas de Casa; Pastoral do Mundo do Trabalho da Arquidiocese de São Paulo; Ação Católica Operária; Pastoral Operária da Região Sudeste; Jornal Nós Mulheres; Sociedade Brasil Mulher; Movimento Feminino pela

Anistia; DCE — Livre da PUCSP; Juventude Operária Católica; Oposição dos Gráficos; Pastoral Operária de Santo André; DCE Livre USP; Clube de Mães.

O documento denuncia ainda a situação de dom Pedro Casaldàliga, bispo de São Félix do Araguaia, "cuja expulsão está sendo discutida" e a proibição, pela polícia, da realização de um encontro sobre Direitos Humanos que seria realizado em Nova Iguaçu, Rio de Janeiro.

Segundo o documento, "tais violações ocorrem acima de tudo no dia-a-dia do trabalhador: o salário de fome, a falta de segurança no trabalho, regime forçado de horas extras, a dupla exploração do trabalho da mulher, a exploração do trabalho do menor em idade escolar, a violência, humilhações dentro da fábrica, o desemprego, os bóias-frias e o homem sem terra, e isto ocorre fundamentalmente para manter o sistema injusto em que vivemos".

25-8-77

MISSIONARIO É EXPULSO

O missionário meconite norte-americano Thomas Capuano, que em maio foi preso por engano e submetido a violências na Delegacia de Roubos e Furtos do Recife, juntamente com o padre católico Lourenço Rosebagh, e que deu repercussão internacional ao episódio

foi relatado a Rosalynn Carter, quando esta visitou o Brasil, embarcou num avião da Pan American, ontem, às 22 e 30, no Galeão, forçado a deixar o País pela decisão do governo de não lhe renovar o passaporte, cuja validade de dois anos esgotara.

22-7-77

LSN MATA ÍNDIOS CELAM NÃO RECUA

O padre Antonio Iasi, secretário-geral do Conselho Indigenista Missionário — Cimi —, ao denunciar novamente o processo de extinção em que se encontram os índios no Brasil, criticou o excesso de preocupação do governo com a segurança nacional, "que leva os generais a ver em cada área indígena um possível foco de guerrilha", daí a constância com que são abertas estradas junto às aldeias. As declarações de Iasi foram feitas, ontem, durante conferência para os participantes do Curso de Introdução à Linguística Aplicada, promovido pelo Cimi, com o apoio do Summer Institute of Linguistics, em Cuiabá.

O religioso explicou que a filosofia da "segurança nacional" leva o governo federal a "pretender implantar uma estrada junto a cada reserva indígena, pensando estar assim integrando o índio". O secretário-geral do Cimi lembrou ainda que, embora não se tenha conhecimento da intencionalidade que caracteriza a extinção, "materialmente, sempre houve essa intenção de se acabar com o índio". Segundo o padre, essa intenção sempre partiu de grupos econômicos interessados em ocupar as terras dos índios.

Não há nenhuma possibilidade de que a próxima reunião do Conselho Episcopal Latino-americano (Celam), em 1978, no México, represente um recuo em relação às posições assumidas no encontro anterior, em 1968, em Medellín (Colômbia), quando se definiu uma linha de atuação pastoral voltada para o engajamento do clero nos problemas sociais e políticos do continente. Essa opinião foi manifestada ontem pelo bispo da diocese paulista de Bauru, d. Cândido Padim, em São Luis (MA), onde vem ministrando uma série de cursos sobre pastoral social, para leigos e religiosos, a convite da arquidiocese.

"A linha fundamental da Igreja, — acentuou d. Cândido — é e continuará sendo a de conscientizar o povo das exigências cristãs da ordem política, para que possa julgar cristãmente a realidade".

Na reunião do México, cujo tema, escolhido pelo papa, será "A Evangelização Hoje e no Futuro na América Latina", haverá também uma avaliação do que a Igreja fez desde Medellín, mas, segundo o bispo de Bauru, "sem nenhum sentido de recuo ou de revogação do que o encontro anterior fixou".

4-8-77

PADRE DA ACO PODE SER EXPULSO

"Ele nada tem de subversivo, a não ser na medida em que o Evangelho exige, de modo pacífico, mas corajoso, mudanças nas estruturas injustas que esmagam a classe trabalhadora, sobretudo em regiões como a nossa". A Comissão Representativa da Regional Nordeste II da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) manifestou essa opinião sobre o padre suíço Romain Zufferey, ameaçado de expulsão do País por um processo instaurado no Ministério da Justiça para apurar sua atuação como assessor religioso da Associação Católica Operária, do Recife.

O advogado Eduardo Pan-

dolfi afirmou, ontem, que o "ponto fundamental" da abertura do processo contra o padre suíço Romain Zufferey, assessor eclesial do movimento Ação Católica Operária, é um ofício, de 18 de maio de 1976, assinado pelo assessor especial do Ministério da Justiça, Fernando Falcão, filho do ministro Armando Falcão. O advogado, que está preparando a defesa do padre, explicou que, no ofício, o filho do ministro da Justiça qualificou o documento "Primeiro de Maio", distribuído pela Ação Católica Operária, como "panfleto, sem dúvida nenhuma, de cunho marxista, por sugerir do começo ao fim, a luta de classes".

5-8-77

IGREJA DENUNCIA PERSEGUIÇÕES POLÍTICAS

RIO (Sucursal) — A Confederação Latino-Americana de Religiosos (Clar) denunciou ontem perseguições em quase todos os países da América Latina, inclusive uma chacina em El

Salvador, durante uma manifestação permitida pelo governo, que provocou mil vítimas, entre mortos, feridos e presos. O fato, segundo a Clar, foi minimizado pelas agências de notícias que só divulgaram a existência de oito

mortos.

A denúncia foi feita pela diretoria da Clar que se encontra atualmente no Rio participando da XI Assembléia Geral Ordinária da Confederação dos Religiosos do Brasil.

27-7-77

FOLHA DE S. PAULO

Casaldáliga pede CPI sobre toda a situação nacional

O ESTADO DE S. PAULO

O bispo de São Félix do Araguaia, dom Pedro Casaldáliga, sugeriu, ontem, na CPI da Câmara que investiga os problemas fundiários, a constituição de uma comissão para avaliar não só as questões de terra mas o próprio sistema sócio-político-econômico brasileiro, segundo ele o grande responsável pelos problemas que estão ocorrendo na Amazônia.

No seu depoimento, dom Pedro Casaldáliga afirmou que a causa estrutural de todos os problemas fundiários é o latifúndio, colonial ou capitalista. Ele apontou como consequência da política aplicada no setor uma série de distorções, ressaltando as seguintes: 1 — a acumulação e especulação da terra em mãos de poucos. Na Amazônia, de 1960 a 1970 desapareceram 44 mil proprietários de pequenas e médias e surgiram 9 mil grandes propriedades; 2 — relações sociais de exploração semi-escrava; 3 — criação de novos focos de instabilidade. A Contag e o INCRA vêm denunciando quase 11 milhões de famílias sem terra para sobreviver; 4 — a cobertura aos sem lei: pistoleiros e grileiros. A violência e a arbitrariedade da própria Polícia; 5 — a dependência do exterior, com a Amazônia virando reserva das multinacionais. Por fim, a improdutividade, inclusive economicamente frustadora, do latifúndio.

O bispo fez críticas ao sistema dos incentivos fiscais que, segundo ele, só tem beneficiado os grandes grupos: "Somando os incentivos dados às fazendas Suiá-Missu, da Liquigás, Tamakavy, de Silvio Santos, e da Volkswagen, teremos um total de CR\$547.124.677,00. Se dividirmos esse dinheiro pelo número de cabeças de gado existentes nessas fazendas, veremos que cada boi, custa, somente de incentivos, CR\$ 1.568,00.

Ao fazer um longo relato sobre os atritos que ocorreram entre posseiros e proprietários da empresa Codeara, proprietária de terras na localidade de Santa Terezinha, próximo à sede de sua prelazia, dom Pedro falou de uma operação militar que ocorreu na região, em 1972, com a participação dos generais. Segundo o bispo, o prefeito municipal estava fazendo campanha política denunciando problemas de terras. "Numa operação militar realizada na área — disse —, à qual compareceram o general Humberto Souza Melo, então comandante do II Exército, o general Reynaldo Mello Almeida, então comandante da 9ª Divisão Militar, com sede em Campo Grande, e o general Rosalvo Eduardo Jansen, comandante da 2ª Brigada Mista de Corumbá, foi feita violenta pressão para que o prefeito revogasse a lei de desapropriação que iria prejudicar os interesses da Codeara." 15-6-77

Exército desmente D. Pedro

O Exército refutou, ontem, as denúncias feitas por D. Pedro Casaldáliga contra três militares — os generais Humberto de Souza Melo (já falecido), Reynaldo Mello Almeida e Rosalvo Eduardo Jansen — em depoimento à CPI da Câmara dos Deputados que investiga os problemas fundiários do País. Sem mencionar o nome do bispo de São Félix do Araguaia, a nota nega a acusação de Casaldáliga de que, em 1972, os três generais teriam exercido pressões sobre o prefeito de Luciara, em Mato Grosso, para que revogasse uma lei de desapropriação prejudicial à empresa Codeara, então em disputa de terras com posseiros do município.

Casaldáliga: opinião pública deve julgar

"A opinião pública brasileira é livre para escolher a minha versão ou a versão dada pelo Exército" — afirmou ontem o bispo de São Félix do Araguaia, d. Pedro Casaldáliga, em resposta ao desmentido distribuído anteontem pelo Centro de Relações Públicas do Exército às declarações feitas pelo missionário perante a CPI da Câmara dos Deputados que investiga os problemas fundiários no País. 23-6

CASALDALIGA EXPULSO ?

A Comissão Pastoral da Terra, órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, divulgou ontem, em Goiânia, nota assinada pelo seu presidente, d. Moacyr Grechi, manifestando "surpresa e repulsa" com a divulgação da notícia de que a Presidência da República estaria concluindo o processo de expulsão de d. Pedro Casaldáliga. "Repudiamos que se tale sequer em afastá-lo do País — diz a nota — e não aceitamos que prossiga esta insidiosa campanha contra d. Pedro

E recordamos as palavras do papa a D. Paulo Evaristo Arns.

"Mexer com o bispo de São Félix do Araguaia é mexer com o papa". 31-7-77

DESMENTIDO

É a seguinte a íntegra da nota divulgada, ontem, pela Assessoria de Imprensa do Ministério da Justiça: "Alguns jornais publicaram notícia segundo a qual estaria iminente a expulsão do bispo de São Félix do Araguaia, d. Pedro Casaldáliga. Com base nessa notícia, formularam-se declarações e críticas ao governo, injustas e descabidas, porque sem a menor procedência. A Assessoria de Imprensa do gabinete do Ministério da Justiça esclarece que não existe processo de expulsão de d. Pedro Casaldáliga". 2-8-77

Posseiros invadem e queimam fazenda

Do correspondente em SÃO LUIZ

Centenas de posseiros armados atacaram segunda-feira uma fazenda próxima ao povoado do Arame, no município maranhense de Grajaú, a 450 quilômetros de São Luís, incendiando as moradias e o roçado e obrigando Humberto de Mello Carneiro, acusado pelo próprio Governo do Estado de haver grilado as terras que ocupa, a fugir

para não ser assassinado. A reação dos posseiros, que há muito vinham tendo atritos com Humberto Carneiro, foi desencadeada pela demarcação, pela Funai, da área indígena dos guajajaras, ocupada por eles desde que perderam suas terras para o grileiro, há mais de três anos.

A comunicação policial recebida pela Secretaria de Segurança Pública do Maranhão informa que os posseiros eram quinhentos: eles destruíram as

cercas da fazenda Fartura, afluíram os poucos empregados que se encontravam no local e distribuíram-se em vários grupos a procura do grileiro, para assassiná-lo. Acabaram, porém, aceitando as ponderações do delegado especial do Arame, Antônio Monteiro, e limitaram-se a incendiar as roças e as casas da fazenda. Mas avisaram que não pretendem abandonar as terras.

A área da fazenda Fartura é objeto de uma ação discrimina-

tória promovida pelo Estado do Maranhão, que recusou um requerimento de compra apresentado por Humberto, por considerar que se trata de um grileiro que lançou mão de métodos ilícitos para se apossar das terras que ocupa. Humberto convenceu muitos lavradores a venderem suas posses e a mudarem-se para dentro da área de perambulação dos guajajaras, recorrendo a ameaças e violências contra os que resistiam. 4-8

FOLHA DE S. PAULO

Distribuição desigual da terra

Documento do Bird aponta desníveis na estrutura agrária do Centro-Oeste

Apenas para uso oficial — confidencial: no Brasil, "a estratégia governamental é fortemente orientada para a empresa comercial de larga escala, que não transfere e nem tem papel adequado para os pequenos produtores, mesmo quando as considerações com relação à economia de escala para pequenos proprietários in-

dicam que suas operações podem ser mais eficientes". Palavras de técnicos do Banco Mundial, que constata: "No atual padrão de colonização da terra, reforçado pelos recentes programas governamentais, a tendência é reproduzir a altamente desigual distribuição da terra e da riqueza rural, encontrada nas regiões recen-

temente colonizadas".

Em outubro e novembro de 1975, uma missão do Banco esteve no Brasil estudando a região Centro-Oeste do país. Em janeiro deste ano, as autoridades da área econômica receberam um documento — "for official use only — confidencial" — sobre a colonização e desenvolvimento agrícola da

região.

O grupo, chefiado por David E. Goodman, hoje professor de economia política em Londres, chegou a conclusões pouco elogiosas. Exemplo: na estrutura agrária brasileira "encorajase a acumulação de bens e riquezas na forma de propriedade da terra e se promove, assim, uma concen-

tração mais vigorosa da renda".

A área estudada (Centro-Oeste) compreende os Estados do Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal, com 1,9 milhão de km², ou seja, 22% do território brasileiro, onde 83% das propriedades são latifúndios e não utilizados adequadamente.

Os números da tabela do BIRD sobre distribuição de propriedades mostra melhor. Os dados são de 1972: os 98.748 proprietários de minifúndios detêm apenas 3,2% do total da área (4.230 hectares). Aproximam-se do que o BIRD chama de "empresas rurais", com 12.330 proprietários e a posse de 6,7% da terra.

A parte do leão fica com os latifúndios: na região existem 104.116 propriedades latifundiárias de uso, ou seja, improdutivas, englobando 82,6% do total da área. Algo correspondente às grandes empresas agrícolas, que chegaram na última fase de ocupação da área: apenas 75 propriedades detêm 7,5% do total de terra.

Estes três tipos de proprietários — lembra o estudo — obedeceram a processos históricos distintos de ocupação: na primeira fase

chegaram os pioneiros, numa época de intensa migração, onde persistia a agricultura de subsistência. Depois a da estratificação rural e consolidação da terra, onde o controle da propriedade não excluiu o uso da força. Na última fase chegaram as grandes empresas com a agricultura mecanizada.

Este último período de ocupação, como concluíram os técnicos, era um objetivo do governo em detrimento da primeira fase: "Esta região — relataram — contém uma das maiores fronteiras agrícolas do mundo. O desenvolvimento desta vasta área poderá representar um papel de prosperidade rural do Brasil pela acomodação de populações de áreas pobres do país, contudo o governo parece ter optado pela estratégia de maximizar a taxa de inclusão de novas terras para cultivo. Um objetivo nessa estratégia é concentrar rápido incremento na produção de produtos destinados à exportação para aliviar a situação da balança de pagamentos do país".

A partir desta determinação, na maior parte das vezes alicerçado em interesses multinacionais, chega-se aos desvirtuamentos. "A ren-

da regional — relatou o BIRD — é altamente concentrada e a taxa de 40% da população tem a humilhante renda de 14% do total da renda regional".

E onde este pequeno proprietário poderia se apoiar? O BIRD não diz onde poderia, mas diz onde não pode: no próprio governo. "Este modelo de elevada concentração da terra — concluíram — implica similar concentração da renda e da riqueza rural. A "rede institucional" no Brasil permite que os grandes proprietários tenham mais fácil acesso aos "inputs" (insumos básicos), capital e créditos (subsidiados), bem como aos modernos "inputs" (incluindo fertilizantes subsidiados) e pessoal técnico especializado. Como resultado disto, os grandes proprietários têm fortalecido a sua posição para receber as inovações técnicas e os benefícios dos programas oficiais. Desta forma, encoraja-se a acumulação de bens e riqueza na forma de propriedade da terra e se promove assim uma concentração mais vigorosa da renda".

A ênfase que se dá para uma rápida expansão dos

resultados da colonização da Amazônia provoca — indica o BIRD — distorções na política de colonização em favor da grande empresa comercial. Por quê? Eles são os que mobilizam com maior facilidade os recursos necessários para incorporação mais rápida de novas terras. "Deste modo — frisam —, ao proprietário pequeno e pobre de capital fica apenas a realização de atividades extrativas e de subsistência".

A questão, para o BIRD, é como as autoridades brasileiras enfrentarão os problemas de administração para colonizar estas fronteiras e encontrar uma situação de equilíbrio entre eficiência e equidade.

Esperam por uma inversão de expectativas, porque, pelo próprio estudo do Banco, "a colonização do Centro-Oeste é uma reprodução da dicotomia latifúndio-minifúndio do Nordeste com o aval do governo: recursos do Proterra foram utilizados para infra-estrutura e não para a reforma agrária; e o modelo dos projetos da Polamazônia e Polocentro de ocupação reproduzem o complexo latifúndio-minifúndio e a associação entre concentração de terra e da renda". 31-7-77

comunicado conjunto dos jornais

BRASIL MULHER
Extra Abril — 1977

Nós acreditamos que a luta pela emancipação da mulher faz parte da luta pela libertação do Homem. Portanto deve ser levada não só por mulheres, mas sim por Mulheres e Homens.

Ao longo da História a tarefa da mulher tem sido a de realizar um trabalho dentro de casa que não é remunerado e que aparentemente não tem valor. O trabalho doméstico é, portanto, um trabalho invisível, sendo considerado como uma categoria secundária, essencialmente feminina. Quem o exerce vive marginalizada da economia, da sociedade e da História. A função da mulher tem ficado muito limitada a cuidar da casa, a ter e criar os filhos. Para que isso seja feito como algo natural e inquestionável, desde criança os brinquedos que recebe apenas reforçam estas idéias — bonecas, jogos de panelinhas, etc. Através dos meios de comunicação — rádio, TV e revistas — insiste-se em transformar a mulher em elemento decorativo, tentando criar nela, muito cedo, a convicção de que nasce para agradar por meio do sexo, e não para atuar através do trabalho.

Para que essa situação seja mantida sustentada a legislação, a moral e os costumes são estabelecidos para apoiar e reforçar os comportamentos masculinos e femininos.

Estes fatos contribuem, sem dúvida, para limitar sua criatividade, e para que sua mentalidade permaneça mais atrasada.

Mas este é apenas um lado da questão.

O desenvolvimento industrial tornou necessária a presença da mulher na produção. O baixo salário do trabalhador obrigou outros membros da família, mulher e filhos, a partirem em busca do trabalho para equilibrar o orçamento doméstico, isto é, garantir o mínimo para sua sobrevivência.

Pois vivemos numa sociedade em que a riqueza é distribuída desigualmente em que uma pequena parcela da população se apropria dos frutos do trabalho da grande massa trabalhadora de brasileiros que vive em condições de extrema pobreza.

Entretanto, mesmo trabalhando 8 horas fora de casa, ela continua a desenvolver dentro de casa o mesmo trabalho de antes, o que quer dizer que trabalha em média 15 a 16 horas por dia. É o que se chama de "dupla jornada de trabalho".

Apesar das importantes modificações que o trabalho da mulher fora de casa traz, tais como maior contato com outras pessoas e com os problemas mais gerais e coletivos, ela continuou sofrendo discriminações, seja no salário mais baixo que o dos homens pelo mesmo serviço, seja no tipo de trabalho em que é levada a trabalhar em função ditas femininas e auxiliares, como as de professoras, enfermeiras, empregadas domésticas, etc.

Uma das consequências mais importantes desta discriminação sala-

rial e cultural é manter um exército de mão-de-obra barata e disponível.

A sociedade em que vivemos não tem condições de abrir a todos as mesmas oportunidades de trabalho e de desfrutar de seus benefícios, porque seu objetivo maior é o lucro. Como explicar que haja desemprego e sub-emprego se tanta gente quer trabalhar e estudar, se há tantas tarefas importantes para serem realizadas na sociedade? Se todas as mulheres quisessem trabalhar, haveria emprego para elas? É claro que não, pois se não há nem para os homens! Por isso a marginalização e controle da mulher têm sido tão necessários para a manutenção desse sistema.

Como resolver estes problemas, já que sofremos as consequências de uma sociedade que nos limita e impede uma participação maior nas atividades mais gerais? Queremos aqui levantar alguns pontos que consideramos importantes para a mulher conquistar hoje:

1 - Maior participação no trabalho produtivo fora de casa. Por que? Porque trabalhando a mulher toma contato com os problemas mais gerais e coletivos. Para que a mulher possa trabalhar fora de casa são necessárias algumas mudanças: combate aos preconceitos familiares e sociais que se opõem ao trabalho feminino; direito da mulher escolher livremente se deseja ou não ter filhos, e quantos; disponibilidade de creches e parques infantis; salário igual para trabalho igual ao do homem, entendendo isto dentro da luta de todos por melhores salários e melhores condições de vida.

2 - Maior participação na luta pelas soluções dos problemas de suas comunidades — custo de vida, transporte, água, esgoto, educação, saúde.

3 - Maior participação na luta pela solução dos problemas gerais da sociedade — No momento atual significa maior participação na luta pelas liberdades democráticas; direito de organização, manifestação, participação e crítica; pela defesa dos direitos humanos, por uma anistia ampla e irrestrita a todos os atingidos por suas idéias e atos políticos.

Cabe, pois, às mulheres assumir maior participação na vida econômica, política e social, procurando desenvolver cada vez mais a crítica permanente e geral na solução coletiva dos problemas de nossa sociedade, tendo em vista a eliminação de qualquer tipo de opressão. Essa é, no entanto, uma tarefa que pertence a Homens e Mulheres. A mulher nunca conseguirá libertar-se se não houver a libertação de todos os trabalhadores. O desenvolvimento da consciência e da participação da mulher multiplica as possibilidades de transformação da situação atual.

Os jornais Brasil Mulher e Nós Mulheres se propõem a ser tribunas abertas para essa luta. Lançamos este comunicado como proposta inicial para ser refletida e desenvolvida. Assim estaremos contribuindo para aumentar o grau de participação de Homens e Mulheres na luta particular da emancipação feminina, ao mesmo tempo que lutamos e trabalhamos pela transformação da sociedade.

moções aprovadas por aclamação

APRESENTADA PELOS JORNAIS

BRASIL MULHER E NÓS MULHERES

Ao comemorarmos o «Dia Internacional da Mulher» como um dia de luta da Mulher Brasileira, não poderíamos deixar de expressar nossa manifestação ainda que breve, acerca do momento atual.

Vivemos um clima de insegurança constante. A imensa maioria do Povo está submetida a péssimas condições de vida e de trabalho. Todas as vezes que se levantam contra essa situação enfrentam toda sorte de perseguição, quer seja através de prisões, torturas, ameaças, perdas de emprego, censura, cassações de mandatos.

No Brasil é proibido aumentos salariais acima dos índices estabelecidos pelo governo; é proibido aos trabalhadores a organização em sindicatos livres e sem o controle do Ministério do Trabalho; é proibido aos trabalhadores fazerem greves;

é proibida a livre manifestação do pensamento; é proibida a livre organização de novos partidos.

A luta contra o arrocho salarial, por melhores condições de vida e de trabalho, pelo direito de greve, contra a censura, pela livre organização partidária, pela anistia ampla e irrestrita, é uma luta justa. Assim como é justo lutar por uma sociedade onde os trabalhadores, estudantes e intelectuais, que formam a maioria da população, tenham seus interesses plenamente atendidos e onde não haja qualquer tipo de opressão.

Por isso, nesse momento, clamamos por liberdades democráticas, amplas, completas. Sentimos que esse anseio é um grito atravessado na garganta de muitos milhões de brasileiros. Sabemos que a maneira de conse-

guilas será através da participação ativa e consciente de todos. Nesse sentido damos nosso apoio integral aos recentes Manifesto dos Intelectuais Contra a Censura, e ao Documento da CNBB «Exigências Cristãs de uma Ordem Política».

Por melhores condições de vida e de trabalho!

Por liberdades democráticas!

APRESENTADA
PELAS BANCÁRIAS

Nos últimos anos, nós trabalhadores temos visto cada vez mais a desvalorização de nossos salários, frente ao aumento constante do custo de vida. Temos visto subirem descaradamente os preços de todos os alimentos básicos necessários a nossa sobrevivência e a de nossas famílias, enquanto os aumentos salariais que recebemos são controlados, não acompanhando o aumento real do custo de vida.

Com o crescimento da crise econômica, mais uma ameaça se coloca para nós trabalhadores — o

desemprego, onde nossos companheiros são mandados embora, suportando todo o peso da crise provocada pelos patrões.

Dentro deste contexto social, a mulher, como minoria, assim como os menores e os negros, sofre uma maior exploração, profissionalmente é marginalizada como mão-de-obra menos capacitada, sendo utilizada essa justificativa para manter-nos em profissões ou cargos recusados pelos homens, dificultando-nos o acesso a outros melhores. Com isso, recebemos salários inferiores aos nossos colegas de profissão e, em caso de desemprego somos as primeiras a serem mandadas embora.

Outro problema que mais nos atinge duramente é o cuidado dos filhos. Nessa estrutura social, baseada na família, toda responsabilidade sobre os filhos bem como as demais tarefas domésticas, recai sobre a mulher.

Atualmente, quer por aspirações intelectuais, profissionais, ou financeiras nós mulheres sentimos necessidade de exercer outra atividade, de termos uma participação na vida social e política influenciando também nas decisões. Nesse sentido a criação de creches próximas aos locais onde moramos, trabalhamos, estudamos, é uma necessidade, mas ainda um direito a ser conquistado, uma lei a ser cumprida,

no caso de nós trabalhadoras pois existe uma lei que obriga as empresas onde trabalhem mais de 20 mulheres maiores de 16 anos a manterem berçários próximos aos locais de trabalho.

Porém, essa nossa necessidade além de esbarrar na estrutura patriarcal dasociedade se veiculada pela falta de plenas liberdades democráticas, não temos hoje canais livres de organização e manifestação, pois nossas entidades e jornais sofrem censura e pressões.

Sabendo que somente unidas e mobilizadas seremos fortes na defesa de nossos direitos, chamamos todas as companheiras presentes a se unirem em torno deste manifesto, a distribuírem-no em seus locais de trabalho, estudo, bairros, etc. A pressionarmos suas entidades representativas, sindicatos, entidades estudantis, clubes de mães, etc. a formarem comissões de mulheres que caminhem na defesa de nossas reivindicações.

PELA CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE CRECHES PRÓXIMAS AOS LOCAIS DE TRABALHO, ESTUDO E NOS BAIRROS POPULARES!

PELO CONGELAMENTO DOS PREÇOS DO GÊNERO DE PRIMEIRA NECESSIDADE! PELAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS!

Maria Quitéria

EDITORIAL

Constituinte, um passo à frente em nossa luta.

O Movimento Feminino pela Anistia, organizado nacionalmente, em mais de dois anos de árdua luta, sente-se no dever de apresentar sua posição ao povo brasileiro, neste momento da vida do País.

No decorrer desses dois anos fomos crescendo. Até 1975 existia apenas o solitário MDB, que canalizou para as urnas o descontentamento popular. O movimento estudantil, depois de ter sofrido duras perdas na sua liderança, começa agora uma penosa reorganização e, salutarmente, com maior maturidade política.

Estamos unidas pelo ideal de anistia, contra os atos de exceção. O caos político, econômico e jurídico em que vive o povo brasileiro exige de todos uma participação ativa na luta pela liberdade.

É visando a conduzir nosso País de volta ao Estado de Direito que, num desdobramento lógico, estamos lutando agora pela convocação de uma assembleia nacional constituinte, soberana e livremente eleita, que pressuponha a queda de todos os atos de exceção.

«Uma Constituição assegure em primeiro lugar a restrição ao livre arbítrio do governo», diz o *Dicionário Enciclopédico Conhecer*, da Editora Abril. «A falta deste limite caracteriza um regime absolutista, no qual o poder é exercido por um governante investido de divinizada onipotência».

A Constituinte é a forma democrática de pacificação nacional que garantirá as condições necessárias para que o povo brasileiro possa viver tranqüilo, com direito a uma participação correta na vida nacional.

EDITORIAL

NÓS MULHERES

Depois de um longo período de silêncio, por volta de 1973 novos grupos se formaram em torno de idéias democráticas, voltando a exercer o direito à crítica social. Em 1975, com o Ano Internacional da Mulher, o debate em torno da opressão da mulher começou a crescer. E foi nesse clima de nascente entusiasmo que em maio de 1976, faz um ano, preparávamos o primeiro número de NÓS MULHERES. Era a primeira vez que fazíamos um jornal, daí o clima de confusão e insegurança. Mas mesmo em meio à confusão nosso objetivo se manteve claro: fazer um jornal para a mulher trabalhadora, a mãe e a dona-de-casa da periferia de São Paulo; para a estudante, a profissional, a intelectual. Um jornal de frente onde coubessem todos os interessados em discutir abertamente a opressão da mulher. Um jornal que debatesse a situação da mulher brasileira estava destinado ao fracasso, segundo alguns, e ao ridículo segundo outros. Mesmo entre nós havia reservas ao nos afirmar feministas, palavra tão desgastada. Pois às vezes pode aparecer mais fácil fechar os olhos a opressão e contentar-se com as migalhas de liberdade que nos oferecem. Ou então buscar soluções individuais, tais o raciocínio de que ha mulheres oprimidas, mas nós já superamos o problema.

O grupo de NÓS MULHERES formou-se em torno da idéia de criar um jornal feminista. Muitas de nos sequer nos conhecíamos, como não conhecíamos o que significava feminismo para o resto do grupo. Aos poucos, porém, num processo muitas vezes doloroso, fomos nos conhecendo. Respeitar opiniões diferentes das nossas; aceitar a identidade das decisões que tinham de ser tomadas por todo o grupo; formar um sistema de trabalho. Foi um processo longo em que algumas mulheres saíram, outras se aproximaram. Deixamos um porão frio e úmido e viemos para a sala clara e arejada onde agora trabalhamos. Um bebê nasceu, outros dois estão a caminho. E, como um recém-nascido, as maiores dificuldades foram vencidas no primeiro ano de vida. Estamos aprendendo a caminhar.

Nesse primeiro ano tomamos contato com outros grupos de São Paulo, com grupos feministas no Rio, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Porto Alegre. O movimento cresce, tendência inevitável deste momento da História em que já não se pode mais tolerar a constante violação dos direitos humanos. Cresceu tanto, que a comemoração do Dia Internacional da Mulher, dia 8 de março, há dois anos praticamente desconhecido no Brasil, este ano aconteceu em vários pontos da cidade, com a participação de mais de mil mulheres-operárias, empregadas domésticas, donas de casa, mães, estudantes, intelectuais. Tanto que o Congresso Nacional acaba de dar início a uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a situação da mulher no Brasil. E embora seja voz corrente que quando não ha solução para um problema, nomeia-se para ele uma Comissão Parlamentar de Inquérito, o fato é que a inferioridade da mulher deixou de ser um tema maldito para ser, ao mesmo, reconhecido oficialmente. (Há dez anos, um número especial da revista Realidade sobre o tema Mulher e Trabalho sofreu o mesmo destino.)

Há esperanças, porém. Mesmo lutando com a falta de liberdade de expressão que o sistema político nos impõe, estamos realizando o nosso trabalho. (E para isso temos contado com o apoio de amplos setores da imprensa.) Mesmo lutando com muita dificuldade econômica, temos conseguido sobreviver. Pois sabemos que enquanto houver uma mulher oprimida, não haverá liberdade: enquanto nossos olhos refletirem a imagem de favelas miseráveis, de famílias inteiras se arrastando pelas ruas; a imagem de mulheres seminuas em capas de revistas, em folhinhas penduradas nas paredes das oficinas; enquanto houver crianças famintas e abandonadas, trancadas sozinhas dentro dos quartos enquanto as mães vão trabalhar; enquanto houver prostituição, nenhuma mulher será livre. Sabemos disso e essa é nossa causa. Vencidas as dificuldades iniciais, e como escreveu uma companheira: «Hoje já é possível pensar em mim sem esquecer de você ou de todas nós, pensar em todas nós sem me sentir dividida na luta política mais ampla, e pensar em política sem que para tal tenha que me esquecer de mim ou de nós. E isso já é muito mais que um começo».

Brasil Mulher

A luta pela emancipação da mulher não está em nenhum momento desvinculada da luta pelas soluções dos problemas mais gerais da sociedade. Por isso nos unimos à manifestação coletiva por melhores condições de vida, de trabalho, por uma anistia ampla e irrestrita, por liberdades democráticas.

A situação que vivemos atualmente aumenta cada vez mais a insatisfação da grande maioria da população, cujas condições de vida e de trabalho estão cada vez piores. Como disse um morador da Zona Oeste de São Paulo, «enquanto o salário sobe pela escada, o custo de vida sobe de elevador.»

O trabalhador trabalha cada vez mais, e ainda precisa que seus filhos e sua mulher trabalhem fora também, para conseguir o mínimo para a sobrevivência da família. Aumentam-se as horas de trabalho e o número de acidentes. Reduz-se a alimentação e as doenças são mais graves e constantes. Aos problemas com o crescente aumento do custo de vida, deficientes serviços públicos (saúde, transporte, saneamento, educação), desemprego, baixos salários e tantos outros, acrescentam-se as proibições a qualquer tipo de participação, seja através de leis e decretos, seja através de uma repressão mais direta.

Em resposta, cada setor começa a criar novas formas de organização e manifestação coletivas em torno de seus problemas mais sentidos.

PORQUE SAIMOS DO JORNAL MOVIMENTO

MOVIMENTO 11/77

Nós, abaixo-assinados, conselheiros, redatores, reporteres, colaboradores, membros de sucursais e correspondentes de Movimento nos consideramos excluídos e, portanto, nos demitimos deste jornal que ajudamos a construir. Esta situação se deve a:

1. Durante um tempo prolongado a direção do jornal afirmou uma linha editorial que não satisfazia o consenso mínimo do conjunto de pessoas que nele trabalhavam. Essa posição editorial manifestou-se básica e explicitamente nos "Ensaio Populares", seção considerada como o editorial de Movimento.

2. Em razão dos métodos de trabalho (de participação e decisão) vigentes no jornal, definidos por uma estrutura burocrática que mantinha fechado o poder de decisão, embora aparentasse abri-lo em discussões amplas, qualquer consenso estava longe de ser alcançado. E a direção do jornal objetivamente não se interessou em promover o consenso através de métodos democráticos.

3. No dia 29 de abril, após mais de 12 horas de reunião, o Conselho da Redação, mais um membro do Conselho Editorial, por 9 votos contra 5 e uma obstinação (ausentes 3 membros do Conselho de Redação e 6 do Conselho Editorial) aprovaram uma proposta da direção que, no fundamental, legitima a atual linha editorial e confirma também o poder dessa estrutura burocrática que levaram à quebra do consenso acima apontado. A partir daí, continuar no jornal implicaria em ser conivente com tal perspectiva.

4. Consideramos, assim, rompidos os compromissos que Movimento assumira, em seu número zero, com o público leitor, com todos os que o apoiaram e com aqueles que nele trabalhavam ou viessem a trabalhar. Lá se dizia, ex-

plícando a formação da idéia de Movimento, que o sentido do empreendimento era "prosseguir com o projeto de ter uma empresa jornalística onde as pessoas que escrevessem, de fato e direito, ou seja, também juridicamente, tivessem poder de decisão para garantir a observação de suas idéias".

5. Ao contrário dessa democracia de fato e de direito, chegamos, em Movimento, à uma situação semelhante aquela descrita pelo jornal em "1975": "era como se, num projeto que pertencia de fato a várias pessoas uma das partes tomasse uma decisão fundamentalmente unilateral".

6. Manteremos a partir de agora em relação a Movimento um apoio crítico no sentido de que ele se reencontre com os compromissos assumidos em seu número zero. E reafirmamos nosso compromisso em favor de uma imprensa independente e democrática.

De São Paulo - Bernardo Kucinski, Flávio Aguiar, Jean-Claude Bernadet, Francisco de Oliveira, Maria Rita Kehl, Sílvia Campolim, Laís Tapajós, Guido Mantega, Maria Moraes, Ricardo Maranhão, Wolfgang Leo Maar, Luiz Roncari, Antonio Mendes Jr., Inimá Simões, Dagomir Marquezi, Gilberto Vasconcelos, Jorge Baptista, Carlos Alberto Dória, Carlos Alberto Ricardo, Rui Falcão, Miriam Botassi e José Miguel Wisnick.

De Belo Horizonte - Alberto Duarte, Fernando Miranda, Maria das Dores Freire, Lélío Fabiano, Fausto Brito, Flaminio Fantini, Henrique de Oliveira, Flávio Andrade e João Batista dos Mares Guia.

De Salvador - Adelmo de Oliveira, Tiberio Canuto, Linalva Maria, João Henrique Coutinho, Emiliano José e Oldak Miranda.

A partir da prisão de operários e estudantes às vésperas das comemorações do dia 1º de maio, começaram a surgir manifestações contra essa situação em várias cidades do Brasil, congregando milhares de pessoas.

Esse quadro geral de marginalização econômica, política e social

dos setores oprimidos da sociedade atinge também a Mulher. O desenvolvimento da sua consciência e participação significará o aumento das forças que trabalham para a construção de uma sociedade na qual os trabalhadores e demais setores oprimidos tenham seus interesses atendidos e não haja lugar para qualquer tipo de opressão.

CRITICAS DE LA ECONOMIA POLITICA

edición latinoamericana

2 EL ESTADO Y LA ECONOMIA

Edición Latinoamericana
Publicación Trimestral

Suscripción por cuatro números:
México: \$ 180.00 M.N. \$ 200.00 (aéreo)
América Latina y USA: \$ 10.00 US. Dls.
Europa: \$ 12.00 US. Dls.

Envío cheque (giro postal)
a favor de
Alejandro Gálvez Cancino
Apdo. Postal 70-176
México 20, D. F.

PUBLICAÇÕES

cadernos do
CEAS

A QUESTÃO URBANA
Industrialização na Bahia
Política Salarial
Sobradinho

45

rua aristides novis, 101
40.000 - Salvador - Ba.
assinaturas
- anual Cr\$ 80,00
- exterior U\$ 12,00

TEORIA Y PRACTICA

de AMERICA LATINA

Conclusiones de la 1a. Conferencia de
Organizaciones Marxistas: U.C.R. Union R.S.
O.C. Ruptura. Proletario. Lucha Obrera.
Intervenciones

UCR: Evaluacion de la 1a. Conferencia

Union R.S: Tesis Programaticas

Enrique Lima: Notas sobre la Crisis Capitalista

Pedro Vuskovic: America Latina en Chile

SUSCRIPCIONES

DE APOYO: Colombia: \$ 300.00
Exterior: US\$ 15.00

ORDINARIAS América y Europa: US\$ 8.00
África: US\$ 10.00
Asia: US\$ 12.00

Cuatro números: al año, incluido porte aéreo, más las publicaciones de la serie "Documentos", afiches, etc.

Cheques cruzados a: Jaime Ardila G.
A. A. 14.580 Bogotá - Colombia

O ESTADO DE S. PAULO
22.7.77

Prisões no Rio

Vinte e três pessoas foram presas pelos órgãos de segurança, no Rio, nas últimas 48 horas: 18 estão implicadas em atividades subversivas do Movimento de Emancipação do Proletariado e cinco, além da subversão, estão envolvidas com tráfico de maconha. Os nomes dos primeiros implicados constam de ofício que o delegado Borges Fortes, do Departamento de Polícia Política e Social enviou ao juiz Teóclito de Miranda, da 1ª Auditoria da Aeronáutica; dos outros, conhece-se apenas o do fotógrafo Leonardo Carneiro, mas admite-se que entre eles encontram-se elementos que já cumpriram pena por atividades subversivas.

Ontem à noite, a Secretaria da Segurança Pública do Rio emitiu nota oficial, na qual o secretário, general Brum Negreiros, assume a responsabilidade pelas prisões; o documento não revela o total de presos nem o local onde se encontram.

Na nota, o secretário comunica que foram desmantelados seis "aparelhos" que operavam no Rio e Niterói "conforme já é do conhecimento da Justiça Militar".

A nota conclui dizendo que prosseguem as investigações, com a finalidade de identificar outros grupos operários e estudantes envolvidos ou aliciados pelas organizações clandestinas.

Segundo o ofício do DPPS à auditoria, estes são os presos: Luís Arnaldo Dias Campos, José Mendes Ribeiro, José Augusto Dias Pires, André Teixeira Moreira, Artur Obino Neto, Margareth da Silva, Henrique Dantas Neder, Ricardo Pamplago, Maria Luíza Vilares, Marlita de Camargo Braga, Ivan Valente, Roberto Wanderley Valente, Errol D. Pessanha, Alice Paes Cabral, Franklin Dias Coelho, Sidney Lianza, Elza Maria Lianza, e Cláudio da Rocha Roquete.

são 26

Com a prisão de dois homens e uma mulher, ontem e no fim de semana elevou-se a 26 o número de pessoas detidas no Rio, desde a semana passada como suspeitas de pertencerem ao Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP). Três foram postas em liberdade no sábado.

Ontem, o delegado Borges

Fortes, do DPPS comunicou, em ofício, ao juiz Teóclito Rodrigues de Miranda, da 1ª Auditoria de Aeronáutica, a prisão de Fernanda Duclos Cerisio e Frederico José Falcão, como pertencentes ao MEP. Teria sido preso, ainda, um terceiro suspeito, apenas identificado por Salviano.

O Clube de Engenharia e o Sindicato dos Engenheiros enviaram carta ao secretário de Segurança, solicitando informações sobre Franklin Dias Coelho, sócio das duas entidades, preso há vários dias.

Parentes dos detidos marcaram encontro para hoje, ao meio-dia, na OAB do Rio, a fim de discutirem as medidas de caráter jurídico que deverão ser tomadas em favor dos presos. As 3 da tarde, vão à ABI pedir apoio.

Depois de cinco dias presos, foram postos em liberdade o fotógrafo Leonardo Carneiro, o jornalista José Maria Ferreira e o serventuário de Justiça, Fernando Palha Freire. Eles declararam ter sofrido serviços durante a prisão. 27.7.77

presos denunciam torturas

ESP
31.7.77

RIO (Sucursal) — Familiares dos 21 presos acusados de participação na organização "Movimento de Emancipação do Proletariado" informaram, ontem, depois da primeira visita que fizeram aos detidos que alguns deles tiveram sua integridade física respeitada, mas outros sofreram "bárbaras torturas".

TRATAMENTO

Segundo o relato feito às famílias, vários detidos — cuja idade média oscila em torno de 23 anos — receberam bom tratamento, mas encapuçados e transportados para local ignorado, eram interrogados — todos — nus.

Em outros presos, no entanto, vários tipos de tortura foram aplicados: períodos de duas ou três horas dependurados pelas mãos; espancamento por socos, tapas e pontapés; choques elétricos no ânus e em outras partes do corpo, por bastões eletrificados ou cadeiras com fios elétricos instalados e encerramentos, por períodos até de mais de 24 horas, em "salas de som", com ruídos estranhos em alto volume e em salas fechadas sob baixíssima temperatura, estimada por "perto de zero grau" geladeiras. 31.7.77

O ESTADO DE S. PAULO

greve de fome

As 18 pessoas mantidas presas no xadrez do Departamento de Polícia Política e Social (DPPS), acusadas de pertencer ao "Movimento de Emancipação do Proletariado", iniciaram anteontem uma greve de fome em protesto pela transferência para as dependências do DOI-CODI do I Exército, de seus companheiros Luís Arnaldo Dias Campos, Errol Pessanha e Margareth da Silva. Os três presos foram levados para o DOI-CODI na noite de segunda-feira e trazidos de volta para o DPPS na terça-feira. Ao tomarem conhecimento pelos companheiros das torturas que teriam sofrido, os demais indiciados no inquérito do MEP iniciaram a greve. 48.7.77

Jornalista é preso em São Paulo

ESP

O jornalista Renato Tapajós, da Editora Abril, foi detido quarta-feira à noite, quando, em companhia de sua mulher, deixava o seu local de trabalho. Segundo o secretário da Segurança, coronel Erasmo Dias, o jornalista está respondendo a inquérito policial na Divisão de Ordem Social e será mantido incommunicável durante 10 dias.

O secretário explicou que o livro "Em Câmara Lenta", de autoria de Renato Tapajós, foi considerado instrumento de propaganda de guerra revolucionária. Ontem mesmo, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo emitiu uma nota oficial protestando contra a prisão de Renato Tapajós. 28.7.77

protestos

Cerca de 800 pessoas, entre as quais cineastas, atores e jornalistas de diversas capitais, divulgaram ontem documento denunciando como "arbitrária" e como "uma ameaça intolerável" a prisão do cineasta e jornalista

Renato Tapajós, autor do romance "Em Câmara Lenta". Contando com a assinatura, entre outros, do presidente da Associação Brasileira de Imprensa, Prudente de Moraes, neto do presidente da Associação Paulista de Cineastas, Egidio Eccio, e do presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, Audálio Dantas, é a seguinte a íntegra do abaixo-assinado entregue ontem à imprensa:

"Nós abaixo-assinado, escritores, cineastas, jornalistas, atores, teatrólogos e artistas plásticos, profissionais cuja atividade depende fundamentalmente da liberdade de pensamento e de expressão, protestamos publicamente contra a prisão, em São Paulo, do escritor Renato Tapajós. Achamos impertinente ao caso a discussão do passado do escritor; trata-se de fatos julgados pelo Judiciário, que não podem ser invocados para justificar a arbitrariedade cometida, agora. Pela primeira vez no Brasil, um autor é preso porque o conteúdo de seu romance, editado e vendido legalmente, foi considerado subversivo pela autoridade policial. Essa violência fere frontalmente a liberdade de manifestação de pensamento, consagrada nos "Direitos e Garantias Individuais" da Constituição, e, pelo precedente que estabelece, constitui para todos nós uma ameaça intolerável. Agosto de 1977"

Cineclubes também protestam

As entidades participantes do II Encontro de Cineclubes, realizado domingo na cidade mineira de Acesita, divulgaram ontem uma nota de protesto pela prisão de Renato Tapajós. Alegando que "esta prisão leva às raias do absurdo o processo de agudização da repressão à cultura que se quer crítica e compromissada com as aspirações e anseios da maioria da população", a nota esclarece que "já não basta a censura que se abateu sobre o cinema, sobre o teatro, enfim, sobre toda a manifestação cultural; agora pretende-se o autor pelo crime de procurar refletir no âmbito da cultura os anseios de seu povo".

Estiveram reunidos em Acesita, cidade do Vale do Aço mineiro, dez entidades de cineclubes, sendo cinco de Belo Horizonte, além de representantes de Viçosa, Lavras, Juiz de Fora e do próprio Vale do Aço. 31.7

ESP 28.8.77

TAPAJÓS É SOLTO MAS SERÁ PROCESSADO

O jornalista Renato Tapa-jós responderá em liberdade ao processo no qual foi indiciado por ter escrito o livro "Em Câmara Lenta", considerado "um incentivo à guerrilha" pelos órgãos de segurança. Tapa-jós foi solto ontem à tarde por determinação da Justiça Militar, que acatou o parecer do procurador Henrique Vallatti.

Repórter brasileiro é detido

O jornalista brasileiro Flávio Tavares, correspondente de "O Estado de S. Paulo" e do "Jornal da Tarde" em Buenos Aires, desapareceu no aeroporto de Montevidéu, na noite do último dia 14, quando ia tomar um avião de volta à Argentina. Seu desaparecimento foi denunciado na edição de ontem do jornal mexicano "Excelsior", do qual era também correspondente. Flávio Tavares, segundo informações de Buenos Aires, foi preso pela polícia uruguaia, sem que se conheçam as acusações formuladas contra ele. Os diretores de "O Estado", "Jornal da Tarde" e "Excelsior" telegrafaram aos secretários-gerais da Organização das Nações Unidas, Kurt Waldheim, e da Organização dos Estados Americanos, Alejandro Orfilla, e à Associação Interamericana de Imprensa (SIP), comunicando a prisão do jornalista pelas autoridades do Uruguai e pedindo a interferência dos organismos para a sua libertação. Flávio Tavares estava no Uruguai acompanhando as gestões para a libertação de seu colega Graziano Pascale, correspondente de "Excelsior" em Montevidéu, preso depois de publicar um artigo sobre o governo militar uruguaio.

Além do grande destaque dado ao caso pela imprensa continental, diversas organizações internacionais protestaram junto ao governo uruguaio: a SIP enviou telegrama ao presidente argentino, Jorge Rafael Videla, pedindo que seu governo investigasse o caso e intercedesse em favor de Flávio. Também protestaram a União Nacional de Jornalistas Britânicos, as Associações de Correspondentes Estrangeiros do México, da Argentina e da Colômbia, o secretário do Parlamento Latino-Americano, Andres Townsend, os sindicatos de jornalistas profissionais dos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul e a seção gaúcha da Ordem dos Advogados do Brasil.

BRAMBRILLA CONTINUA PRESO

VEJA, 17 DE AGOSTO, 1977
Recusada: pela terceira vez, pela Auditoria Militar de São Paulo a revogação da prisão preventiva do estudante e operário Celso Giovanetti Brambilla, detido a 1.º de maio sob a acusação de distribuir panfletos subversivos; após anexação no processo de

laudo médico da Policlínica da Aeronáutica, que comprovou "perfuração timpânica esquerda, deficiência auditiva e otite média crônica à esquerda"; seqüelas que, segundo o advogado Idibal Pivetta, seriam resultado de maus tratos na prisão do DEOPS paulista; dia 10; em São Paulo.

ESTADO DE S. PAULO

Asilado deixará o país

28.7.77

O governo brasileiro autorizou a saída do País do jornalista Henrique João Cordeiro Filho, que pediu asilo político à embaixada da Santa Sé em Brasília no início do mês, disse ontem o porta-voz do Itamaraty, conselheiro Luiz Felipe Lampraia, ao comentar as declarações feitas pelo núncio apostólico, dom Carmine Rocco, de que só faltam agora contatos com embaixadas estrangeiras para se decidir para que país ele irá.

Entretanto, o mesmo não ocorre com o ex-bancário Jorge Medeiros Vaino, o Bom Burguês, cujo caso ainda está sendo estudado pelo governo brasileiro, uma vez que ele foi condenado num processo ao qual respondeu e se encontrava foragido até pedir asilo na embaixada, junto com o jornalista.

JORNAL DO BRASIL

URUGUAI CONFIRMA PRISÃO DE TAVARES

Montevidéu — O Governo uruguaio, em comunicado oficial distribuído ontem, informa que o jornalista brasileiro Flávio Tavares, correspondente em Buenos Aires dos jornais Excelsior (mexicano) e O Estado de S. Paulo, foi preso quando pretendia abandonar território uruguaio" e é acusado de "espionagem contra o nosso país."

Flávio Tavares fora visto pela última vez na quinta-feira da semana passada, quando pretendia regressar a Buenos Aires, depois de ter permanecido alguns dias em Montevidéu. Em seu comunicado, o Governo uruguaio condena "as maliciosas versões postas a circular no país e no exterior" sobre o desaparecimento do jornalista brasileiro. 22.7

JORNAL DO BRASIL

Um manifesto das mães em defesa dos direitos humanos

Reportandô-se, em seguida, às manifestações estudantis do primeiro semestre, diz o documento: "Muitas vezes, vocês, nós, o povo inteiro, temos A Comissão de Mães em Defesa dos Direitos Humanos, que se propõe agrupar o maior número de mães que tenham por objetivo "a defesa das justas reivindicações de nossos filhos", a volta ao Estado de Direito, a "conscientização das mães" e a necessidade de participação na comunidade, divulgou ontem um manifesto, intitulado "A Nossos Filhos". No fim do primeiro semestre começaram a ser coletada as assinaturas ao documento, que já contém cerca de seiscentas signatárias em São Paulo, e que continua a ser endossado em outros Estados

sido, como aconteceu recentemente, traumatizados por atitudes arbitrarias que afetam a todos. Por isso, vocês, em manifestações ordeiras e pacíficas, percorreram desarmados as ruas de São Paulo". E, após referenciar a repressão policial, finaliza o manifesto: "Vocês se portaram à altura de sua responsabilidade, não se curvando à restrição de seus direitos e não aceitando as inúmeras provocações. A sua luta pela Liberdade, por um regime absolutamente democrático. Nesta hora reiteramos nossa solidariedade e confiança em vocês, pois, tal como seus mestres, rejeitamos "a cumplicidade passiva do silêncio". São Paulo, junho de 1977". 7.8.77

O ESTADO DE S. PAULO

Em Paris, repetem-se os protestos

PARIS — Personalidades francesas entregaram uma carta à embaixada brasileira em Paris, dirigida ao presidente Geisel, que pede anistia aos presos políticos e a volta das liberdades democráticas no Brasil. A carta, assinada pelo Premio Nobel de Física, Alfred Kastler, por Laurent Schwartz, da Academia de Ciência de Paris, por Jean Paul Sartre, Michel Foucault e a escritora Simone de Beauvoir, entre outros. Manifesta a preocupação de seus signatários com a cassação de mandatos parlamentares e a indignação com o "recesso do parlamento." 7.7.77

O ESTADO DE S. PAULO

Rotterdam boicota "Custódio"

ROTTERDAM — As autoridades da cidade portuária de Rotterdam, na Holanda boicotarão a visita de cinco dias do barco de instrução brasileiro "Custódio de Mello". A decisão foi tomada em sinal de protesto contra a violação dos direitos humanos no Brasil, denunciada num relatório divulgado em janeiro pela organização Amistad Internacional, que propunha a constituição de um comitê de investigação.

O navio, que conduz marinheiros não só do Brasil, mas também da Argentina, Chile, Bolívia e México, não receberá a tradicional visita de cortesia das autoridades municipais, que também se recusarão a oferecer ônibus à tripulação, para passeios pela cidade. Além disso, o capitão do barco, Cothardo de Miranda e Silva, foi desaconselhado de permitir que a banda do navio descesse para apresentar músicas ao povo de Rotterdam. 7.7.77

JORNAL DA TARDE



"O Times (de Londres) considera com inquietação qualquer tentativa para impor a censura à liberdade de informação, onde quer que isso possa ocorrer. Encararia qualquer censura imposta pelo governo brasileiro a publicações estrangeiras que entrassem no Brasil como uma medida grave e retrógrada".

Para o Der Spiegel, de Hamburgo, "O novo decreto de censura do dia 28 de maio evidencia a falta de disposição dos militares de permitir críticas às suas medidas. Os oficiais, acostumados a respeitar ordens sem argumentar, quando se tornam políticos parecem ver em qualquer discussão e crítica uma indisciplina intolerável e veem em cada pessoa que sustente outra opinião política um inimigo. Aparentemente, o regime militar brasileiro sente tão inseguro que agora quer até privar seus cidadãos de lerem críticas ao regime militar brasileiro feitas em publicações estrangeiras".

"Com a ausência provisória do correspondente no Brasil, tememos não ter todos os elementos de informação para responder à pergunta do Jornal da Tarde. Tomaremos a iniciativa de comentar o assunto assim que estivermos plenamente informados" — Bernard Feron, do Le Monde francês.

Telex assinado por Jay Ross, editor de Internacional do The Washington Post: "Mensagem recebida, mas o Post recusa-se a comentar".

The New York Times e L'Express não responderam ao telex do Jornal da Tarde, com o seguinte texto: "O governo brasileiro decidiu no dia 27 de maio, impor a censura prévia a todas as revistas e jornais estrangeiros que chegam ao Brasil. O que a sua empresa pensa disso? Por favor, se possível, responda a esta mensagem ainda esta tarde, já que planejamos publicar uma matéria sobre esse novo tipo de censura na edição de amanhã" 25.6.77

JORNAL DO BRASIL Cineastas criticam proibição de filmes

A Associação Brasileira de Cineastas (Abraci) distribuiu, ontem, a seguinte nota, a propósito da censura a quatro filmes que participariam do Festival de Brasília:

"A Associação Brasileira de Cineastas (Abraci) vem a público manifestar seu pesar com a recente proibição dos filmes Frango Assado,

Rocinha, Assuntina das Américas e Exodo Rural.

Esses filmes vêm-se juntar a uma longa lista de intervenções do Departamento de Censura no cinema brasileiro, prejudicando seu desenvolvimento cultural, técnico e artístico.

A grandeza de um país está em assumir e discutir com liberdade seus próprios problemas." 27.7.77

O manifesto

A União Brasileira de Escritores (UBE), sede paulista, distribuiu à imprensa um manifesto com a síntese do texto que enviou ao ministro Armando Falcão.

"A União Brasileira de Escritores de São Paulo, em reunião de diretoria e por solicitação dos associados, enviou carta ao Ministro da Justiça pleiteando a revogação da recente portaria que estabelece o regime de censura às publicações procedentes do exterior.

O documento faz um resumo da história nacional, apontando os males acarretados à cultura do País e seu desenvolvimento por todas as tentativas de impedir o acesso dos brasileiros às fontes do conhecimento. "A experiência diuturna nos tem ensinado, a nós intelectuais, artistas e escritores, que os meios coercitivos apenas contribuem para a divulgação do que se pretende coarçar"

Estão na lembrança nacional estas tentativas obscurantistas impostas pela metrópole, quando o Brasil era colônia — prossegue o documento — e este bloqueio cultural só serviu para proteger a intolerância dos que não queriam concordar com a independência do Brasil. "Fomos, durante largo tempo, uma discrepância em terras da América, em que o livro e o prelo eram considerados nocivos às pretensões dos que desejavam que a Pátria continuasse submetida cultural, econômica e politicamente aos interesses estranhos à vontade nacional".

O documento termina declarando que os escritores esperam "que a censura imposta aos livros importados seja revista e eliminada, porque constitui um instrumento que, afinal, só poderá interessar à intolerância e aos que tentam impedir o acesso da nação à cultura, que esta não tem fronteiras nem censuras".

O ofício enviado ao Ministro faz um levantamento histórico da censura no País e só não foi totalmente divulgado "por motivos éticos", segundo Caio Porfírio Carneiro. Agora a União Brasileira de Escritores aguardará que o Ministério da Justiça se pronuncie a respeito. Depois, então, tomará outras atitudes, caso a Portaria não seja revogada.



VIVA CHE GUEVARA !

No dia 8 de outubro se completarão 10 anos da morte heróica do comandante Che Guevara. Todos os revolucionários da América Latina e do mundo sabem o quanto custou esta perda para a Revolução. O Che empolgou gerações de revolucionários e o seu exemplo sobreviverá pelos tempos. Sua presença se fará sentir sempre que as massas exploradas de todo o mundo empreenderem a luta por sua libertação.

VIVA A REVOLUÇÃO PROLETÁRIA !

VIVA CHE GUEVARA !

● Discurso pronunciado por el comandante Fidel Castro Ruz en la telada solemne en memoria del comandante Ernesto Che Guevara. trechos

(Plaza de la Revolución, 18 de octubre de 1967.)

Sin embargo, ¿cómo tienen los revolucionarios que afrontar ese golpe adverso? ¿Cómo tienen que afrontar esa pérdida?

¿Cuál sería la opinión del Che si tuviese que emitir un juicio sobre este particular? Esa opinión la dijo, esa opinión la expresó con toda claridad cuando escribió en su Mensaje a la Conferencia de Solidaridad Latinoamericana que si en cualquier parte le sorprendía la muerte, bienvenida fuera siempre que ese su grito de guerra haya llegado hasta un oído receptivo, y otra mano se extienda para empuñar el arma.

Y ese su grito de guerra llegará no a un oído receptivo, ¡llegará a millones de oídos receptivos! Y no una mano sino que ¡millones de manos, inspiradas en su ejemplo, se extenderán para empuñar las armas! Nuevos jefes surgirán. Y los hombres, los oídos receptivos y las manos que se extiendan necesitarán jefes que surgirán de las filas del pueblo, como han surgido los jefes en todas las revoluciones.

No contarán esas manos con un jefe de la experiencia extraordinaria, de la enorme capacidad del Che. Esos jefes se formarán en el proceso de la lucha, esos jefes surgirán del seno de los millones de oídos receptivos, de los millones de manos que más tarde o más temprano se extenderán para empuñar las armas. No es que consideremos que en el orden práctico de la lucha revolucionaria su muerte haya de tener una inmediata repercusión, que en el orden práctico del desarrollo de la lucha su muerte pueda tener una repercusión inmediata. Pero es que el Che, cuando empuñó de nuevo las armas, no estaba pensando en una victoria inmediata, no estaba pensando en un triunfo rápido frente a las fuerzas de las oligarquías y del imperialismo. Su mente de combatiente experimentado estaba preparada para una lucha prolongada de cinco, de diez, de quince, de veinte años si fuera necesario. ¡El estaba dispuesto a luchar cinco, diez, quince, veinte años, toda la vida si fuese necesario!

Che se ha convertido en un modelo de hombre no sólo para nuestro pueblo sino para cualquier pueblo de América Latina. Che llevó a su más alta expresión el estoicismo revolucionario, el espíritu de sacrificio revolucionario, la combatividad del revolucionario, el espíritu de trabajo del revolucionario, y Che llevó las ideas del marxismo-leninismo a su expresión más fresca, más pura, más revolucionaria. ¡Ningún hombre como él en estos tiempos ha llevado a su nivel más alto el espíritu internacionalista proletario!

¡Hasta la victoria siempre!

¡PATRIA O MUERTE!
¡VENCEREMOS!

Trecho da "Mensaje a los Pueblos del Mundo a través de la Tricontinental".

Y, a nosotros, explotados del mundo, ¿cuál es el papel que nos corresponde? Los pueblos de tres continentes observan y aprenden su lección en Vietnam. Ya que, con la amenaza de guerra, los imperialistas ejercen su chantaje sobre la humanidad, no temer la guerra, es la respuesta justa. Atacar dura e ininterrumpidamente en cada punto de confrontación, debe ser la táctica general de los pueblos.

Pero, en los lugares en que esta misera paz que sufrimos no ha sido rota, ¿cuál será nuestra tarea? Liberarnos a cualquier precio.

El panorama del mundo muestra una gran complejidad. La tarea de la liberación espera aún a países de la vieja Europa, suficientemente desarrollados para sentir todas las contradicciones de capitalismo, pero tan débiles que no pueden ya seguir el rumbo del imperialismo o iniciar esa ruta. Allí las contradicciones alcanzarán en los próximos años carácter explosivo, pero sus problemas y, por ende, la solución de los mismos son diferentes a la de nuestros pueblos dependientes y atrasados económicamente.

El campo fundamental de la explotación del imperialismo abarca los tres continentes atrasados, América, Asia y África. Cada país tiene características propias, pero los continentes, en su conjunto, también las presentan.

América constituye un conjunto más o menos homogéneo y en la casi totalidad de su territorio los capitales monopolistas norteamericanos mantienen una primacía absoluta. Los gobiernos títeres o, en el mejor de los casos, débiles y medrosos, no pueden oponerse a las órdenes del amo yanqui. Los norteamericanos han llegado casi al máximo de su dominación política y económica, poco más podrían avanzar ya; cualquier cambio de la situación podría convertirse en un retroceso en su primacía. Su política es mantener lo conquistado. La línea de acción se reduce en el momento actual, al uso brutal de la fuerza para impedir movimientos de liberación, de cualquier tipo que sean.

Por otra parte las burguesías autóctonas han perdido toda su capacidad de oposición al imperialismo —si alguna vez la tuvieron— y sólo forman su furgón de cola. No hay más cambios que hacer; o revolución socialista o caricatura de revolución.

Sobre todo, sean siempre capaces de sentir en lo más profundo cualquier injusticia cometida contra cualquiera en cualquier parte del mundo. Es la cualidad más linda de un revolucionario.

conjuntura brasileira

BULLETIN D'ABONNEMENT

ABONNEMENT

M. _____

six mois (4 nos) 35 F

Adresse _____

un an (8 nos) 70 F

_____ s'abonne à Conjuntura Brasileira par _____ an(s)

SOUTIEN

REGLEMENT PAR Chèque bancaire ou postal

six mois (4 nos) 100 F

CCP 10 822 83A PARIS

un an (8 nos) 200 F

à retourner à CONJUNTURA BRASILEIRA
BP 322

75122 PARIS CEDEX 03

PAR AVION PLUS 12 F